

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED  
EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026		
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO – SEPLOG		
PROCESSO Nº 13.039/2026		
SETOR	Central de Compras e Licitações – CCL/SEPLOG	
TIPO DE JULGAMENTO	MENOR PREÇO POR LOTE	
MODO DE DISPUTA	ABERTO	
ORÇAMENTO SIGILOSO	NÃO	
BASE LEGAL	Este procedimento licitatório obedecerá à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, à Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, à Lei Municipal nº 4.565, de 1º de agosto de 2014, à Lei Complementar Municipal nº 119, de 06 de fevereiro de 2013, bem como ao Decreto Municipal nº 7.178, de 12 de junho de 2023, e à Instrução Normativa Conjunta PGM/CGM/SEPLOG nº 002/2023, e suas correspondentes alterações.	
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa especializada na prestação de <b>serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais</b> , para atuação nas funções de <b>Agente de apoio operacional escolar, Agente de portaria, agente administrativo, artífice e Supervisor geral</b> , conforme as necessidades das unidades escolares e administrativas da <b>Secretaria Municipal da Educação – SEMED</b> , visando garantir a continuidade e a eficiência das atividades de suporte essenciais ao funcionamento da rede municipal de ensino, em conformidade com as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.	
PARTICIPAÇÃO:	AMPLA PARTICIPAÇÃO	
SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS	DIA	HORÁRIO
	09/04/2026	09:00
<p>REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o <u>horário de Brasília/DF</u> e, desta forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.</p> <p><b>FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Coordenadoria de Controle de Fornecedores e Materiais – COCMAT/CCL: (0xx79) 4009-7836, via e-mail <a href="mailto:aracaju.compras@aracaju.se.gov.br">aracaju.compras@aracaju.se.gov.br</a>.</li> <li>- Secretaria Municipal da Educação: (079) 3179-1503</li> <li>- Sítio Eletrônico da Prefeitura - <a href="http://www.aracajucompras.se.gov.br">www.aracajucompras.se.gov.br</a></li> <li>- Portal de disputa da sessão - <a href="https://licitanet.com.br/">https://licitanet.com.br/</a>.</li> <li>- E-mail do agente de contratação: <a href="mailto:kenia.conceicao@aracaju.se.gov.br">kenia.conceicao@aracaju.se.gov.br</a></li> <li>- Endereço: Central de Compras e Licitações – CCL/SEPLOG - Rua Frei Luis Canolo de Noronha, nº 42, Conjunto Costa e Silva, Bairro Ponto Novo, Aracaju/SE. CEP: 49.097-270.</li> </ul>		

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026**  
**Processo Administrativo nº 13.039/2026**

**1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1. A Secretaria Municipal da Educação, por meio da Central de Compras e Licitações da Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão, e este agente de contratação designado pela Portaria nº 269 de 30 de dezembro de 2025, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1.2 - O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por agente de contratação da Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLOG, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos pela página eletrônica do Portal Licitanet: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

**2. OBJETO**

2.1. REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa especializada na prestação de **serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais**, para atuação nas funções de **Agente de apoio operacional escolar, Agente de portaria, agente administrativo, artífice e Supervisor geral**, conforme as necessidades das unidades escolares e administrativas da **Secretaria Municipal da Educação – SEMED**, visando garantir a continuidade e a eficiência das atividades de suporte essenciais ao funcionamento da rede municipal de ensino, em conformidade com as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

2.1.1. O Sistema de Registro de Preços tem por finalidade o registro formal de preços, fornecedores, unidades participantes e condições de execução do objeto, aplicáveis a futuras contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

2.1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública Municipal a firmar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhe facultada a realização de outros processos de contratação para aquisição de um ou mais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do art. 83 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. A licitação será realizada em grupo único/lote, conforme tabela constante no **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**

2.3. Havendo mais de um item ou grupo/lote, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um grupo/lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõe.

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

2.4. O critério de julgamento adotado será **MENOR PREÇO POR LOTE**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

### 3. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO ELETRÔNICA

3.1. A participação na presente licitação eletrônica se dará através do portal licitanet, disponível no endereço eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

3.1.1. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no sistema eletrônico, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão ou entidade promotora do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

3.1.2. É de responsabilidade do fornecedor conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema relacionado no item 3.1 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.1.3. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema, disponível no endereço [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), para acesso ao sistema e operacionalização.

3.2. Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta contratação.

3.3. Não fará jus ao regime diferenciado e favorecido nas contratações públicas previsto na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual:

- (a) De cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- (b) Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- (c) De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do artigo 3º da referida lei;
- (d) Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do artigo 3º referida lei;
- (e) Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006;
- (f) Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- (g) Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**

- (h) Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- (i) Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- (j) Constituída sob a forma de sociedade por ações;
- (k) Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

3.4. Não poderão participar direta ou indiretamente desta licitação os fornecedores que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

3.4.1. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.4.2. Que estejam cumprindo a penalidade de impedimento de licitar e contratar imposta por órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta do Município de Aracaju, ou penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública imposta por qualquer ente federativo;

3.4.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.4.4. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

- (a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- (b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- (c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- (d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- (e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;
- (f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições



**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**

análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.4.4.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.4.4.2. Aplica-se o disposto na alínea “c” do item 3.4.4 também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

3.4.4.3. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as alíneas “a” e “b” do item 3.4.4 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de condução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade contratante.

3.4.4.4. O disposto nas alíneas “a” e “b” do item 3.4.4 não impede que a contratação inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.4.5. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

3.4.6. Agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021;

3.4.6.1. A vedação de que trata o item 3.4.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.4.7. Nas contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.4.8. Constituídos sob a forma de consórcio, em razão da baixa complexidade da contratação;

3.4.9. Pessoas físicas.

#### **4. DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

#### 4.1 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1.1. Nesta licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances.

4.1.2. O fornecedor encaminhará, exclusivamente por meio do sistema indicado nos itens 1.2 e 3.1 deste Edital, a proposta com a descrição do objeto ofertado, observando-se as exigências constantes no **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**, e o preço correspondente, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.1.3. A proposta anexada ao sistema deverá:

4.1.3.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas;

4.1.3.2. Conter a indicação da modalidade e do número da licitação, data e hora de sua realização;

4.1.3.3. Conter razão social, CNPJ, **endereço completo, telefone e e-mail para contato** do fornecedor proponente;

4.1.3.4. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do fornecedor, para fins de pagamento caso torne-se vencedor;

4.1.3.5. Conter especificações do objeto proposto, de acordo com o detalhamento constante no **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**;

4.1.3.6. Conter o valor unitário, por item, e o valor global da proposta, com preços indicados em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, com no máximo, 02 (duas) casas decimais;

4.1.4. A proposta de preços inicial encaminhada através do sistema deverá conter ou estar acompanhada da(s) seguinte(s) declaração(ões):

4.1.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

4.1.4.1.1. Nos itens/grupos/lotos destinados à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, a declaração negativa ou a ausência de declaração a que se refere o item 4.1.4.1 impedirá o prosseguimento do fornecedor no certame;

4.1.4.1.2. Nos itens/grupos/lotos em que a participação não for

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a declaração negativa ou a ausência de declaração a que se refere o item 4.1.4.1 apenas produzirá o efeito de o fornecedor não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;

4.1.4.1.3. A mera declaração da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte ou a efetiva utilização dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006 por fornecedor que **não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias o sujeitará às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.**

4.1.4.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos;

4.1.4.3. Que a proposta foi elaborada de forma independente, bem como que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos diretos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

4.1.4.4. Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, inexistindo fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.1.4.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.1.4.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, em observância ao disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.1.4.7. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

4.1.4.8. Que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, caso o fornecedor esteja organizado sob a forma de cooperativa;

4.1.4.9. Da veracidade e inteira responsabilidade pela autenticidade dos documentos enviados eletronicamente durante a licitação e eventualmente impressos para processamento interno da Prefeitura de Aracaju, apresentando-os quando demandado pela Administração Pública em vias originais para diligências complementares.

4.1.5. As declarações deverão ser apresentadas com a assinatura do representante legal da empresa, cuja assinatura deverá ser digital ou idêntica ao documento oficial com foto, reconhecido em território nacional, do sócio-administrador ou do procurador constituído, se houver.

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

4.1.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste edital.

4.1.7. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.1.8. O sistema disponibilizará campo próprio para a inserção dos documentos exigidos para a habilitação na forma do item 7 deste Edital.

4.1.8.1. A verificação de cumprimento aos requisitos de habilitação será realizada mediante consulta pelo agente de contratação aos documentos encaminhados pelo fornecedor através do Cadastro de Fornecedores do Portal de Compras do Município de Aracaju – Aracaju Compras, ou do sistema utilizado para a realização de licitação na forma eletrônica ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)), assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

4.1.9. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.

4.1.10. Incumbirá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**4.1.11. Após a abertura da sessão pública não caberá desistência da proposta pelo fornecedor, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo agente de contratação.**

4.1.11.1. Os fornecedores poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.1.11.2. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo fornecedor, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.1.12. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do fornecedor melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do agente de contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.1.13. O valor estimado ou valor máximo aceitável para a contratação, se não constar expressamente no sistema do provedor, possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado exclusivamente aos órgãos de controle externo e interno, sendo divulgado aos fornecedores apenas e imediatamente após o encerramento da etapa de envio de lances, sem prejuízo da

**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**

divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

4.1.13.1. Nas hipóteses em que for adotado o critério de julgamento pelo maior desconto, o valor estimado, o valor máximo aceitável ou o valor de referência para aplicação do desconto constará obrigatoriamente no sistema provedor.

4.1.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o fornecedor poderá parametrizar o seu valor final mínimo, quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.14.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.14.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.1.15. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.1.15.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

4.1.16. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.1.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.1.17. Caberá ao fornecedor interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.1.18. O fornecedor deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **4.2 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.2.1. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos, inclusive quanto a especificações do objeto. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.2.2. O fornecedor deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

eletrônico, dos seguintes campos:

4.2.2.1. Valor unitário do item e valor total;

4.2.2.2. Descrição do objeto, sem prejuízo ao atendimento a todas as exigências e especificações detalhadas constantes no **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**.

4.2.2.3. As propostas e os lances devem ser formulados com valores que contenham, no máximo, 02 (duas) casas decimais.

4.2.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam o fornecedor.

4.2.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.2.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.2.5. Se o regime tributário do fornecedor implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.2.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na proposta ou na planilha de custos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.2.7. Na presente licitação, a microempresa e a empresa de pequeno porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

4.2.8. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**, assumindo o fornecedor o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, se for o caso, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.2.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

## 5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES



**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.

5.1.1. O andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado diariamente pelos participantes por meio do portal [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

5.2. O agente de contratação verificará as propostas preenchidas no sistema eletrônico na forma do item 4.2, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, que identifique o licitante (nos campos preenchidos no sistema eletrônico), que contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**.

5.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do grupo/lote.**

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O fornecedor será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

5.8. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

5.9. Observado o disposto no item 5.8, o fornecedor poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

5.10. O agente de contratação poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica via sistema.

5.11. Eventual exclusão de proposta do fornecedor, de que trata o item 5.10, implica a retirada do fornecedor do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

5.12. Durante a sessão pública, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

5.13. O procedimento adotará o Modo de Disputa **Aberto**.

5.13.1. No Modo de Disputa Aberto, a etapa de envio de lances durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração desta etapa.

5.13.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances de que trata o item 5.13.1, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

5.13.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens 5.13.1 e 5.13.2, a etapa será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem (crescente ou decrescente).

5.13.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.5. Após o reinício previsto no item 5.13.4, os fornecedores serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13.6. Encerrada a etapa de que trata o item 5.13.5, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no item 5.13.3 a fim de obter a classificação final dos fornecedores.

5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16. No caso de desconexão com o agente de contratação no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos fornecedores para a recepção de lances.

5.17. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**

5.18. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

5.19. Na hipótese de licitação com ampla participação, encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

5.19.1. Nas condições do subitem anterior, caso a melhor oferta válida tenha sido apresentada por empresa de maior porte, as propostas de pessoas qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.2.1. Caso o fornecedor qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificado desista ou não se manifesta no prazo estabelecido, serão convocados os demais fornecedores qualificados como microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20. No caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do Modo de Disputa Aberto e Fechado.

5.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

5.22.1. disputa final, hipótese em que os fornecedores empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.22.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos fornecedores, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133/2021;

**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**

5.22.3. desenvolvimento pelo fornecedor de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.22.4. desenvolvimento pelo fornecedor de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.23.1. empresas estabelecidas no território do Estado do órgão ou entidade da Administração Pública Municipal licitante;

5.23.2. empresas brasileiras;

5.23.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.23.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

5.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, será declarado o arrematante. O sistema disponibilizará automaticamente fase de negociação ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço para o item, pelo sistema eletrônico, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

5.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais fornecedores, cujo prazo limite será definido pelo agente de contratação.

5.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os fornecedores e anexado aos autos do processo licitatório.

5.24.4. O agente de contratação solicitará ao fornecedor melhor classificado que envie no sistema eletrônico no prazo de 02 (duas) horas, a **PROPOSTA DE PREÇO readequada e demais documentos listados abaixo** ao último lance ofertado, após a negociação realizada, acompanhada de eventuais documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados. **Quais sejam:**

**A) PROPOSTA DE PREÇOS REFORMULADA, conforme modelo constante no ANEXO III, MODELO DE PROPOSTA, do Termo de Referência deste EDITAL;**

**B) PLANILHAS DE FORMAÇÃO DE PREÇOS, ANEXO – IV, DO TERMO DE REFERÊNCIA.**

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

**C) GFIP – Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social**, ou documento equivalente hábil, que comprova o percentual (%) do **Seguro de Acidente de Trabalho – SAT/RAT** utilizado na composição dos encargos previdenciários de nossas planilhas de formação de preços, em conformidade com a legislação vigente.

**E) DECLARAR QUAL É O REGIME TRIBUTÁRIO ADOTADO PELA EMPRESA, ou seja, se a empresa adota o REGIME TRIBUTÁRIO DO LUCRO REAL ou REGIME TRIBUTÁRIO DO LUCRO PRESUMINDO.**

5.24.5. Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, conforme modelo constante no **ANEXO III** deste Edital, com os valores adequados à proposta vencedora.

5.24.6. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido no item 5.24.4, a partir de solicitação fundamentada feita pelo fornecedor no chat antes de findo o prazo inicialmente conferido.

5.25. Após a negociação do preço, o agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

6.1. Encerrada a fase de lances e depois de verificação de possível empate, o agente de contratação examinará a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

6.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.2.1. Contiver vícios insanáveis ou ilegalidade;

6.2.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas deste Edital ou de seus anexos, ou apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;

6.2.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação, se houver;

6.2.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.2.5. Não corrigir ou justificar eventuais irregularidades apontadas pelo agente de contratação;

**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**

6.2.6. Identificar o fornecedor nos campos do sistema que sejam de acesso público antes do encerramento da sessão de disputa de lances, por violar o sigilo das propostas;

6.3. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

6.3.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o edital e seus anexos não tenham estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a uma parcela ou à totalidade da remuneração.

6.3.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

6.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

6.4.1. O prazo para atendimento à diligência será de até 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da notificação pelo agente público.

6.4.2. Eventual pedido de dilação de prazo deve ser devidamente formalizado com a justificativa correspondente e encaminhado antes de expirado o prazo inicial, o qual será analisado pela Administração quanto à aceitabilidade ou não da justificativa apresentada.

6.4.3. Tanto em caso de deferimento quanto em caso de negativa do pedido, o agente público responsável deverá encaminhar manifestação formal ao fornecedor.

6.4.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.4.5. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.5. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado através do sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.5.1. O ajuste de que trata o item 6.6 se limita a sanar erros ou falhas que não alterem



**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**

a substância das propostas;

6.5.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área técnica especializada no objeto.

6.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.8. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9. O agente de contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao fornecedor que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste edital.

6.9.1. Também nas hipóteses em que o agente de contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o fornecedor para que seja obtido preço melhor.

6.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.9.3. Na hipótese de julgamento da licitação pelo menor preço total por grupo/lote, caso o lance para um ou mais itens que compõe o grupo/lote esteja acima dos valores estimados, a licitante será convocada, pelo “chat” do sistema, para negociar o valor do lance, e, em caso de não atendimento à convocação dentro do prazo estipulado pelo agente de contratação, de no mínimo 05 (cinco) minutos, a proposta poderá ser rejeitada, sendo convocada a próxima colocada para a negociação.

6.10. Na hipótese de licitação de ampla participação, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o agente de contratação passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

6.11. Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para a sua desclassificação. A proposta poderá ser ajustada pelo fornecedor no prazo indicado pelo agente de contratação, desde que não haja majoração do preço proposto.

6.11.1. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações dos seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas,

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes.

6.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Edital.

## 7. HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista constam no **ANEXO I** deste Edital, e para fins de habilitação econômico-financeira e qualificação técnica constam no item 5.4 do **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**, e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

7.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, e no item 3 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- (a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- (b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/cnep](http://www.portaldatransparencia.gov.br/cnep));
- (c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- (d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
- (e) Cadastro de Licitantes/Contratados Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública de Aracaju – CADIMP;
- (f) Relatório de Pessoas Físicas e Jurídicas Proibidas de Contratar com o Poder Público do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe - TCE/SE.

7.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

7.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.3. Caso atendidas as condições de participação a que se refere o item 7.2 e de utilização do tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, a habilitação dos

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

forneecedores será verificada pelo agente de contratação por meio do Cadastro do Fornecedor no sistema do [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

7.3.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Portal Aracaju Compras, nos documentos por ele abrangidos e desde que se encontrem vigentes na data da consulta.

7.3.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por outro registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.3.3. A documentação exigida para fins de habilitação que não esteja contemplada no Cadastro do Fornecedor a que se referem os itens 7.3 e 7.3.1 deverá ser encaminhada através de funcionalidade própria do sistema de realização da licitação [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do agente de contratação, sob pena de inabilitação.

**7.3.4. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do seu cadastro nos sistemas para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.**

7.3.5. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual e sociedades cooperativas, conforme estatui o artigo 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.

7.3.6. A verificação pelo agente de contratação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.3.7. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o fornecedor deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, nos termos do item 4.18 do **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**.

7.3.7.1. Caso o fornecedor opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no item 7.3.7 por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do

7.4. A verificação no Cadastro do Fornecedor do Portal Aracaju Compras e do sistema de realização da licitação ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao fornecedor vencedor.

7.4.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do **TERMO DE**

**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**

**REFERÊNCIA** somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do fornecedor mais bem classificado.

7.4.2. Respeitada a exceção do item 7.4.1 relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência item 7.4 ocorrerá em relação a todos os fornecedores.

7.5. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.5.1. Na hipótese de o fornecedor vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos fornecedores e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.7. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital através do sistema no prazo de 02 (duas) horas, após solicitação do agente de contratação, sob pena de inabilitação.

7.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada através do sistema a nova data e horário para a sua continuidade.

7.10. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.10.1. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do fornecedor cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os

**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**

procedimentos de que trata o item 7.13.

7.11. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ressalvado o disposto nos itens 7.3.1 e 7.3.5, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

7.11.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

7.11.2. No caso de inabilitação, para os processos de contratação destinados à ampla participação dos interessados, haverá nova verificação de eventual ocorrência do empate ficto previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

7.12. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7.13. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de fornecedor por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7.14. Para fins de integração ao sistema de pagamento utilizado pela Prefeitura de Aracaju, é imprescindível que o(s) fornecedor(es) adjudicatário(s) esteja(m) cadastrado(s) no portal [www.aracajucompras.se.gov.br](http://www.aracajucompras.se.gov.br) antes de formalizada a contratação. Em havendo dúvida, poderá entrar em contato com a Coordenação de Controle de Fornecedores e Materiais – COCMAT/CLL, da Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão, através do e-mail [aracaju.compras@aracaju.se.gov.br](mailto:aracaju.compras@aracaju.se.gov.br) ou do telefone (79) 4009-7836.

## **8. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA CONTRATAÇÃO**

### **8.1. Ata de Registro de Preços**

8.1.1. A Ata de Registro de Preços é o documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação com a Administração Pública Municipal, onde se registram os preços, fornecedores, unidades participantes e condições a serem praticadas.

8.1.2. Após a homologação do resultado da licitação, o(s) fornecedor(es) classificado(s) em primeiro lugar em cada item ou grupo/lote será(ão) convocado(s) para assinar a ata de registro de preço, que também conterà a assinatura da Secretária Municipal da Educação.

8.1.3. Os convocados deverão providenciar a assinatura da Ata de Registro de Preços em prazo não superior a 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação pelo ente Gerenciador da Ata, através do e-mail do fornecedor vencedor.

**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**

8.1.3.1. A assinatura da Ata realizar-se-á por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil, consoante previsto no artigo 6º do Decreto Municipal nº 5.912/2019, mediante convocação através de link emitido pelo Portal de Compras do Município de Aracaju - Aracaju Compras.

8.1.3.2. Em caso de indisponibilidade do sistema ou impossibilidade de convocação através do Portal de Compras do Município de Aracaju - Aracaju Compras, alternativamente a Administração poderá encaminhá-lo ao adjudicatário através de outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

8.1.3.3. Os fornecedores selecionados deverão indicar representantes, às suas expensas, com poderes específicos para a assinatura da Ata de Registro de Preços.

8.1.3.4. O prazo para assinatura poderá ser prorrogado apenas uma vez, por igual período, quando solicitado pelo convocado durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificável aceito pelo ente Gerenciador da Ata.

8.1.3.5. Decorrido o prazo e não tendo o fornecedor respondido à convocação, será imediatamente excluído da ata, na forma do § 5º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e no **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**.

8.1.3.6. Nas hipóteses de recusa do fornecedor ou do seu não-comparecimento para assinatura da ata no prazo estipulado, bem como em caso de perda dos requisitos de habilitação antes de celebração da ata, o agente público deverá examinar a proposta subsequente, obedecida a ordem classificatória da licitação, verificando a sua aceitabilidade e analisando o cumprimento dos requisitos de habilitação, e assim sucessivamente, até a apuração de um fornecedor que cumpra os requisitos do Edital, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços oriunda desta licitação é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

8.1.4.1. A ata de registro de preços estará vigente até que seja consumida a totalidade do quantitativo registrado ou até o termo final do seu prazo de validade, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

8.1.5. O preço registrado e os respectivos fornecedores serão divulgados no Diário Oficial do Município e ficarão disponibilizados no Portal de Compras do Município de Aracaju – Aracaju Compras durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8.1.6. Será permitida a adesão de unidade não-participantes, desde que cumpridas as condições estipuladas nos arts. 304 e 305 do Decreto Municipal nº 7.178/2023 e no **ANEXO III–MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**

8.1.7. A ata poder ser alterada na forma dos arts. 300 a 303 do Decreto Municipal nº 7.178/2023 e no **ANEXO III –MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**.

8.1.8. A ata pode ser cancelada na forma dos arts. 309 e 310 do Decreto Municipal nº 7.178/2023 e no **ANEXO III –MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**.

**8.1.9. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA:**

8.1.9.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

8.1.9.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

8.1.9.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original;

8.1.9.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

8.1.9.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

8.1.9.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

8.1.9.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

8.1.9.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

8.1.9.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 244 e art. 245 do Decreto Municipal nº 7178/2023.

8.1.9.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

8.1.9.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

8.1.9.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

## 8.2. Contratação

8.2.1. Após a publicação da ata de registro de preços na forma do art. 293 do Decreto Municipal nº 7.178/2023, os órgãos e entidades participantes da ata de registro de preços poderão celebrar contratações dentro do prazo de validade da ata.

8.2.2. As Contratações formalizar-se-ão mediante a assinatura do Contrato, firmado entre as unidades participantes ou pelas entidades aderentes e os fornecedores beneficiários da ata de registro de preços.

8.2.2.1. O contrato será encaminhado(a) ao fornecedor, que deverá assiná-lo e devolvê-lo ao órgão solicitante no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data do seu recebimento.

8.2.2.2. A assinatura do Contrato realizar-se-á por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil, consoante previsto no artigo 6º do Decreto Municipal nº 5.912/2019, mediante convocação através de link emitido pelo Portal Aracaju Compras.

8.2.2.3. Em caso de indisponibilidade do sistema ou impossibilidade de convocação através do Portal de Compras do Município de Aracaju - Aracaju Compras, alternativamente a Administração poderá encaminhá-lo ao adjudicatário através de outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de até 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.

8.2.3. O prazo previsto para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado apenas uma vez, por igual período, quando solicitado pelo convocado durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificável aceito pela Administração.

8.2.3.1. Decorrido o prazo e não tendo o fornecedor respondido à convocação, perderá o direito à contratação e estará sujeito às penalidades descritas neste Edital e no **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**, consoante estabelecido no artigo 90 da Lei nº 14.133/2021.

8.2.4. O contrato terá prazo de vigência pelo período de **12 (doze) meses**, conforme previsão no item 6 do **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**.

8.2.4.1. O contrato, firmado durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços produz efeitos até o total cumprimento das obrigações pelas partes, mesmo após o término da vigência da Ata.

8.2.5. Na assinatura do contrato ou aceite do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**

## **9. RECURSOS**

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto nos arts. 165 e 168 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 109 do Decreto Municipal nº 7.178/2023.

9.2. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada de forma imediata, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão;

9.2.2. A manifestação da intenção de recorrer a que se refere o item 9.2.1 será em dois momentos, após o término do julgamento das propostas e após o ato de habilitação, sob pena de preclusão.

9.2.3. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.2.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento;

9.2.5. O prazo para apresentação de contrarrazões é de 3 (três) dias úteis e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;

9.2.6. A apreciação do recurso dar-se-á em fase única.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar a decisão que anulou ou revogou a licitação:

9.3.1. O prazo para apresentação das razões recursais é de 3 (três) dias úteis e será iniciado na data de publicação do ato de anulação ou revogação;

9.3.2. O prazo para apresentação de contrarrazões é de 3 (três) dias úteis e terá início na data de divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.4. Caberá ao agente de contratação verificar o cumprimento dos pressupostos recursais, notadamente a tempestividade e a motivação do ato, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

9.4.1. Nesse momento o agente de contratação não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

9.4.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**

9.4.3. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal ou subscritos por representante não habilitado legalmente, ou não identificado no processo com poderes para atuar em nome do recorrente.

9.5. O recurso será dirigido ao agente de contratação ou à comissão de contratação que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos e contrarrazões deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.8. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

9.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste edital.

**9.9.1. Por força do disposto no Decreto Municipal nº 5.912/2019, em decorrência do qual os processos administrativos oriundos da Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional são realizados através meio eletrônico, os interessados em dar vistas ao processo poderão obter cópia integral dos autos mediante solicitação dirigida ao e-mail do agente de contratação ou mediante o comparecimento a esta Secretaria munidos de pen-drive, CD-ROM ou similar.**

## **10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

10.1. Comete infração administrativa o fornecedor que, com dolo ou culpa, cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

10.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação durante o certame;

10.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**

10.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;  
ou

10.1.5.4. deixar de apresentar amostra ou realizar prova de conceito.

10.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.6.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando

10.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei em qualquer momento da licitação;

10.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.10.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.10.4. prestar declaração falsa quanto ao enquadramento como ME/EPP.

10.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

10.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

(a) Advertência pela falta do subitem 10.1.1 deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

- (b) Multa de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 10.1.1 a 10.1.12, consoante gradação discriminada no item 14 do **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**;
- (c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Aracaju, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.7 deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- (d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.8 a 10.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.5. A aplicação das sanções previstas neste Edital, em hipótese alguma, isenta o fornecedor da obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

10.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou processo administrativo de responsabilização.

10.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**

10.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

10.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/1999.

## **11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no sistema [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) e no Portal Aracaju Compras no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados de forma eletrônica por meio de campo próprio do sistema [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br);

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1. O procedimento será divulgado no sistema [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), no Portal Aracaju Compras ([www.aracajucompras.se.gov.br](http://www.aracajucompras.se.gov.br)), no Diário Oficial do Município de Aracaju ([www.aracaju.se.gov.br](http://www.aracaju.se.gov.br)) ou [http://sga.aracaju.se.gov.br:5011/legislacao/faces/diario\\_form\\_pesq.jsp](http://sga.aracaju.se.gov.br:5011/legislacao/faces/diario_form_pesq.jsp)) e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>).

12.2. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a **SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO** revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivado de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

12.3. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**

12.4. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

12.5. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Edital, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente público responsável da Administração na respectiva notificação.

12.6. Da contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expedientes na **SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO**.

12.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

12.8. No julgamento das propostas e da habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.9. É facultada ao agente de contratação ou à autoridade superior da **SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO**, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

12.10. As normas disciplinadoras deste Edital serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.11. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

12.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.13. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

12.14. Os casos omissos serão decididos pelo agente público em conformidade com as disposições constantes dos Decretos e Leis citados no preâmbulo deste Edital.

12.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**

12.15.1. ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO;

12.15.2. ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA;

12.15.3. ANEXO III – ATA DE REGISTRO DE PREÇO

12.15.4. ANEXO IV – MINUTA DE ORDEM DE SERVIÇO;

12.15.4. ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO

Aracaju/SE, 24 de março de 2026.

**KÊNIA ALVINA DOS SANTOS CONCEIÇÃO**  
Pregoeiro/SEPLOG-CCL

**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**

**ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.2. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

1.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sede da matriz;

1.6. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no país: decreto de autorização para funcionamento no Brasil;

1.7. Os documentos de habilitação jurídica elencados deverão estar acompanhados de todas as alterações que tenham sido realizadas e registradas perante o órgão competente, ou apresentar a última alteração realizada e registrada, desde que traga em seu bojo a consolidação da versão final do ato constitutivo.

**2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**

2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Distrital/Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.5.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006 estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, visto que tais informações já constam no Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI a que se refere o item 1.3.

2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Distrital/Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

2.7. Prova de regularidade com a Fazenda do Município de Aracaju, em observância ao disposto nos incisos II e III do art. 75 da Lei Municipal nº 1.547/1989.

2.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais ou Distritais/Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

2.9. Caso o fornecedor detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou sociedade cooperativa equiparada deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

### **3. Declarações gerais**

3.1. Declaração, sob pena de inabilitação, de que cumpre as exigências de reservas de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

3.2. Declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da entrega da proposta.

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**Processo Administrativo nº**

**1. OBJETO**

**1.1.REGISTRO DE PREÇOS** para contratação de empresa especializada na prestação de **serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais**, para atuação nas funções de **AGENTE DE APOIO OPERACIONAL ESCOLAR, AGENTE DE PORTARIA, AGENTE ADMINISTRATIVO, ARTÍFICE E SUPERVISOR GERAL**, conforme as necessidades das unidades escolares e administrativas da **Secretaria Municipal da Educação – SEMED**, visando garantir a continuidade e a eficiência das atividades de suporte essenciais ao funcionamento da rede municipal de ensino, em conformidade com as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

**1.1.1.** O Sistema de Registro de Preço tem por finalidade o registro formal de preços, fornecedores, unidades participantes e condições de execução do objeto, aplicáveis a futuras contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

**1.1.2.** A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública Municipal a firmar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhe facultada a realização de outros processos de contratação para aquisição de um ou mais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do art. 83 da Lei nº 14.133/2021.

**1.1.3.** Os cargos/funções objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA estão listados abaixo:

LOTE – 1 (LOTE ÚNICO)								
A	B	C	D	E	F	G	H	I
ORD EM	CÓDIGO	CARGO / FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA	APRESEN- TAÇÃO	QUAN- TIDADE TOTAL DE POSTOS DE TRABAL HO	VALOR UNITÁRIO MENSAL R\$	VALOR TOTAL MENSAL – R\$  <b>H = F X G</b>	VALOR TOTAL PARA 12 MESES  <b>I = H X 12 MESES</b>
1	116701	AGENTE DE APOIO OPERACION	44 HORAS SEMANAIS	Posto de Trabalho	50	5.482,12	274.106,00	3.289.272,00

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

		AL ESCOLAR	8 HORAS POR DIA					
2	116702	AGENTE DE PORTARIA	36 HORAS SEMANAIS  6 HORAS POR DIA	Posto de Trabalho	400	4.592,09	1.836.836,00	22.042.032,00
3	116703	AGENTE ADMINISTRA TIVO	44 HORAS SEMANAIS  8 HORAS POR DIA	Posto de trabalho	250	5.482,12	1.370.530,00	16.446.360,00
4	116704	ARTÍFICE	44 HORAS SEMANAIS  8 HORAS POR DIA	Posto de trabalho	25	6.496,48	162.412,00	1.948.944,00
5	116706	SUPERVISOR GERAL	44 HORAS SEMANAIS  8 HORAS POR DIA	Posto de trabalho	13	8.580,86	111.551,18	1.338.614,16
TOTAL GERAL DO LOTE – 1 (LOTE ÚNICO) – PARA 12 MESES – R\$								45.065.222,16

1.2. A natureza da contratação é **comum**, nos termos do **inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021**, por se tratar de serviço cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital. A execução será de forma **continuada**, conforme o **inciso XIV do mesmo artigo**, e será realizada sob regime de **dedicação exclusiva de mão de obra**, tendo em vista a necessidade de alocação permanente dos profissionais nas unidades da Secretaria Municipal da Educação – SEMED.

1.3. Critério de julgamento: **MENOR PREÇO POR LOTE, CONSIDERANDO O VALOR GLOBAL PARA UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, NOS TERMOS DO ART. 33, INCISO I, DA LEI Nº 14.133/2021.**

1.4. Modo de disputa:

**ABERTO**

1.5. O lance deverá ser ofertado pelo:

**TOTAL DO GRUPO/LOTE, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO O VALOR TOTAL PARA 12 (DOZE) MESES. ATENÇÃO: O LOTE ESTÁ DETALHADO NO ITEM – 29.1, DESTE TERMO.**



ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

**1.6.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de:

**R\$ 10,00 (dez reais).**

## 2. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por finalidade assegurar a continuidade dos serviços administrativos e operacionais indispensáveis ao funcionamento das unidades escolares e das unidades administrativas da Secretaria Municipal da Educação – SEMED, mediante a prestação de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais, executados por empresa especializada.

As atividades objeto deste Termo de Referência: agente de apoio operacional escolar, agente de portaria, agente administrativo, artífice e supervisor geral possuem natureza meio, de caráter acessório, essenciais ao suporte das atividades educacionais, mas distintas das funções finalísticas da Administração Pública. Por essa razão, sua execução por empresa terceirizada é plenamente legítima, conforme reconhecem o Supremo Tribunal Federal, na ADPF 324, o Tribunal Superior do Trabalho, por meio da Súmula 331, e o Tribunal de Contas da União, a exemplo do Acórdão nº 1.214/2013 – Plenário.

A necessidade desta contratação decorre do crescimento contínuo da matrícula escolar nos últimos exercícios, da ampliação das ofertas educacionais, da inauguração de novas unidades e da expansão da rede física da SEMED, fatores que exigem estrutura de apoio suficiente, estável e padronizada para garantir o pleno funcionamento das escolas, a segurança da comunidade escolar e a regularidade das rotinas administrativas internas, inclusive na sede da SEMED, conselhos, almoxarifado e demais unidades.

Nos últimos exercícios, registrou-se o seguinte número de matrículas na Rede Municipal de Ensino <sup>1</sup>:

- **Ano 2023:** 30.448
- **Ano 2024:** 32.910
- **Ano 2025:** aproximadamente **34.797 educandos matriculados** (dados preliminares/definitivos do Sistema de Gestão Educacional / Censo Escolar / Relatório SEMED).

Esse incremento é acompanhado pelo maior ciclo recente de reformas, ampliações e construções na rede municipal. No segundo semestre de 2025, foram entregues as unidades

<sup>1</sup> <https://centraldedados.educacao.aju.br/bi.php?action=biGraphRegistration>

**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**

EMEF Alcebíades Melo Vilas Boas (Bairro Industrial) e EMEI Maria Givalda (Soledade), totalmente reestruturadas. Para o período até julho de 2026, estão previstas as entregas das unidades: EMEI Nunes Mendonça, EMEF 17 de Março, EMEF Olga Benário, EMEI Neuzice Barreto, EMEF José Antônio da Costa Melo e EMEI Comunidade Mangabeiras. Para janeiro de 2027, integram o cronograma de finalização as unidades EMEI Áurea Melo Zamour e EMEI Major João Teles de Menezes.

O planejamento da Coordenadoria de Infraestrutura e Edificações para 2026 contempla, ainda, a ampliação das unidades EMEI Dr. José Calumby Filho, EMEI Dom Hélder Câmara, EMEI Monsenhor João Moreira Lima – Anexo, EMEF Bebê Tiúba e EMEF Rachel Cortes Rollemberg, bem como a construção das novas unidades EMEF Porto Dantas, EMEI Dom Luciano e EMEI Centro, todas a serem executadas em sistema construtivo modular e com previsão de entrega no mesmo exercício.

Somam-se, também, as unidades já licitadas no âmbito do PAC/FNDE – Creche Tipo 1 no Porto Dantas e Escola de Tempo Integral no Lamarão, previstas para conclusão em 2027, bem como as obras em andamento do Programa AMEEI (Governo do Estado), incluindo as Creches Tipo 1 (Bugio) e Tipo 2 (18 do Forte).

Esse conjunto de intervenções expande significativamente a rede física municipal, elevando proporcionalmente a demanda por serviços administrativos e operacionais. Cada nova unidade ou ampliação exige estrutura mínima permanente para portaria, manutenção predial simples, suporte administrativo, organização de rotinas, atendimento, circulação segura dos estudantes e apoio logístico à gestão escolar.

Paralelamente, observa-se redução do quadro efetivo em razão de vacâncias, aposentadorias, falecimentos, licenças legais, afastamentos médicos e readaptações de função, comprometendo a capacidade operacional da Secretaria. O Departamento de Gestão de Pessoal registra demanda reprimida consolidada, composta por diversas solicitações formais das escolas e unidades administrativas, inviáveis de atendimento diante do esgotamento do contrato vigente e da insuficiência de servidores próprios.

A omissão na recomposição dessa força de trabalho acarretaria prejuízos ao calendário letivo, risco à segurança patrimonial e à integridade da comunidade escolar, além de sobrecarga dos servidores remanescentes, comprometendo metas institucionais e o planejamento estratégico da SEMED. A realização de concurso público ou processo seletivo simplificado mostra-se inviável em razão da urgência da demanda e da necessidade de garantir continuidade no atendimento, conforme os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

**Parte dessas atividades era atendida pelo Contrato nº 042/2024, decorrente da Dispensa de Licitação nº DI 0694/2024, cujo quantitativo já havia sido ampliado ao limite legal de 25% previsto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021. O referido contrato foi encerrado em 03/11/2025, não sendo juridicamente possível promover nova ampliação ou prorrogação, em observância aos princípios da legalidade, da motivação e do planejamento, bem como às normas que vedam a prorrogação de contratações emergenciais além dos limites legais.**

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

**Do mesmo modo, não se admite nova contratação emergencial para atendimento de demanda permanente e previsível, uma vez que o regime emergencial possui caráter excepcional, restrito e transitório. A utilização de emergenciais sucessivas, sem situação fática nova e imprevisível, configura burla ao dever de planejamento e viola os princípios da eficiência, da economicidade e da continuidade do serviço público, conforme entendimento consolidado do controle externo sobre contratações emergenciais.**

A execução direta por servidores efetivos revela-se inviável tanto pela insuficiência de pessoal quanto pela natureza acessória das atividades, o que reforça a pertinência da execução indireta. A contratação de empresa especializada assegura substituição imediata em casos de ausências, padronização dos serviços, maior governança contratual e menor sobrecarga administrativa, garantindo continuidade, eficiência e regularidade no atendimento às demandas das unidades escolares e administrativas da SEMED.

A contratação está amparada pelos arts. 6º, XI, XIII, XV e XVI; 11; 18; 28, I; 33, I; 47, caput e §1º; 82, 83, 84 e 86; e 125 da Lei nº 14.133/2021, que disciplinam o dever de planejamento, o ciclo de vida do objeto, a contratação de serviços continuados, a modalidade pregão eletrônico, o critério de julgamento por menor preço, as regras de parcelamento do objeto, o Sistema de Registro de Preços e os limites legais para alterações contratuais. A presente contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) da SEMED e fundamenta-se no Estudo Técnico Preliminar (ETP), que dimensionou os postos de trabalho, estimou os custos, analisou os riscos e comprovou a necessidade administrativa.

A solução adotada considera integralmente o ciclo de vida do objeto, abrangendo: planejamento (identificação da necessidade, levantamentos da rede, dimensionamento dos postos, estimativa orçamentária e análise de riscos); contratação (pregão eletrônico, julgamento por menor preço por lote e registro de preços); execução (dedicação exclusiva, fiscalização, reposição imediata, padronização de rotinas e fornecimento de materiais); operação continuada; e encerramento (avaliação de desempenho, aferição de economicidade e retroalimentação do planejamento).

A contratação será realizada em lote único, conforme o art. 47, caput e §1º, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que as atividades apresentam nítida interdependência e demandam supervisão integrada, execução coordenada e padronização operacional no âmbito da SEMED. A análise realizada no Estudo Técnico Preliminar demonstrou que o parcelamento seria tecnicamente inadequado e economicamente desvantajoso, diante da necessidade de responsabilidade técnica unificada, da complexidade da logística de atendimento simultâneo às unidades e dos custos adicionais decorrentes da gestão de múltiplos contratos. A contratação global assegura ganho de escala, maior eficiência administrativa, padronização dos serviços, mitigação de riscos operacionais e melhor aproveitamento dos recursos públicos, garantindo a continuidade e a qualidade das atividades de apoio administrativo e operacional da rede municipal de ensino.

Diante do exposto, a presente contratação revela-se necessária, legalmente fundamentada, tecnicamente adequada e economicamente vantajosa, configurando medida indispensável para assegurar a continuidade, a qualidade e a eficiência dos serviços

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

administrativos e operacionais da Secretaria Municipal da Educação. Trata-se de providência essencial ao pleno funcionamento da Rede Municipal de Ensino, garantindo condições adequadas de apoio às atividades pedagógicas, administrativas e de gestão escolar.

## 2.2. QUANTO A ESCOLHA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS:

A adoção do Sistema de Registro de Preços – SRP mostra-se a solução mais adequada ao objeto, considerando-se a natureza contínua, variável e gradativa da demanda por serviços de apoio administrativo e operacional na rede municipal de ensino. Nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, o SRP permite o registro formal de preços, fornecedores e condições de execução, possibilitando contratações futuras conforme a necessidade da Administração, sem obrigatoriedade de aquisição imediata.

De igual modo, o art. 83 da mesma lei assegura que a existência de preços registrados não vincula a Administração, preservando sua discricionariedade em contratar ou realizar novo certame, garantindo preferência ao beneficiário da ata em igualdade de condições.

O uso do SRP revela-se especialmente oportuno diante do processo contínuo de **expansão da rede física da SEMED**, que, segundo planejamento da Coordenadoria de Infraestrutura e Edificações, prevê **a entrega de mais de 20 novas unidades escolares e creches, entre reformas, ampliações e construções até o ano de 2027**. Essa expansão ocasiona aumento proporcional na necessidade de postos de trabalho para apoio operacional, administrativo e supervisão, variando conforme o andamento e conclusão das obras.

Considerando que o cronograma de inaugurações é escalonado, sujeito a ajustes de execução e a variações orçamentárias, o SRP possibilita contratações graduais e compatíveis com o ritmo de entrega das unidades, evitando contratações prematuras, subdimensionadas ou superdimensionadas. Essa modalidade também reduz riscos de descontinuidade dos serviços e permite que a SEMED responda com agilidade às necessidades emergentes decorrentes da abertura de novas unidades e da recomposição de equipes em unidades já existentes.

A opção pelo **Pregão Eletrônico para Registro de Preços** amplifica a competitividade, assegura maior economicidade, confere celeridade ao processo e permite planejamento orçamentário mais eficiente, com contratações feitas de acordo com a demanda real, evitando gastos desnecessários.

Ressalte-se que a **Ata de Registro de Preços terá validade inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período**, conforme autoriza o art. 84 da Lei nº 14.133/2021. Essa previsão dá segurança administrativa para absorver as demandas projetadas para o biênio 2026–2027, período no qual estão programadas as principais entregas de novas unidades educacionais.

Assim, o SRP se apresenta como instrumento adequado para garantir flexibilidade, economicidade, eficiência na gestão orçamentária e capacidade de atendimento progressivo às necessidades decorrentes da expansão planejada da rede municipal de ensino, em

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

consonância com as diretrizes de infraestrutura da SEMED e com a política pública de universalização e qualificação da educação básica no município.

### 3. MODELO DE ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

#### 3.1.DAS CONDIÇÕES PARA PREENCHIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO

Ao preencher a proposta, deste termo, o fornecedor deverá registrar a quantidade total contemplada e ofertar preço para todos os itens que compõem o LOTE, ficando a proposta vinculada às condições ofertadas, salvo na ocorrência de fator superveniente e imprevisível que altere o interesse público original. A estrutura visa preservar a economia de escala e assegurar a maior economicidade possível, viabilizando ampla competitividade, observando-se, nesse caso, o prazo e o local de execução dos serviços.

**3.1.1.** Os itens do lote destinam-se à ampla participação de empresas cujo objeto social e capacidade técnica sejam compatíveis com o serviço contratado, observadas as exigências de habilitação previstas neste Termo de Referência, em conformidade com os princípios da isonomia e da competitividade.

**3.1.2.** A empresa licitante deverá utilizar o **MODELO DE PROPOSTA** disponibilizado no **ANEXO – III** deste TERMO DE REFERÊNCIA;

**3.1.3.** A proposta deverá apresentar de forma clara e detalhada a especificação de cada item, em conformidade com o que estabelece o **ITEM - 4**, deste Termo de Referência.

#### 3.2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Poderão participar deste certame os interessados que atenderem integralmente às exigências contidas neste Termo de Referência e cujo objeto social seja compatível com o objeto da contratação, especialmente no que se refere à prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra.

#### 3.3.DA INAPLICABILIDADE DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP

- A) Considerando a natureza do objeto de serviço contínuo, indivisível e com dedicação exclusiva de mão de obra, envolvendo gestão integrada, substituições imediatas e operação simultânea em diversas unidades educacionais, não se aplica o tratamento diferenciado previsto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.
- B) Nos termos do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, o tratamento favorecido às ME/EPP não deve ser aplicado quando for incompatível com a complexidade, o porte ou a divisibilidade do objeto, ou quando comprometer a seleção da proposta mais vantajosa.

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

- C) O Estudo Técnico Preliminar demonstrou que a execução exige estrutura operacional robusta e capacidade econômico-financeira ampliada, incompatíveis com o porte típico das ME/EPP, especialmente em razão do valor global da contratação, da necessidade de continuidade e da gestão integrada de equipes.
- D) Assim, não será admitida a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, por ausência de compatibilidade operacional e financeira com o objeto, em estrita observância ao art. 4º da Lei nº 14.133/2021 e às exceções previstas na LC nº 123/2006.
- E) Além disso, na forma do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, devido o valor do LOTE, **não será concedido tratamento favorecido** para as microempresas, as empresas de pequeno porte, os microempreendedores individuais e para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007. **Segue detalhamento do valor do LOTE:**

LOTE	TOTAL GERAL MÁXIMO DO LOTE PARA 12 MESES R\$  (VER ITEM – 29.1, DESTE TERMO DE REFERÊNCIA)	OBSERVAÇÃO
1	45.065.222,16	NÃO SERÁ CONCEDIDO TRATAMENTO FAVORECIDO, CONFORME DISCIPLINADO NO ITEM – 3.3.E, DESTE TERMO.

### 3.4. OUTRAS VEDAÇÕES

Não poderão participar direta ou indiretamente desta licitação os fornecedores que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

#### 3.4.1. Empresas constituídas sob a forma de consórcio

A vedação fundamenta-se no art. 15, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, e encontra respaldo técnico no Estudo Técnico Preliminar, que demonstrou que a natureza contínua, indivisível e operacionalmente integrada do objeto torna desnecessária e inadequada a atuação conjunta de empresas.

A execução dos serviços para múltiplas unidades educacionais exige gestão padronizada, comunicação unificada, substituições imediatas e responsabilização direta, o que pressupõe uma única pessoa jurídica plenamente capaz de assumir toda a execução.

Além disso, o mercado fornecedor local e regional possui empresas com capacidade técnica, operacional e econômico-financeira individual suficiente para atender ao



ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

objeto, tornando desnecessária a formação de consórcios.

Assim, a restrição visa garantir a celeridade, eficiência, segurança jurídica e unidade de comando, evitando riscos de fragmentação interna, divergência de responsabilidades e dificuldades de fiscalização.

### 3.4.2. Pessoas físicas

Não será permitida a participação de pessoas físicas, pois a execução exige qualificação técnica e econômico-financeira compatível com serviços contínuos de dedicação exclusiva, conforme art. 67 da Lei nº 14.133/2021, cuja comprovação somente é possível por pessoas jurídicas detentoras de estrutura organizacional adequada.

A vedação também se fundamenta no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que condiciona a participação em licitação à demonstração de capacidade compatível com o objeto, vedando a habilitação de agentes sem condições técnico-operacionais para execução do serviço.

### 3.4.3. Cooperativas

É vedada a participação de **cooperativas de trabalho**, em razão das características do objeto, serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, executados com subordinação direta, habitualidade e pessoalidade, hipóteses em que a jurisprudência do TCU reconhece ser ilícita a atuação de cooperativas por configurar relação típica de emprego (Súmula TCU 281; Acórdãos 2463/2019, 2260/2017 e 2221/2013).

### 3.4.4. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e entidades sem fins lucrativos

É vedada a participação de **OSCIPs e demais entidades sem fins lucrativos**, uma vez que o objeto desta contratação: **prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, de natureza tipicamente empresarial e operacional não se compatibiliza** com as finalidades institucionais dessas entidades. A jurisprudência do TCU reforça que a participação de entidades sem fins lucrativos só é admissível quando **suas atividades estatutárias guardam correspondência direta com o serviço licitado**, o que não ocorre em contratações voltadas à alocação de mão de obra e gestão operacional (TCU, **Acórdãos nº 2.847/2019 e nº 2.607/2021 – Plenário**). Assim, restringe-se a participação às **empresas do setor privado com capacidade técnica e operacional compatíveis com o objeto**, assegurando a competitividade e a execução adequada dos serviços.

### 3.4.5. Empresas Punidas ou Impedidas de Contratar com o Poder Público

Vedada a participação de empresas declaradas inidôneas, suspensas, impedidas ou com sanções vigentes nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, inclusive aquelas constantes no CEIS, CNEP ou cadastros equivalentes.

### 3.4.6. Empresas cujo Objeto Social seja incompatível com o Presente Termo de Referência



ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

Somente poderão participar empresas cuja atividade básica seja compatível com a execução de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, conforme art. 66 da Lei nº 14.133/2021.

### 3.4.7. Empresas com Dirigentes Impedidos

Vedada a participação de empresas cujo dirigente, administrador ou responsável técnico esteja enquadrado nas hipóteses de impedimento previstas no art. 9º da Lei nº 14.133/2021, especialmente aquelas envolvendo vínculo com a Administração ou potencial conflito de interesses.

## 3.5. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO OBJETO

**3.5.1.** A contratação compreende, além da mão de obra, o fornecimento obrigatório de vale-alimentação, uniforme/fardamento e seguro de vida, os quais integram o custo direto do serviço e devem constar na formação dos preços, conforme art. 23, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

**3.5.2.** Os quantitativos de horas previstos neste Termo de Referência constituem o dimensionamento mínimo necessário à adequada execução dos serviços, considerando o funcionamento das unidades educacionais, o histórico contratual e as conclusões do Estudo Técnico Preliminar. Esse dimensionamento integra a memória de cálculo do valor estimado, nos termos da legislação vigente.

**3.5.3.** A execução será iniciada exclusivamente mediante Ordem de Serviço formalizada pelo fiscal do contrato, precedida de **CONTRATO** emitido pela unidade demandante, garantindo rastreabilidade, controle da execução e compatibilidade com as necessidades operacionais da SEMED.

**3.5.4.** Os horários de execução poderão ser ajustados pela SEMED conforme a rotina das unidades escolares e as necessidades administrativas, assegurando a adequada prestação do serviço contínuo.

### 3.5.5. Composição e Fundamentação do Lote Único

A composição do **Lote Único** encontra-se detalhada no **ITEM 29.1** deste Termo de Referência. A adoção dessa forma de contratação fundamenta-se no **art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021**, que admite o afastamento do parcelamento quando demonstrado que a divisão do objeto não é tecnicamente viável ou não apresenta vantajosidade econômica.

A jurisprudência do **Tribunal de Contas da União** segue essa mesma orientação, afirmando que “o parcelamento deve ser adotado sempre que viável e vantajoso para a Administração, cabendo à unidade demandante justificar a impossibilidade quando o fracionamento comprometer a execução ou a funcionalidade do objeto” (TCU, Acórdão 1732/2009 – Plenário). No mesmo sentido, o TCU reconhece que não se deve promover o parcelamento “quando a solução reivindica tratamento integrado e a divisão puder

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

comprometer padronização, eficiência ou continuidade” (TCU, Acórdão 525/2012 – Plenário).

Como ensina **Carlos Henrique Harper Cox**, no livro *Planejamento das Contratações Públicas*, “a primeira análise do planejamento deve verificar se o objeto é tecnicamente divisível”, destacando que “o parcelamento somente é adequado quando a divisão preserva a funcionalidade da solução, a coerência operacional e a economia de escala”. O autor acrescenta que, “quando a divisão afeta a integridade da solução, gera risco de inconsistências na execução ou dificulta a gestão integrada, o objeto deve ser tratado como operacionalmente indivisível, ainda que suas partes possam ser fisicamente destacáveis”.

No caso da SEMED, o serviço contratado exige **gestão integrada da mão de obra**, padronização de rotinas, substituições imediatas e atuação simultânea em diversas unidades educacionais, evidenciando tratar-se de objeto cuja eficácia depende de execução unificada. A fragmentação entre diferentes fornecedores criaria risco de descontinuidade, perda de padronização, aumento da complexidade de fiscalização e redução da eficiência, circunstâncias que demonstram a **indivisibilidade operacional** do objeto.

Diante disso, a contratação em lote único mostra-se tecnicamente adequada, juridicamente amparada e alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade, observando a legislação vigente, a doutrina especializada e a jurisprudência consolidada do TCU.

**3.5.6.** A licitante deverá apresentar cotação para **todos os itens** que compõem o lote, sendo vedadas propostas parciais. Essa exigência decorre da própria natureza do **lote único**, que concentra a responsabilidade da execução em um único fornecedor, assegurando padronização, continuidade e uniformidade na prestação dos serviços. A fragmentação da proposta comprometeria a gestão integrada da mão de obra, dificultaria o controle administrativo e aumentaria o risco de inconsistências operacionais entre unidades distintas. Assim, a cotação integral garante coerência técnica, facilita a fiscalização e assegura que o objeto seja executado como solução única e integrada, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e do interesse público.

#### 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**4.1.** A presente contratação tem por objeto a prestação de **serviços continuados**, com **dedicação exclusiva de mão de obra**, destinados às funções de agente de apoio operacional escolar, agente de portaria, agente administrativo, artífice e Supervisor Geral, visando atender de forma integrada, contínua e eficiente às necessidades das unidades escolares e administrativas vinculadas à Secretaria Municipal da Educação – SEMED, sendo tais serviços essenciais para a manutenção da rotina institucional, para a segurança da comunidade escolar e para o adequado suporte às atividades pedagógicas e administrativas, compondo estrutura indispensável ao funcionamento diário da Rede Municipal de Ensino; por se tratarem de serviços de natureza contínua, o contrato poderá ter **vigência inicial compatível com a necessidade administrativa** e ser **prorrogado sucessivamente**, desde que mantidas as condições vantajosas para a Administração e avaliadas satisfatoriamente as

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

condições de execução, **até o limite máximo de 10 (dez) anos**, nos termos do **art. 107 da Lei nº 14.133/2021**, mediante justificativa formal, comprovação da vantajosidade, manifestação jurídica e autorização da autoridade competente, tudo de forma a assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços essenciais prestados.

**4.1.1.** A execução contratual é predominantemente de natureza técnica e operacional, correspondendo aproximadamente a **98%** do valor estimado, sendo o fornecimento de materiais de uso individual, tais como uniformes, crachás e Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, responsável por parcela acessória estimada em até **2%**, conforme análise prévia realizada no Estudo Técnico Preliminar. Essa composição é determinante para a correta incidência tributária e para a adequada caracterização do objeto como prestação de serviço contínuo.

**4.1.2.** Sempre que houver fornecimento de materiais ou insumos, poderão ser adotados critérios de sustentabilidade ambiental, observados os princípios da economicidade, competitividade e proporcionalidade, nos termos da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), desde que a adoção de tais práticas não imponha ônus desproporcional aos licitantes nem comprometa a execução contratual.

**4.1.3.** Todos os profissionais alocados pela contratada, independentemente da função exercida, deverão atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos mínimos:

- I – possuir idade mínima de 18 anos;**
- II – comprovar escolaridade mínima de ensino médio completo;**
- III – apresentar aptidão física e mental compatível com as atividades desempenhadas;**
- IV – manter conduta profissional compatível com os princípios de urbanidade, respeito, ética, cordialidade e sigilo funcional;**
- V – apresentar, previamente ao início das atividades, e manter atualizadas, certidões de antecedentes criminais, renovadas semestralmente, conforme determinação legal.**

**4.1.4.** Considerando que a execução ocorrerá em ambiente educacional frequentado por crianças e adolescentes, incidem sobre esta contratação deveres reforçados de proteção integral e prevenção de riscos, em consonância com o art. 227 da Constituição Federal, com a Lei nº 14.811/2024 e com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Nos termos do **art. 59-A do ECA**, incluído pela Lei nº 14.811/2024, os estabelecimentos educacionais públicos ou privados **devem exigir e manter, obrigatoriamente, certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os colaboradores**, independentemente do vínculo, com renovação a cada 6 (seis) meses.

**4.1.5.** Para resguardar a integridade e segurança de crianças, adolescentes, servidores e comunidade escolar, **é vedada a alocação de profissionais que tenham sido condenados, ou que estejam respondendo a ação penal**, por crimes cuja natureza seja

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

incompatível com o ambiente escolar, especialmente:

- crimes de **violência doméstica e familiar**, nos termos da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha);
- crimes **contra a dignidade sexual**, inclusive os previstos nos arts. 213, 217-A, 218 e correlatos do Código Penal;
- crimes previstos nos arts. 240, 241-A, 241-B e demais dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente relativos à violência ou exploração infantil;
- crimes **hediondos** ou equiparados, quando relacionados à integridade física, psicológica ou sexual de menores, nos termos da Lei nº 8.072/1990;
- quaisquer delitos que representem risco grave e concreto à integridade da comunidade escolar.

**4.1.6.** A contratada deverá exercer controle rigoroso sobre a situação jurídica de seus colaboradores e promover, de imediato, a substituição de qualquer profissional cuja condição criminal ou comportamental se torne incompatível com o exercício das funções previstas neste Termo de Referência. A omissão ou atraso na substituição acarretará aplicação das penalidades cabíveis, sem prejuízo das demais responsabilidades administrativas, civis e penais.

**4.1.7.** Considerando que a execução dos serviços se dará de forma descentralizada, em múltiplas unidades, envolvendo diferentes categorias profissionais e exigindo padronização de rotinas, controle de qualidade e resposta célere a intercorrências operacionais, a Contratada deverá dispor de estrutura de supervisão compatível com a complexidade do objeto, a ser exercida por profissional designado para a função de Supervisor Geral.

**4.1.8.** Compete à Contratada, por meio desse profissional, promover a coordenação interna das equipes, o acompanhamento da execução dos serviços, a orientação dos colaboradores e a adoção das medidas necessárias à manutenção da regularidade, continuidade e eficiência da prestação, assegurando o fiel cumprimento das obrigações contratuais.

**4.1.9.** A atuação do Supervisor Geral insere-se exclusivamente na esfera organizacional da Contratada, não implicando subordinação à Administração Pública, à qual compete apenas a fiscalização dos resultados e da execução contratual, nos termos da legislação vigente, permanecendo sob responsabilidade exclusiva da empresa a gestão, supervisão e direção de seus empregados.

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

4.2. ATIVIDADES ABRANGIDAS

A) SEGUE:

AGENTE DE APOIO OPERACIONAL ESCOLAR – CBO: 3341-10		
Requisitos específicos	Atribuições essenciais	Jornada
<ul style="list-style-type: none"> <li>Atender aos requisitos gerais aplicáveis a todos os cargos, conforme <b>item 4.1.3, deste TERMO DE REFERÊNCIA</b>;</li> <li><b>Escolaridade mínima:</b> Ensino médio completo;</li> <li><b>Conhecimentos básicos de informática</b>, para uso simples de computador, registros e acesso a sistemas internos, quando demandado;</li> <li><b>Capacidade de atendimento à comunidade escolar</b>, com postura ética, respeitosa e adequada ao ambiente educacional;</li> <li><b>Aptidão para organização e manuseio de documentos, materiais e insumos de uso cotidiano</b> da unidade escolar;</li> <li><b>Capacidade física compatível com atividades operacionais leves</b>, incluindo deslocamento interno e apoio à rotina escolar;</li> <li><b>Habilidade para atuar sob orientação da gestão escolar</b>, observando normas internas e rotinas institucionais;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apoiar a <b>rotina operacional e organizacional da unidade escolar</b>, atuando de forma contínua e exclusiva sob orientação e supervisão da gestão;</li> <li><b>Prestar apoio à organização da rotina escolar</b>, colaborando com o fluxo interno de estudantes, servidores e informações;</li> <li><b>Apoiar os estudantes nas atividades de alimentação</b>, auxiliando no deslocamento ao refeitório, organização do ambiente e acompanhamento durante as refeições, quando necessário;</li> <li><b>Auxiliar no encaminhamento e acompanhamento de estudantes ao banheiro</b>;</li> <li><b>Acompanhar o deslocamento interno dos estudantes</b>, apoiando entradas, saídas, intervalos e transições entre ambientes;</li> <li><b>Colaborar com a organização funcional dos ambientes escolares</b>, incluindo salas, refeitórios, banheiros infantis e áreas comuns, sem execução de</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>44 (quarenta e quatro) horas semanais</b>, distribuídas de segunda a sábado, com escalas definidas conforme a necessidade operacional das unidades escolares ou administrativas da SEMED, observando-se os intervalos legais, limites diários de jornada e as disposições da Convenção Coletiva de Trabalho vigente.</li> </ul>

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Conduta compatível com o ambiente escolar</b>, com respeito à dignidade, à privacidade e à integridade física e emocional dos estudantes, bem como observância às normas de proteção da criança e do adolescente.</li> </ul>	<p>atividades de limpeza pesada, manutenção predial ou vigilância;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Auxiliar na organização, distribuição e controle de materiais de uso cotidiano</b>, como itens de higiene, alimentação, documentos e materiais de apoio;</li> <li>• <b>Prestar apoio logístico a atividades internas, reuniões e eventos escolares</b>, auxiliando na preparação de espaços e organização de materiais;</li> <li>• <b>Comunicar à gestão escolar situações relevantes observadas no cotidiano</b>, especialmente aquelas relacionadas ao bem-estar dos estudantes;</li> <li>• <b>Executar outras atividades correlatas de apoio organizacional e operacional escolar</b>, compatíveis com a natureza da função e determinadas pela gestão escolar ou pela Secretaria Municipal da Educação.</li> </ul>	
<p><b>Observação:</b> O Agente de Apoio Operacional Escolar atuará exclusivamente no <b>apoio organizacional, operacional e assistencial básico à rotina escolar, não exercendo atividades pedagógicas, de docência, avaliação educacional, atendimento clínico ou terapêutico</b>, nem substituindo profissionais específicos previstos em normativos próprios, inclusive apoio escolar da educação especial quando exigidos por laudo ou PEI.</p>		

B) **SEGUE:**

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

**AGENTE DE PORTARIA – CBO: 5174-15**

Requisitos específicos	Atribuições essenciais	Jornada
<ul style="list-style-type: none"> <li>Atender aos requisitos gerais aplicáveis a todos os cargos, conforme estabelecido no <b>item 4.1.3, deste TERMO DE REFERÊNCIA;</b></li> <li>Experiência prévia em atendimento ou funções similares;</li> <li>Habilidade para controle de fluxo de pessoas e para o registro organizado de informações relacionadas ao acesso e circulação na unidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Controlar o acesso de pessoas, visitantes, fornecedores e prestadores de serviços, registrando informações conforme procedimentos definidos pela unidade;</li> <li>Apoiar o fluxo de alunos e servidores na entrada, saída e circulação interna, contribuindo para a organização do ambiente escolar;</li> <li>Receber, registrar e encaminhar correspondências, documentos e pequenos volumes aos setores competentes;</li> <li>Observar situações atípicas ou ocorrências relevantes, comunicando imediatamente à direção da unidade escolar ou ao fiscal do contrato;</li> <li>Apoiar a organização de filas, fluxos de acesso e demandas relacionadas a eventos escolares, sempre conforme orientação da gestão;</li> <li>Manter o posto de trabalho organizado, zelando pelos materiais sob sua guarda e pela adequada apresentação do ambiente;</li> <li>Orientar usuários quanto às normas básicas de</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>36 (trinta e seis) horas semanais, distribuídas de segunda a sábado, com escalas definidas conforme a necessidade operacional das unidades escolares ou administrativas da SEMED, respeitados os intervalos legais, a jornada diária máxima aplicável e as disposições da Convenção Coletiva de Trabalho vigente.</b></li> </ul>



ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

	<p>convivência e circulação, <b>sem exercer poder disciplinar ou atividades de vigilância patrimonial</b>;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Executar outras atividades correlatas compatíveis com a natureza administrativa e operacional da função.</li> </ul>	
--	---	--

C) SEGUE:

AGENTE ADMINISTRATIVO – CBO: 4110-10		
Requisitos específicos	Atribuições essenciais	Jornada
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atender aos requisitos gerais aplicáveis a todos os cargos, conforme estabelecido no <b>item 4.1.3, deste TERMO DE REFERÊNCIA</b>;</li> <li>• Conhecimentos básicos de informática, incluindo uso de Word, Excel, navegação na internet e sistemas administrativos;</li> <li>• Habilidade para atendimento ao público e organização de documentos;</li> <li>• Capacidade de comunicação clara e adequada às rotinas administrativas da unidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Executar rotinas administrativas de apoio às unidades escolares e aos setores da SEMED, conforme orientação da gestão da unidade;</li> <li>• Organizar, registrar e manter atualizados documentos, arquivos físicos e digitais, observando os fluxos administrativos estabelecidos;</li> <li>• Elaborar minutas e rascunhos de documentos internos, tais como: memorandos, listas, formulários e planilhas, sob supervisão de servidor responsável;</li> <li>• Operar equipamentos de escritório, incluindo computadores, impressoras, multifuncionais e scanners;</li> <li>• Atender ao público,</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>44 (quarenta e quatro) horas semanais</b>, distribuídas de segunda a sábado, com escalas definidas conforme a necessidade operacional das unidades escolares ou administrativas da SEMED, observando-se os intervalos legais, limites diários de jornada e as disposições da Convenção Coletiva de Trabalho vigente.</li> </ul>

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

	<p>prestando informações básicas e encaminhando usuários aos setores competentes;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Receber, protocolar, registrar e encaminhar documentos, correspondências e comunicações internas;</li><li>• Apoiar atividades administrativas relacionadas a reuniões, eventos, atividades internas e rotinas escolares, prestando suporte organizacional, sem exercer função disciplinar;</li><li>• Auxiliar no controle de materiais administrativos, na requisição interna de insumos e na comunicação com outros setores da SEMED;</li><li>• Manter a organização do ambiente de trabalho e zelar pelos materiais e equipamentos sob sua guarda;</li><li>• Comunicar à gestão eventuais irregularidades, pendências ou informações relevantes para o andamento das atividades da unidade;</li><li>• Executar outras atividades correlatas compatíveis com a natureza administrativa da função, desde que não envolvam atos de fé pública, assinatura de documentos oficiais escolares ou atribuições privativas de servidor público.</li></ul>	
--	--	--

D) SEGUE:

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

ARTÍFICE – CBO: 9143-05		
Requisitos específicos	Atribuições essenciais	Jornada
<ul style="list-style-type: none"> <li>Atender aos requisitos gerais aplicáveis a todos os cargos, conforme estabelecido <b>no item 4.1.3, deste TERMO DE REFERÊNCIA;</b></li> <li>Experiência prévia em manutenção predial leve;</li> <li>Conhecimentos básicos de reparos simples em instalações elétricas de baixa tensão, hidráulica, alvenaria leve, pintura e ajustes em mobiliário;</li> <li>Noções de segurança do trabalho e uso de EPIs.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Pequenos reparos elétricos em baixa tensão, tais como substituição de lâmpadas, tomadas, interruptores, reatores simples, suportes e ventiladores de teto, observados os limites da NR-10;</li> <li>Pequenos reparos hidráulicos, incluindo troca de torneiras, sifões, registros simples, reparos em acessórios sanitários e desobstruções manuais em ralos e caixas sifonadas;</li> <li>Manutenção predial leve, como ajustes de portas, janelas, dobradiças, trincos, fechaduras, recomposição pontual de revestimentos, correções mínimas de alvenaria e pequenos retoques de pintura;</li> <li>Manutenção e reparo de mobiliário escolar ou administrativo, incluindo ajustes, reforços, substituições simples e montagem de itens de pequena complexidade;</li> <li>Instalação e fixação de acessórios como murais, prateleiras simples, quadros, suportes, porta-papel, porta sabonete, assentos sanitários e sinalizações diversas;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>44 (quarenta e quatro) horas semanais</b>, distribuídas de segunda a sábado, com escalas definidas conforme a necessidade operacional das unidades escolares ou administrativas da SEMED, observando-se os intervalos legais, limites diários de jornada e as disposições da Convenção Coletiva de Trabalho vigente.</li> </ul>

**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio à organização dos ambientes mediante movimentação <b>leve</b> de materiais, caixas e equipamentos relacionados à manutenção predial, observados os limites ergonômicos da NR-17;</li> <li>• Realização de vistorias de rotina, identificando danos e comunicando imediatamente à direção da unidade ou ao fiscal do contrato quaisquer irregularidades, infiltrações, desgastes ou riscos que demandem intervenção especializada;</li> <li>• Apoio operacional em pequenas reorganizações físicas internas e preparação de ambientes quando envolverem ajustes ou instalações de baixa complexidade;</li> <li>• Zelar pela organização, limpeza e conservação dos materiais, ferramentas e da área onde o serviço foi realizado;</li> <li>• Executar outras atividades correlatas compatíveis com a natureza da função de manutenção predial leve.</li> </ul>	
--	--	--

**E) SEGUE:**

<b>SUPERVISOR GERAL – CBO: 4101-05</b>		
<b>Requisitos específicos</b>	<b>Atribuições essenciais</b>	<b>Jornada</b>

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atender aos requisitos gerais aplicáveis a todos os cargos, conforme estabelecido no <b>item 4.1.3, deste TERMO DE REFERÊNCIA;</b></li> <li>• Possuir experiência comprovada em atividades de supervisão, fiscalização ou coordenação de equipes, preferencialmente no âmbito de contratos de prestação de serviços ou atividades operacionais;</li> <li>• Demonstrar capacidade de liderança, organização e comunicação clara e assertiva;</li> <li>• Apresentar habilidade para elaboração de relatórios, registro de ocorrências e documentação administrativa;</li> <li>• Possuir conhecimento básico de informática para registro, comunicação e preenchimento de relatórios;</li> <li>• Demonstrar capacidade para deslocar-se entre diferentes unidades, de acordo com o cronograma de supervisão.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Monitorar e fiscalizar, de forma contínua e presencial (“in loco”), os serviços executados pelos profissionais alocados, tanto na sede da SEMED quanto nas unidades escolares e setores administrativos sob sua responsabilidade;</li> <li>• Verificar o cumprimento das atribuições de cada função, assegurando qualidade, zelo, profissionalismo e aderência aos padrões éticos e funcionais definidos pela Administração;</li> <li>• Executar cronograma de visitas regulares, realizando no mínimo duas visitas semanais em cada unidade que possua colaboradores da contratada;</li> <li>• Registrar formalmente, por meio de relatórios, as constatações das visitas, comunicando imediatamente ao fiscal do contrato eventuais inconformidades ou irregularidades;</li> <li>• Orientar e corrigir, no ato, falhas ou desvios identificados durante a execução dos serviços, informando à contratada as medidas necessárias;</li> <li>• Acompanhar e apoiar a integração de novos colaboradores, esclarecendo rotinas, responsabilidades e</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>44 (quarenta e quatro) horas semanais</b>, distribuídas de segunda a sábado, com escalas definidas conforme a necessidade operacional das unidades escolares ou administrativas da SEMED, observando-se os intervalos legais, limites diários de jornada e as disposições da Convenção Coletiva de Trabalho vigente.</li> </ul>
---	--	---

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

	<p>condutas esperadas;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir que sua atuação e a das equipes supervisionadas observe padrões de urbanidade, respeito, cordialidade e ética, em conformidade com as normas da SEMED;</li> <li>• Zelar pelo sigilo das informações administrativas e institucionais às quais tiver acesso, bem como pela proteção das identidades dos beneficiários de políticas afirmativas, conforme fazer as lei municipal de nº 5.878/2024;</li> <li>• Cumprir e fazer cumprir as orientações da Secretaria e as determinações do fiscal do contrato;</li> <li>• Executar outras atividades correlatas e necessárias ao bom funcionamento da prestação de serviços.</li> </ul>	
<p><b>QUANTO AO MEIO DE LOCOMOÇÃO DOS SUPERVISORES ENTRE AS UNIDADES ESCOLARES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (CONTRATANTE)</b></p>		
<p>Para garantir o adequado acompanhamento da execução contratual nas unidades escolares e setores administrativos da SEMED, a contratada deverá assegurar os meios necessários para o deslocamento dos Supervisores Operacionais entre os locais de prestação dos serviços.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A contratada deverá elaborar e cumprir <b>cronograma formal de visitas presenciais</b>, contemplando periodicidade mínima e rotas compatíveis com a distribuição das equipes alocadas.</li> <li>• A responsabilidade pela disponibilização, manutenção e operação do meio de locomoção utilizado pelo <b>Supervisor</b> é <b>exclusivamente da contratada</b>, que poderá adotar motocicleta, veículo automotor, veículo elétrico ou outro meio de transporte</li> </ul>		

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

eficiente que assegure o deslocamento regular e seguro do profissional.

- Os custos de locomoção deverão estar integralmente incluídos na proposta comercial apresentada, sendo obrigatória sua previsão na **Planilha de Formação de Preços Unitários (ANEXO - IV)**, especificamente na seção **“Insumos Diversos – Locomoção (Supervisor)”**.
- Dentro desse custo de locomoção, deverá estar inclusivo o custo com equipamentos obrigatórios do tipo de transporte a ser disponibilizado pela empresa CONTRATADA, como por exemplo, CAPACETE, CAPA DE CHUVA, COLETE REFLETIVO DE SEGURANÇA, ANTENA CORTA-PIPA e outros.

O não atendimento às exigências previstas neste item poderá ensejar a **desclassificação da proposta**, por comprometer a viabilidade da execução dos serviços e a fiscalização da Administração.

#### 4.3. DO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS AOS PROFISSIONAIS

**4.3.1.**A contratada deverá fornecer todos os materiais, equipamentos, uniformes, EPIs e crachás necessários à execução dos serviços, observando padrões mínimos de qualidade, durabilidade e compatibilidade com as atividades desempenhadas por cada função. Os itens deverão ser adequados ao uso profissional e substituídos sempre que apresentarem defeito, desgaste ou inadequação, sem ônus adicional para a Administração. A indicação de marcas específicas é vedada, exceto quando tecnicamente indispensável.

**4.3.2.**Todos os profissionais deverão atuar uniformizados e portando crachá funcional visível, contendo nome e função, conforme padrão aprovado pela SEMED. A higienização e conservação cotidiana do uniforme são responsabilidade do trabalhador, cabendo à contratada o fornecimento e a reposição de peças danificadas ou que não atendam ao padrão estabelecido. Irregularidades observadas pela fiscalização serão registradas e deverão ser sanadas pela contratada.

**4.3.3.**Os Equipamentos de Proteção Individual – EPIs necessários ao desempenho das atividades, especialmente nas funções de manutenção predial e atividades técnicas, serão fornecidos exclusivamente pela contratada, em conformidade com a NR-06 e demais normas aplicáveis. A contratada deverá entregar EPIs em perfeito estado, promover suas substituições sempre que necessário e garantir que os empregados façam uso correto dos equipamentos.

**4.3.4.**A fiscalização da SEMED verificará periodicamente o uso adequado e o estado dos uniformes, crachás e EPIs, registrando irregularidades e notificando a contratada para adoção de providências imediatas, sob pena de aplicação das sanções cabíveis previstas na Lei nº 14.133/2021 e no contrato.

#### 4.4. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS



ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

**4.4.1.** A contratada deverá manter escritório estabelecido no Município de Aracaju, com estrutura física e administrativa suficiente para a gestão do contrato, coordenação das equipes, controle de frequência, atendimento às demandas da SEMED e substituição imediata de pessoal. Deverá, ainda, dispor de equipe volante capaz de atender, de forma contínua e diária, às necessidades das Unidades de Ensino, da sede da SEMED e dos setores administrativos abrangidos pelo contrato.

**4.4.2.** A contratada deverá manter, durante toda a vigência contratual, 1 (um) preposto formalmente designado, com poderes para representá-la junto à Administração em todas as questões relacionadas à execução dos serviços, nos termos do art. 118, da Lei nº 14.133/2021.

**4.4.3.** As visitas, inspeções e demais atividades de supervisão realizadas pela contratada deverão ser registradas em relatórios próprios, contendo data, horário, unidade visitada, constatações, ocorrências e providências adotadas. Tais registros deverão ser encaminhados periodicamente ao gestor e ao fiscal do contrato para acompanhamento e controle.

**4.4.4.** Os encarregados ou supervisores designados pela contratada serão responsáveis pelo acompanhamento direto das equipes, orientação dos profissionais, verificação da qualidade dos serviços e adoção de providências imediatas para substituição ou correção de falhas. Compete-lhes, ainda, orientar os trabalhadores quanto à vedação do uso de aparelhos celulares e dispositivos eletrônicos durante a jornada de trabalho, salvo autorização expressa da fiscalização da SEMED para fins estritamente funcionais.

**4.5. OS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO ABRANGEM O SEGUINTE**

**4.5.1.** A contratação deverá assegurar a prestação contínua dos serviços de **Apoio Operacional**, compreendendo as funções de **Agente de Apoio Operacional Escolar, Agente de Portaria, Agente Administrativo e Supervisor Operacional e Artífice**, todos executados sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com quantitativos e alocações definidos pela Administração, observando-se os padrões de desempenho, regularidade, qualidade e eficiência exigidos pela SEMED.

**4.5.2.** A contratada deverá disponibilizar profissionais qualificados para cada função, manter quadro de reserva suficiente para substituição imediata em casos de ausências, afastamentos ou férias, e atender integralmente às orientações do gestor e do fiscal do contrato. A contratada é responsável por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e de segurança do trabalho decorrentes da execução, conforme legislação vigente.

**4.5.3.** Os materiais, uniformes, crachás e Equipamentos de Proteção Individual – EPIs necessários à execução dos serviços deverão ser fornecidos pela contratada, observando-se padrões mínimos de qualidade, durabilidade e compatibilidade com as atribuições de cada função. Os itens deverão ser substituídos sempre que apresentarem desgaste ou inadequação, sem ônus para a Administração.

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

**4.5.4. Poderão ser adotados critérios de sustentabilidade ambiental**, quando compatíveis com o objeto e sem restrição à competitividade, especialmente para o fornecimento de materiais, uniformes e EPIs, conforme os arts. 25, inciso V, e 144, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. Serão admitidas soluções sustentáveis quando técnica e economicamente vantajosas, como materiais recicláveis, biodegradáveis ou de menor impacto ambiental.

**4.5.5.** O contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021. A prorrogação dependerá de vantajosidade, interesse público devidamente motivado e disponibilidade orçamentária.

**4.5.6.** Em caso de substituição da empresa contratada, a transição deverá ocorrer de forma planejada, assegurando a transferência integral das informações, rotinas e procedimentos necessários à continuidade dos serviços. A Administração poderá exigir capacitação da nova equipe ou de servidores próprios, sempre que necessário para garantir a eficiência e a manutenção do padrão de qualidade.

**4.5.7.** Constatada a execução do serviço em desconformidade com o Termo de Referência, a contratada será notificada para corrigir as falhas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da ciência da notificação. O prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante justificativa formal da contratada e aceitação da Administração.

**4.6. GARANTIA DA PROPOSTA**

4.6.1) Em garantia ao cumprimento da obrigação de firmar futuro Contrato, bem como das demais obrigações assumidas em razão **de sua participação na licitação**, conforme art. 58, da Lei Federal nº 14.133/2021, a proponente deverá prestar **GARANTIA DE PROPOSTA**, mediante recolhimento de quantia a título de garantia, de forma incondicional, no valor correspondente a **1% (UM POR CENTO)** do valor total estimado para esta Contratação, apresentando comprovante, **no momento de apresentação da proposta de preço inicial**. **Segue detalhamento do valor da GARANTIA DE PROPOSTA:**

A	B	C	D
LOTE	VALOR TOTAL MÁXIMO DESTA CONTRATAÇÃO – R\$  (VER ITEM – 29.1, DESTE TERMO DE REFERÊNCIA)	PERCENTUAL DE GARANTIA DE PROPOSTA – (%)	VALOR DA GARANTIA DE PROPOSTA QUE DEVERÁ SER APRESENTADA PELA EMPRESA LICITANTE – R\$  $D = B \times C\%$
1	45.065.222,16	1%	450.652,22

4.6.2) A comprovação do recolhimento da garantia de proposta deverá ser apresentada eletronicamente, na aba (módulo), **disponibilizado através da plataforma**

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

LICITANET – [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

4.6.3) A garantia da proposta poderá, por opção da proponente, ser prestada por meio das seguintes modalidades, conforme §1º, do art. 96, da Lei Federal nº 14.133/2021:

A) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

B) Seguro-garantia.

C) Fiança bancária, emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

D) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

4.6.4) A garantia da proposta **deverá ter prazo mínimo de 3 (TRÊS) meses, a contar da data de entrega da proposta, sob pena de desclassificação imediata da PROPOSTA DE PREÇO.**

4.6.5) Cabe ao pregoeiro e equipe de apoio analisar a regularidade e efetividade das garantias das propostas.

4.6.6) As proponentes deverão, ainda, observar as seguintes condições quando do oferecimento da garantia da proposta.

4.6.7) No caso de caução em dinheiro, a garantia da proposta deverá ser prestada em moeda corrente nacional por meio de depósito identificado, em conta bancária de titularidade do órgão licitante a seguir indicada, devendo a descrição, no documento comprobatório do depósito, constar o número e ano da licitação a que se refere a garantia. Segue:

BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	FAVORECIDO
104	0059	71406-3	SEMED – CNPJ 13.128.780/0033-89
ATENÇÃO:		ESCOLHENDO ESTA OPÇÃO, A EMPRESA LICITANTE DEVERÁ DISPONIBILIZAR NA PLATAFORMA LICITANET – <a href="http://WWW.LICITANET.COM.BR">WWW.LICITANET.COM.BR</a> , O COMPROVANTE DE DEPÓSITO, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.	

4.6.8) A garantia de proposta apresentada na forma de fiança bancária deverá ser contratada junto a instituições bancárias que cumpram os requisitos e as demais

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

exigências para sua regular atuação, devidamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

- 4.6.9) Na hipótese de a garantia da proposta ser prestada na modalidade de Seguro-garantia, deverá ser emitida por companhia seguradora nacional, ou estrangeira autorizada a funcionar no Brasil, nos termos da legislação vigente à época de sua apresentação, e será comprovada pela apresentação da apólice de seguro-garantia.
- 4.6.10) Caso a garantia de proposta apresentada na modalidade de seguro-garantia contemple qualquer cláusula incompatível com as disposições editalícias, inclusive cláusulas limitadoras ou de isenção de responsabilidade, deverá a proponente apresentar endosso, emitido pela companhia seguradora, informando a inaplicabilidade de tais cláusulas à presente licitação, bem como a validade do seguro-garantia a todas as hipóteses previstas neste documento.
- 4.6.11) Na hipótese de a garantia da proposta ser prestada em títulos da dívida pública, estes deverão ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil.
- 4.6.12) Encerrada a licitação, as garantias das propostas de cada proponente e da adjudicatária serão devolvidas em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do Contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação, conforme previsto no §2º, do art. 58, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 4.6.13) O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pelas proponentes em decorrência de sua participação na licitação dará causa à execução da garantia da proposta, mediante notificação pelo órgão licitante à proponente inadimplente, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste documento, ou na legislação aplicável.
- 4.6.14) Nas hipóteses abaixo, a proponente (empresa licitante) sofrerá multa equivalente ao valor integral da garantia da proposta. Segue:
- A) De desistência da proposta comercial apresentada junto a plataforma eletrônica que tramitar a **certame licitatório(PREGÃO ELETRÔNICO)**;
  - B) De desistência da apresentação da proposta de preço reformulada após a ocorrência da sessão de lances;
  - C) Desistência da apresentação dos documentos de habilitação;
  - D) Desistência de submissão à prova de conceito, **quando houver**.
  - E) Desistência em assinar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e/ou CONTRATO;
- 4.6.15) A garantia da proposta responderá pelas penalidades e indenizações devidas pelas

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

proponentes durante a licitação, até a assinatura do Contrato, até o limite do seu valor.

- 4.6.16) Caso o valor da garantia da proposta seja insuficiente para fazer frente às penalidades e/ou indenizações impostas, a proponente ficará obrigada a pagar pelos valores remanescentes no mesmo prazo indicado para pagamento da penalidade ou indenização a ela imposta.
- 4.6.17) A garantia de proposta, prestada em qualquer das modalidades previstas neste documento, deverá ser incondicional e não poderá conter cláusula excludente de quaisquer responsabilidades contraídas pela proponente e/ou pelos emitentes das garantias, relativamente à participação da proponente nesta licitação.
- 4.6.18) Justifica-se a exigência da Garantia de Proposta, prerrogativa da Administração Pública prevista no art. 58, da Lei Federal nº 14.133/2021, para fins de comprovação de que o proponente licitante possui capacidade de cumprir as condições, custos e prazos assumidos ao participar do Processo Licitatório, bem como cobrir, no todo ou em parte, eventuais prejuízos causados ao órgão licitante, nas hipóteses detalhadas no **ITEM – 4.6.14, deste TERMO**, quando o mesmo sofrerá multa equivalente ao valor integral da garantia, respondendo esta, ainda, pelas penalidades e indenizações devidas pelos proponentes durante a licitação, até a assinatura do Contrato, até o limite do seu valor.

## 5. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO LICITANTE

**5.1.** Será selecionado o licitante que apresentar a proposta de **menor preço por lote**, considerando o valor global para 12 (doze) meses de execução dos serviços, desde que atendidas todas as exigências constantes deste Termo de Referência e do Edital.

**5.2.** As exigências de **habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista** são aquelas previstas na Lei nº 14.133/2021 e serão verificadas conforme condições estabelecidas no Edital.

### 5.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

**5.3.1.** Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, emitida há no máximo 90 (noventa) dias da data da sessão pública.

**5.3.2.** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos **2 (dois)** últimos exercícios sociais, devidamente registrados, observado o disposto na IN RFB nº 1.420/2013 (ECD).

**5.3.2.1.** Para empresas constituídas há menos de dois anos, será

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

exigido apenas o último exercício.

**5.3.2.2.** Admite-se balanço intermediário quando previsto em lei ou em contrato/estatuto social.

**5.3.2.3.** Comprovação da boa situação financeira da empresa LICITANTE, mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), **IGUAL ou SUPERIOR a 1 (um), nos 2 (dois) exercícios sociais**, obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	<u>Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo</u>
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SG =	<u>Ativo Total</u>
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
LC =	<u>Ativo Circulante</u>
	Passivo Circulante

**5.3.2.3.1.** O atendimento dos índices contábeis detalhados acima, deverão ser atestados mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, acompanhada de memória de cálculo, com duas casas decimais, desprezando-se as demais, constando o nº de registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, apresentada pelo fornecedor.

**5.3.2.4.** O licitante deverá demonstrar e comprovar através **do último BALANÇO PATRIMONIAL que possui PATRIMÔNIO LÍQUIDO mínimo de 10% (DEZ POR CENTO) do valor total estimado da contratação**, conforme estabelece art. 69, §4º da Lei Federal nº. 14.133/2021. Segue demonstração do cálculo.

LOTE ÚNICO		
A	B	C
VALOR TOTAL MÁXIMO DESTA CONTRATAÇÃO – R\$	PERCENTUAL MÍNIMO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXIGIDO - %	VALOR MÍNIMO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO QUE DEVERÁ SER DEMONSTRADO PELA EMPRESA LICITANTE – R\$
		<b>C = A X B%</b>
45.065.222,16	10%	4.506.522,22

#### 5.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA A SEREM ATENDIDOS PELO LICITANTE

5.4.1) Comprovação de aptidão para a execução de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da presente contratação, considerados de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, mediante apresentação de certidão(ões) ou atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

5.4.1.1) Para fins de comprovação da aptidão técnica prevista no item 5.4.1, os atestados apresentados deverão referir-se a contratos executados com dedicação exclusiva de mão de obra, compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da contratação, observando-se os seguintes requisitos mínimos:

A) Comprovação de aptidão para a prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra por período não inferior a 3 (três) anos, mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

B) Comprovação de execução prévia de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) do quantitativo total de postos de trabalho previstos para cada categoria profissional considerada parcela de maior relevância do objeto, nos seguintes termos:

C) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

I – Para a função de **Agente de Portaria**, cujo quantitativo total estimado é de 400 (quatrocentos) postos de trabalho, a licitante deverá comprovar a gestão mínima de 160 (cento e sessenta) postos;

II – Para a função de **Agente Administrativo**, cujo quantitativo total estimado é de 250 (duzentos e cinquenta) postos de trabalho, a licitante deverá comprovar a gestão mínima de 100 (cem) postos.



**ESTADO DE SERGIPE**

**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**

- D) Admite-se a soma de atestados para fins de atingimento dos quantitativos mínimos exigidos, desde que reste demonstrada a efetiva gestão de mão de obra nas proporções estabelecidas para cada categoria profissional.
- E) A exigência do percentual mínimo de 40% encontra respaldo na jurisprudência do Tribunal de Contas da União – TCU, especialmente nos Informativos de Licitações e Contratos nº 418 e nº 168, que admitem a fixação de quantitativo mínimo proporcional ao objeto contratado, desde que tecnicamente justificado e preservada a competitividade do certame.
- F) A definição das categorias profissionais como parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto está em consonância com o disposto no art. 67, inciso III, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, sendo legítima a exigência de comprovação específica por função quando necessária à demonstração da capacidade técnico-operacional do licitante, observado ainda o § 2º do referido artigo quanto ao limite percentual admitido;
- G) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, **1 (um) ano do início de sua execução**, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.
- H) Para a comprovação da experiência mínima de **3 (três) anos**, será aceito o somatório de atestados referentes a contratos executados com dedicação exclusiva de mão de obra, ainda que relativos a períodos distintos, não havendo obrigatoriedade de que os três anos sejam ininterruptos, nos termos do item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- I) Poderá ser admitida, para fins de comprovação do quantitativo mínimo exigido, a apresentação de diferentes atestados referentes a contratos executados de forma concomitante, desde que relativos a serviços com dedicação exclusiva de mão de obra e compatíveis com o objeto da contratação, considerando-se que tal situação se equipara, para fins de demonstração da capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017.
- J) O licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, sempre que solicitado pela Administração, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, aditivos eventualmente firmados, endereço atual da contratante e indicação do local em que foram efetivamente prestados os serviços,

**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**  
nos termos do item 10.10 do Anexo VII-A da Instrução Normativa  
SEGES/MP nº 5/2017.

- 5.4.2) A Empresa LICITANTE deverá apresentar CERTIDÃO DE REGISTRO DA **PESSOA JURÍDICA**, devidamente válida, junto ao CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, conforme Resolução Normativa CFA nº. 390, de 30 de setembro de 2010, bem como na forma do art. 2º, inciso b, da Lei Federal nº. 4.769/1965.
- 5.4.3) A Empresa LICITANTE deverá apresentar CERTIDÃO DE REGISTRO DO **RESPONSÁVEL TÉCNICO**, devidamente válida, junto ao CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO.
- 5.4.4) A licitante deverá comprovar que possui, em seu quadro técnico, profissional de nível superior em Psicologia, devidamente inscrito e com registro ativo no respectivo Conselho Regional de Psicologia – CRP. O profissional deverá constar formalmente vinculado à pessoa jurídica perante o Conselho competente, devendo a empresa comprovar tal vínculo mediante apresentação de Certidão de Regularidade ou Quitação de Pessoa Jurídica emitida pelo CRP, com a indicação do responsável técnico, ou declaração expedida pelo referido Conselho que ateste a vinculação profissional.
- 5.4.5) A exigência fundamenta-se na necessidade de atendimento às disposições previstas na Norma Regulamentadora nº 01 (NR-01), atualizada pela Portaria MTE nº 1.419/2024, que trata do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais – GRO e do Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, especialmente quanto à identificação, avaliação e gerenciamento de fatores de risco psicossociais, bem como na Norma Regulamentadora nº 07 (NR-07), que institui o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, ambas editadas com fundamento no art. 200 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, sendo o referido profissional imprescindível ao adequado acompanhamento técnico das obrigações de saúde e segurança do trabalho relacionadas à execução contratual.

**5.4.3.1. QUANTO AS EXIGÊNCIAS PREVISTAS NOS ITENS – 5.4.2 e 5.4.3, DESTE TERMO DE REFERÊNCIA:**

- A) As exigências previstas nos **ITENS – 5.4.2 e 5.4.3, deste TERMO DE REFERÊNCIA**, está em consonância com o disposto no OFÍCIO CIRCULAR Nº 0011/2024 – DITEC, de 26.02.2024, expedido pelo TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE – TCE/SE. Segue:

**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**



Documento 001845/2023 página 12 da peça unificada
OFICIR - Nº 11/2024 DITEC - DIRETORIA TÉCNICA página 1

Ofício Circular nº 0011/2024 - DITEC

Aracaju, 26 de fevereiro de 2024.

Aos jurisdicionados

Assunto: Exigência de inscrição de empresas no CRA-SE – Protocolo TC 001845/2023.

Prezados jurisdicionados,

De ordem da Excelentíssima Conselheira Presidente Susana Maria Fontes Azevedo de Freitas, informamos a Vossa Excelência a necessidade do registro das empresas no Conselho Regional de Administração de Sergipe – CRA/SE em editais de licitação que contratem empresas que explorem a terceirização de mão de obra, conforme ofício 7309/2023/CRA-SE em anexo.

Atenciosamente,

Assinado eletronicamente  
**EDSON BRASIL FILHO**  
Direto Técnico



**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**



OFÍCIO  
página 3

**CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SERGIPE**

Autoria Federal criada pela Lei nº 4.769 de 08/09/1965 e regulamento aprovado pelo Decreto nº 51.534 de 22/12/1967

**AO EXCELENTÍSSIMO SR. FLÁVIO CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA NETO -**  
**PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE -**  
**TCE/SE**

**EMENTA**

Registro de empresa no Conselho de Classe.  
Empresas de terceirização de mão de obra.  
**Necessidade de registro.** Precedentes judiciais. Garantia de proteção da profissão e do serviço prestado. Eficiência e legalidade da Administração Pública.

O **CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SERGIPE - CRA/SE**, autarquia federal, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ de número 15.615.776/0001-93, com sede na Rua Senador Rollemberg, número 513, Bairro São José, Aracaju/SE, CEP 49015-120, representada neste ato por seu atual presidente, o Adm. Carlos Menezes Calazans Eloy Dos Santos Filho, vem ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, na pessoa do seu coordenador jurídico para buscar apoio institucional sobre o assunto a seguir descrito.

**1. DA NECESSIDADE DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA NO CRA/SE.**  
**TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA. PROTEÇÃO DA PROFISSÃO E DO**  
**SERVIÇO PRESTADO NOS MUNICÍPIOS SERGIPANOS.**

O CRA/SE, no cumprimento de seu dever de fiscalização e zelo das atividades relativas à função de administradores foi alertado, mediante série de denúncias, que variados Municípios do estado de Sergipe estão realizando licitação para contratação de **empresas que lidam com terceirização de mão de obra** sem a exigência no edital de comprovação de inscrição destas e de seus responsáveis técnicos junto ao Conselho Regional de Administração de Sergipe - CRA/SE.

Como se demonstrará a seguir, o registro dessas empresas no Conselho é requisito importante para o cumprimento dos princípios constitucionais da administração

Administrador: profissional formado em Administração e com registro no CRA.

Rua Senador Rollemberg, nº 513 - São José CEP 49015-120 - Tels.: (79) 3214.2229/3214.396  
Aracaju-Sergipe-Brasil

Portal do Administrador: [www.cra-se.org.br](http://www.cra-se.org.br) E-mail: [cra-se@crase.org.br](mailto:cra-se@crase.org.br)

Arquivo incluído por SILVIA DA SILVA MORENO OLIVEIRA em 07/09/2025 às 19:34

Valide a autenticidade deste em <http://efce.tce.se.gov.br:4448/PecaUnica/Autentica.aspx> com o código ECAD1454BAC4E145E5C9623D60569F03



**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**

Documento 001845/2023  
página 4 da peça unificada

OFÍCIO  
página 4



**CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SERGIPE**

Autorquia Federal criada pela Lei nº 4.769 de 09/09/1965 e regulamento aprovado pelo Decreto nº 61.934 de 22/12/1967

pública aplicados aos procedimentos licitatórios, a preservação da profissão de administrador e também a garantia da prestação de um serviço adequado a população sergipana.

O núcleo da discussão diz respeito à **obrigatoriedade ou não da exigência de registro no Conselho Regional de Administração de Sergipe – CRA/SE de empresas que lidam com terceirização de mão de obra** quando participantes em licitações do Poder Público em geral, em especial com relação às licitações iniciadas pelos Municípios no estado de Sergipe.

Sobre o tema, importante inicialmente pontuar que a Lei nº 6.839/1980<sup>1</sup> estabelece:

"Art. 1º O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros"

Seguindo o parâmetro legal para o **juízo de obrigatoriedade ou não do registro deve ser analisada a atividade desempenhada por esse tipo de empresa.**

Neste sentido a Lei nº 4.769/1965<sup>2</sup>, consigna nos **arts. 2º e 15** traz especificadamente quais as atividades privativas do profissional da Administração, ao passo que, havendo enquadramento da atividade desenvolvida pela PESSOA JURÍDICA OU FÍSICA, **é obrigatório o registro no respectivo conselho de fiscalização profissional.**

É sabido também que o Superior Tribunal de Justiça – STJ já firmou precedente no sentido de que **"para obrigatoriedade de registro em conselho profissional é determinado pela atividade básica da empresa ou pela natureza dos serviços prestados"** – AgRg no AREsp 607.817/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 13.5.2015.

<sup>1</sup> Dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões.

<sup>2</sup> Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, e dá outras providências.

Administrador profissional formado em Administração e com registro no CRA.

Rua Senador Rollemberg, nº 513 - São José CEP 49015-120 - Tels.: (79) 3214.2229/3214.396  
Aracaju-Sergipe-Brasil

Portal do Administrador: [www.cra-se.org.br](http://www.cra-se.org.br) E-mail: [lcra@se.org.br](mailto:lcra@se.org.br)

Arquivo digitalizado por: [www.cra-se.org.br](http://www.cra-se.org.br) e [www.cra-se.org.br](http://www.cra-se.org.br)  
Atende a autenticidade deste em <http://etce.lce.se.gov.br/4448/PecaUnica/Autentica.aspx> com o código ECAD1454BAC4E145E5C9623D60569F03





**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**

Documento 001848/2023  
página 6 da peça unificada  
OFÍCIO  
página 6



**CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SERGIPE**

Autarquia Federal criada pela Lei nº 4.709 de 09/09/1965 e regulamento aprovado pelo Decreto nº 61.834 de 22/12/1967

Essa necessidade se mostra ainda mais flagrante no âmbito da administração pública, que é balizada pelos princípios da Legalidade, Impessoalidade e Eficiência, conforme previsto no artigo 37 da CF/88.

Além disso, o artigo O Art. 67, II da Lei 14.133/21 estabelece a forma de demonstração da capacidade técnica:

" Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

[...]

II - Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei."

Ou seja, a demonstração deve ser realizada através da apresentação de atestados, os quais poderão ser fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado. Em qualquer caso, deverão estar registrados nas entidades profissionais competentes.

O registro é indisponível, é requisito de confiabilidade, norma de ordem pública, estritamente destinada à proteção do interesse público. **Aplica-se nesses casos impecavelmente o princípio da indisponibilidade do interesse público.**

A indisponibilidade do registro tem por fim maior garantir a administração pública no que tange à procedência e à coerência dos profissionais, tendo em vista as condições irrestritas em que são admitidos e compõem o quadro do conselho pertinente.

Por ter esse fim maior, irrecusável exatamente por isso, o registro dos profissionais no Conselho Profissional competente não constitui formalidade inútil, não se enquadrando no tipo de formalismo deletério ao Processo Seletivo.

Administrador profissional formado em Administração e com registro no CRA.

Rua Senador Rollemberg, nº 513 - São José CEP 49015-120 - Tels.: (79) 3214.2229/3214.396  
Aracaju-Sergipe-Brasil

Portal do Administrador: [www.crase.org.br](http://www.crase.org.br) - E-mail: [crase@crase.org.br](mailto:crase@crase.org.br)

Arquivo incluído por SILMA DA SILVA TRANCOSO em 07/09/2023 às 13:34  
Valide a autenticidade deste em <http://etce.lce.se.gov.br/4448/PecaUnica/Autentica.aspx> com o código ECAD1454BAC4E145E5C9623D80569F03

**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**



**CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SERGIPE**

Autoridade Federal criada pela Lei nº 4.709 de 09/09/1965 e regulamentada pelo Decreto nº 61 334 de 22/12/1967

Este também é o entendimento harmônico e consolidado do Supremo Tribunal

Federal - STF, conforme ementa:

**CONCURSO PÚBLICO - QUALIFICAÇÃO - EXERCÍCIO PROFISSIONAL.**

A exigência de especificidade, no âmbito da qualificação, para a feitura de concurso público não contraria o disposto no inciso XIII do artigo 5. da Constituição Federal, desde que prevista em lei e consentânea com os diplomas regedores do exercício profissional. (STF - MS: 21733 RS, Relator: MARCO AURÉLIO, Data de Julgamento: 09/02/1994, TRIBUNAL PLENO, Data de Publicação: DJ 08-04-1994 PP-07227 EMENT VOL-01739-04 PP-00680)

O Tribunal Regional Federal da 5ª região – TRF5 também entende pela necessidade de retificação de edital de certame público para que conste este requisito, conforme ementas:

ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. RETIFICAÇÃO DE EDITAL. PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA. REGISTRO PROFISSIONAL POR OCASIÃO DA INVESTIDURA NO CARGO I. O Conselho Regional de Educação Física - CREF 10 impetrou mandado de segurança contra ato do Prefeito do Município de Boa Saúde/RN, objetivando a retificação do Edital n.º 01/2014 para que faça constar como requisito de investidura no cargo de Professor de Educação Física a inscrição do aprovado no respectivo Conselho. II. O MM. juiz "a quo" concedeu a segurança, tendo em vista a necessidade de inscrição no conselho profissional pelo candidato que exerce o cargo de professor de educação física. III. O STJ tem adotado o entendimento de que a exigência da comprovação de inscrição no Conselho de Educação Física somente é necessária no momento da posse no cargo, não por ocasião da inscrição no concurso. (RMS 26316/RJ. Rel.: Ministra Maria Thereza de Assis Moura. DJe: 15/06/2011). IV. Remessa oficial improvida.

(TRF-5 - Apelação: 08049169720144058400, Relator: Desembargador Federal Leonardo Carvalho, Data de Julgamento: 01/08/2017, 2ª Turma)

EMENTA ADMINISTRATIVO. REMESSA EX OFFICIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA. EXIGÊNCIA DE INSCRIÇÃO NO CONSELHO PROFISSIONAL. CABIMENTO. ART. 1º DA LEI Nº 9.696/98. PRECEDENTES DO STJ E DESTA TRIBUNAL. REMESSA IMPROVIDA. 1. Remessa ex officio de

Administrador profissional formado em Administração e com registro no CRA.

Rua Senador Rollemberg, nº 513 - São José CEP 49015-120 - Tels.: (79) 3214.2229/3214.398

Aracaju-Sergipe-Brasil

Portal do Administrador: [www.crase.org.br](http://www.crase.org.br) - E-mail: [crase@crase.org.br](mailto:crase@crase.org.br)

Arquivo recebido por SILVIA DA SILVA TRANCOSE em 07/03/2023 09:33:54  
a autenticidade deste em <http://etce.tce.se.gov.br/4448/PecaUnica/Autentica.aspx> com o código ECAD1454BAC4E145E5C9623D60569F03

Documento 001845/2023

página 7 da peça unificada

OFÍCIO

página 7

**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**



Documento 001845/2023  
página 8 da peça unificada  
OFÍCIO  
página 8

**CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SERGIPE**

Autorquia Federal criada pela Lei nº 4.769 de 09/09/1965 e regulamento aprovado pelo Decreto nº 61.534 de 22/12/1967

sentença que concedeu a segurança, ratificando os termos da liminar, para determinar que a autoridade coatora proceda à retificação do Edital nº 02/2020 do Município de Monte Alegre/RN, a fim de que a contratação para o cargo de Professor de Educação Física se dê com a comprovação do registro no respectivo conselho profissional. 2. Hipótese em que o edital do concurso em questão apenas exigia, para o cargo de Professor de Educação Física, o respectivo curso superior, não mencionando o registro ou a inserção no Conselho Profissional. 3. O STJ pacificou entendimento no sentido de que, nos termos do art. 1º da Lei 9.696/1998, o exercício das atividades de Educação Física no ensino fundamental, médio e superior é prerrogativa dos profissionais regularmente registrados nos Conselhos Regionais de Educação Física. Precedentes: RESP 201600343399, Min. HERMAN BENJAMIN, Segunda Turma, DJE 01/08/2017; AIRESP 201601804799, Min. FRANCISCO FALCÃO, Segunda Turma, DJE 13/06/2017; AGARESP 201502842275, Min. DIVA MALERBI (CONVOCADA) Segunda Turma, DJE 10/03/2016. 4. Destarte, não merece reparos a sentença que determinou a retificação do aludido edital, tendo em vista que atividades desempenhadas pelo referido cargo são reservadas, por expressa previsão legal, ao profissional devidamente registrado no Conselho Regional de Educação Física. 5. Precedentes: 08001805420194058402, APEL-REEX - DES. FEDERAL EDÍLSON NOBRE, 4ª Turma, 29/08/2019; 08031549320164058200, APELREEX - DES. FEDERAL LEONARDO RESENDE MARTINS (CONVOCADO), 1ª Turma, 03/12/2018; 08000023320184058405, APELREEX - DES. FEDERAL ROGÉRIO FIALHO MOREIRA, 3ª Turma, 29/09/2018. 6. Remessa oficial desprovida. Mje (TRF-5 - RecNec: 08042473420204058400, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO, Data de Julgamento: 06/07/2021, 4ª TURMA)

Além do enquadramento legal evidente, são fartos os casos judiciais a respeito de empresas que atuam na área da terceirização de mão de obra em que se reconheceu a obrigatoriedade de registro no conselho profissional.

Administrador profissional formado em Administração e com registro no CRA.

Rua Senador Rollemberg, nº 513 - São José CEP 49015-120 - Tels.: (79)3214.2229/3214.396  
Aracaju-Sergipe-Brasil

Portal do Administrador: [www.crase.org.br](http://www.crase.org.br) - E-mail: [crase@crase.org.br](mailto:crase@crase.org.br)

Arquivo incluído por SILVIA DA SILVA - INSCRIÇÃO Nº 143787/0397 em 07/09/2023 às 19:34  
a autenticidade deste em <http://etce.lce.se.gov.br:4448/PecaUnica/Autentica.aspx> com o código ECAD1454BAC4E145E5C8623D60569F03

**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**

Documento 001845/2023  
página 9 da peça unificada  
OFÍCIO  
página 9



**CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SERGIPE**

Autarquia Federal criada pela Lei nº 4.708 de 09/09/1965 e regulamento aprovado pelo Decreto nº 61.934 de 22/12/1967

São alguns dos precedentes:

- TRF1 – AC 0067551-66.1999.4.01.0000/ PA, Rel. JUIZ FEDERAL CARLOS EDUARDO CASTRO MARTINS, Data de julgamento: 08/10/2012;
- TRF3 – 1ª Vara Cível Federal de São Paulo – PROCEDIMENTO COMUM (7) Nº 5021160-77.2018.4.03.6100, MARCO AURELIO DE MELLO CASTRIANNI, JUIZ FEDERAL, Data da Sentença: 14/11/2019;
- TRF5 – Primeira Turma, APELAÇÃO CÍVEL Nº 0801984-97.2018.4.05.8400 (PJE), Relator Desembargador Federal IVAN LIRA DE CARVALHO (Convocado), julgado em: 04/06/2020
- TJ/BA – Vara Cível, MS 8000776-90.2018.8.05.0235, juíza de direito Emília Gondim Teixeira, Data de julgamento 09/04/21, Data de Publicação 12/04/2021

Em todos os casos acima mencionados, as empresas envolvidas com terceirização de mão de obra foram obrigadas a registrar-se no conselho profissional.

As decisões judiciais estão sintetizadas no seguinte entendimento:

“a empresa realiza programas de capacitação para que seus funcionários exerçam suas funções com responsabilidade, bem como seleciona profissionais com capacitação técnica para exercer as suas funções com segurança, produtividade e eficiência. Assim, notório afirmar que a Apelante pratica atividades de recrutamento, seleção e treinamento de pessoal, oferecendo aos seus clientes mão de obra necessária à execução dos serviços que presta, de modo que suas funções se enquadram naquelas previstas na legislação como típicas do Administrador.”

(TRF5 – Primeira Turma, APELAÇÃO CÍVEL Nº 0801984-97.2018.4.05.8400 (PJE), Relator Desembargador Federal IVAN LIRA DE CARVALHO (Convocado), julgado em: 04/06/2020)

Desta forma, há respaldo legal e suporte jurisprudencial para que se obrigue ao registro no conselho as empresas que desenvolvem a atividade de terceirização de mão de obra.

Administrador profissional formado em Administração e com registro no CRA.

Rua Senador Rollemberg, nº 513 - São José CEP 49015-120 - Tels.: (79) 3214.2229/3214.398

Aracaju-Sergipe-Brasil

Portal do Administrador: [www.crase.org.br](http://www.crase.org.br) - E-mail: [crase@crase.org.br](mailto:crase@crase.org.br)

Arquivo incluído por SILVIA DA SILVA LIMA em 07/03/2023 08:43:34  
ide a autenticidade deste em <http://etce.tce.se.gov.br/4448/PecaUnica/Autentica.aspx> com o código ECAD1454BAC4E145ESC9623D60569F03

**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**



**CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SERGIPE**

Autarquia Federal criada pela Lei nº 4.769 de 09/09/1965 e regulamento aprovado pelo Decreto nº 61.934 de 22/12/1967

Documento 001845/2023  
página 10 da peça unificada  
OFÍCIO  
página 10

**2. DA PROPOSTA.**

Ante o exposto, solicitamos ao Excelentíssimo Presidente que leve à apreciação desta Corte de Contas a necessidade de **normatização** dirigida aos Municípios e demais entidades da administração direta e indireta. A normatização é no sentido de exigir que editais de licitação que versem sobre terceirização de mão de obra tenham como o requisito de habilitação a inscrição das empresas no Conselho Regional de Administração de Sergipe - CRA/SE.

Contamos desde já com  
a sua honrosa colaboração.

Aracaju/SE, 15 de fevereiro de 2023.

**CARLOS MENEZES CALASANS ELOY DOS SANTOS FILHO**  
PRESIDENTE DO CRA/SE

Administrador profissional formado em Administração e com registro no CRA.  
Rua Senador Rollemberg, nº 513 - São José CEP 49015-120 - Tels.: (79) 3214.2229/3214.398  
Aracaju-Sergipe-Brasil  
Portal do Administrador: [www.cra-se.org.br](http://www.cra-se.org.br) E-mail: [cra-se@cra-se.org.br](mailto:cra-se@cra-se.org.br)  
Arquivo criado por SILVIA DA SILVA TRONCOSO em 15/02/2023 em 11:58:29  
le a autenticidade deste em <http://etce.lce.se.gov.br/4448/PecaUnica/Autentica.aspx> com o código ECAD1454BAC4E145E5C9623D60569F03



**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**



**TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 10 /2024**

Termo de Acordo de Cooperação Técnica nº 10/2024 que entre si celebram o **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE** e o **CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE SERGIPE – CRA/SE**, e o fim que nele se declara.

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE**, com sede na Avenida Conselheiro João Evangelista Maciel Porto, s/nº – Centro Administrativo Governador “Augusto Franco” – Bairro Capucho, em Aracaju/SE - CEP: 49.081-020, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº. 13.170.790/0001-03, representado neste ato pelo Conselheiro Presidente, **SUSANA MARIA FONTES AZEVEDO FREITAS**, brasileira, maior, capaz, portadora da Cédula de Identidade nº 3XX.16, expedida pela SSP/SE, CPF nº 294.XXX.XXX-68, e, do outro lado a **CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE SERGIPE – CRA/SE**, com sede na Rua Senador Rollemberg, nº 513, Bairro São José, Aracaju/SE, CEP 49015-120, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.615.776/0001-93, neste ato representado por seu Presidente, Adm. **CARLOS MENEZES CALAZANS ELOY DOS SANTOS FILHO**, inscrito no CPF nº 986.571.195-87, R.G. nº 1.276.202-4 SSP/SE, resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, de acordo com as cláusulas a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem por objeto a cooperação técnica/logística entre o Tribunal de Contas do Estado de Sergipe e o Conselho Regional de Administração de Sergipe, visando intercâmbio de conhecimentos e experiências em temas de interesse comum, ao desenvolvimento e fomento ao planejamento estratégico dos municípios sergipanos, à organização e promoção de cursos e outros eventos em parceria, à cooperação em programas, projetos e atividades conjuntas, ao fortalecimento das ações voltadas para a qualificação dos agentes públicos dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e cidadãos do Estado de Sergipe, e da integração entre as iniciativas realizadas pelas partes.

Avenida Conselheiro João Evangelista Maciel Porto, s/nº – Centro Administrativo “Gov. Augusto Franco” Bairro Capucho – CEP 49081-020 – Aracaju/SE – Tel.: (079) 3216-4300



ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED



**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES**

2.1. Para consecução dos objetivos desse Acordo, assumem as partes as seguintes obrigações:

- 1 - Promover conjuntamente eventos, tais como: seminários, cursos, palestras, edições de informativos ou outras atividades culturais, relativas à área de gestão, que julgarem relevantes;
- 2 – Assegurar as condições técnicas operacionais necessárias ao pleno desenvolvimento e acompanhamento das ações previstas no item 1;
- 3 – Informar sempre que as partes tiverem conhecimento de fatos praticados com o intuito de fraude, conluio ou artifício doloso contra o Erário, ou que neles estejam envolvidas, direta ou indiretamente, profissionais de Administração e exigir providências cabíveis;
- 4 – Disponibilizar cursos e professores ou tutores para cursos a serem ministrados no âmbito da parceria.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA**

3.1. O presente acordo entrará em vigor a partir da data de sua assinatura, e terá vigência de 12 meses a partir de sua publicação, podendo ser prorrogado de comum acordo entre as partes por iguais e sucessivos períodos, até o limite legalmente permitido, devendo a parte interessada em sua prorrogação comunicar a sua intenção com 60 (sessenta) dias de antecedência.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS**

4.1. Todos os procedimentos administrativos bem como todos os serviços necessários ao pleno funcionamento dessa parceria serão iniciados imediatamente após a assinatura do presente instrumento.

**CLÁUSULA QUINTA – DA RESILIÇÃO**

5.1. Esse acordo poderá ser denunciado por escrito a qualquer tempo e resilição de pleno direito por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela

Avenida Conselheiro João Evangelista Maciel Porto, s/nº – Centro Administrativo "Gov. Augusto Franco" Bairro Capucho – CEP 49081-020 – Aracaju/SE – Tel.: (079) 3216-4300



ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED



supervisão de norma legal ou de fato que torne o material ou formalmente inexecutável, sem quaisquer ônus advindos dessa medida, imputando-se às partes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido e creditando-lhes os benefícios adquiridos no mesmo período.

5.2. O presente acordo também poderá ser rescindido de comum acordo entre as partes, mediante prévia notificação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

6.1. Não haverá transferência de recursos financeiros entre os partícipes para a execução do objetivo do Acordo a ser firmado, por se tratar de atividade regida pelo princípio da parceria/reciprocidade.

6.2. O presente Acordo não gera nenhuma obrigação pecuniária entre as partes, não cabendo reembolso de nenhuma atividade decorrente.

6.3. As despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como serviços de terceiros, pessoal, deslocamento, comunicação entre entidades e outras, correrão por conta de dotações orçamentárias de cada um dos partícipes.

6.4. Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo pelos signatários, mediante aditamento.

**CLÁUSULA SÉTIMA – PUBLICIDADE**

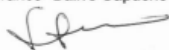
7.1. O presente Acordo de Cooperação será publicado na íntegra no Diário Oficial de Justiça e no Diário Oficial Eletrônico do TCE/SE.

**CLÁUSULA OITAVA – DO FORO**

8.1. Fica eleito o foro da cidade de Aracaju, capital de Sergipe, para dirimir quaisquer dúvidas que venham a ser originadas por ocasião de execução deste Termo de Acordo, com prévia e expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha ser.

E, por estarem juntas e acordadas, as partes assinam o presente Termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, na presença da interveniente e das testemunhas abaixo.

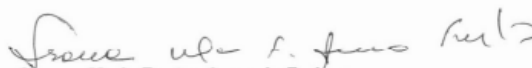
Avenida Conselheiro João Evangelista Maciel Porto, s/nº – Centro Administrativo “Gov. Augusto Franco” Bairro Capucho – CEP 49081-020 – Aracaju/SE – Tel.: (079) 3216-4300



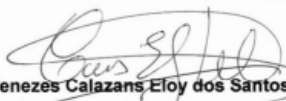
**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**



Aracaju, 28 de fevereiro de 2024.



**Susana Maria Fontes Azevedo Freitas**  
Conselheira Presidente do Tribunal de Contas de Sergipe  
Tribunal de Contas do Estado de Sergipe



**Carlos Menezes Calazans Eloy dos Santos Filho**  
Presidente  
Conselho regional de Administração do Estado de Sergipe



Avenida Conselheiro João Evangelista Maciel Porto, s/nº – Centro Administrativo “Gov.  
Augusto Franco” Bairro Capucho – CEP 49081-020 – Aracaju/SE – Tel.: (079) 3216-4300

**5.4.6) Em relação às fornecedoras COOPERATIVAS, informamos que:**

- A) Tendo em vista que a presente licitação envolve locação/cessão de mão de obra, com plena subordinação, pessoalidade e habitualidade, logo, **não será permitida a participação de empresa em regime de COOPERATIVA;**

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

B) Tal entendimento encontra lastro em diversas orientações e julgamentos, entre eles:

- **INFORMATIVO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – TCU Nº 321:**

A permissão à participação de cooperativas em licitações que envolvam **terceirização de serviços com subordinação, pessoalidade e habitualidade** afronta os arts. 4º, inciso II, e 5º da Lei 12.690/2012, a Súmula TCU 281, o Termo de Conciliação Judicial entre a União e o Ministério Público do Trabalho, de 5/6/2003, e o art. 4º da IN-SLTI/MPOG 2/2008. A aparente economicidade dos valores ofertados pelo licitante nesses casos não compensa o risco de relevante prejuízo financeiro para a Administração Pública advindo de eventuais ações trabalhistas.

- **INFORMATIVO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – TCU Nº 165:**

É irregular a participação de cooperativas em licitação cujo objeto se refira a prestação de serviço que exija relações próprias de emprego, como subordinação (hierarquia) e habitualidade (jornada de trabalho) dos trabalhadores.

- **SÚMULA – TCU Nº 280:**

É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.

- **COMUNICADO Nº 04/2023 – PNCP:**

Nº 04/2023 - Participação de sociedades cooperativas nas licitações para contratação de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra.

A Secretaria de Gestão e Inovação torna público, para amplo conhecimento dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais (Sisg), o Parecer n. 00002/2023/DECOR/CGU/AGU do Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos da Consultoria-Geral da União, da Advocacia-Geral da União (Decor/CGU/AGU), em que ratifica a manutenção dos critérios estabelecidos no Termo de Conciliação firmado entre a AGU e o MPT nos autos da Ação Civil

**ESTADO DE SERGIPE**

**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**

Pública nº 01082-2002-020-10-00-0, para a participação de sociedades cooperativas nas licitações para contratação de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra, sob a égide da Nova Lei de Licitações e Contratos, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conforme Ementa abaixo:

EMENTA: LICITAÇÕES E CONTRATOS. SOCIEDADES COOPERATIVAS. POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÕES. TERCEIRIZAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE COOPERATIVAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA. ALTERAÇÃO LEGISLATIVA. SUPERVENIÊNCIA DA LEI N. 14.133/2021. EXISTÊNCIA DE TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL NOS AUTOS DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA TRABALHISTA. ANÁLISE SOBRE A NECESSIDADE DE REVISÃO/REVOGAÇÃO DO TERMO DE CONCILIAÇÃO.

I - O art. 16 da Lei nº 14.133/2021 deve ser interpretado sistematicamente, e acordo com o arcabouço jurídico que envolve a matéria das Cooperativas, não prejudicando a validade do Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público do Trabalho - MPT e a Advocacia Geral da União - AGU.

II – Mesmo para as licitações sob a égide da Lei nº 14.133/2021, legítimo o entendimento de que a União deve se abster de celebrar contratos administrativos com cooperativas de trabalho nas hipóteses em que a execução dos serviços terceirizados, por sua própria natureza, demande vínculo de emprego dos trabalhadores em relação à contratada.

**FONTE:**

<https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/comunicados/2023/no-04-2023-participacao-de-sociedades-cooperativas-nas-licitacoes-para-contratacao-de-servicos-continuados-com-dedicacao-exclusiva-de-mao-de-obra>

**6. CONTRATAÇÃO:**

**6.1. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**6.1.1.** A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, conforme

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

preconizado no art. 84, da LEI Nº 14.133/2021;

**6.1.2.** A Empresa vencedora terá o prazo de 05 (cinco) dias, após convocação pelo setor responsável pela coleta as assinaturas dos representantes legais das partes, para assinar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, sob pena, do não cumprimento, de ser convocada a licitante seguinte, desde que preencha os requisitos.

**6.2. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

- 6.2.1) Quando houver necessidade por parte da SEMED, será firmado Termo Contratual, o qual terá prazo de vigência pelo **período de 12 (DOZE) MESES**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o período máximo de 10 (dez) anos, na forma do artigo 107, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 6.2.2) A Empresa vencedora terá o prazo de 05 (cinco) dias, após convocação pelo setor responsável pela coleta as assinaturas dos representantes legais das partes, para assinar o Termo Contratual, sob pena, do não cumprimento, de ser convocada a licitante seguinte, desde que preencha os requisitos.

**7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**7.1.** Efetuar o pagamento à Contratada nas condições e preços pactuados;

**7.2.** Assegurar o livre acesso dos empregados da Contratada a todos os locais onde se fizerem necessários para a execução dos serviços;

**7.3.** Acompanhar, fiscalizar e avaliar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de servidor formalmente designado como gestor e fiscal do contrato, bem como fiscais auxiliares, quando necessário, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

**7.4.** Verificar, no prazo estabelecido, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações deste Termo de Referência, para fins de aceite e recebimento definitivo.

**7.5.** Registrar, em documento próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução dos serviços, determinando as providências necessárias à regularização de faltas ou irregularidades.

**7.6.** Rejeitar, total ou parcialmente, os serviços executados em desacordo com as especificações deste Termo de Referência, conforme § 1º do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

**7.7.** Notificar formalmente o preposto da Contratada quanto à não aceitação dos serviços, quando for o caso, para que sejam refeitos ou corrigidos, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis e da eventual rescisão contratual.

**7.8.** Aplicar as sanções administrativas previstas no contrato e na legislação, quando necessárias.

**7.9.** Verificar, de forma contínua, a quitação, por parte da Contratada, dos encargos trabalhistas relativos aos empregados vinculados à execução do contrato, exigindo periodicamente a comprovação documental da regularidade trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, conforme art. 121, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

**7.10.** Controlar, por meio do gestor ou fiscal do contrato, a frequência e o quantitativo de trabalhadores alocados, em conformidade com o objeto contratado;

**7.11.** Disponibilizar, sempre que necessário, as informações e condições adequadas para a execução dos serviços, assegurando a cooperação entre as partes.

**7.12.** Acompanhar o cumprimento, por parte da Contratada, das normas relativas à saúde, higiene e segurança do trabalho, exigindo comprovação das medidas adotadas.

## 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

### 8.1. OBRIGAÇÕES GERAIS

**8.1.1.** Executar o serviço objeto desta contratação de acordo com as condições e prazos propostos, e demais especificações constantes neste Termo de Referência.

**8.1.2.** Disponibilizar profissionais habilitados, qualificados e adequados às funções previstas, garantindo atendimento ao perfil e às atribuições estabelecidas neste Termo de Referência.

**8.1.3.** Manter todos os empregados, quando nas dependências da Contratante, devidamente uniformizados, identificados e portando crachá emitido pela própria Contratada.

**8.1.4.** Apresentar ao setor competente da Contratante, após o início da prestação dos serviços, relação dos empregados, devidamente digitada e com foto, contendo dados de identificação pessoal, qualificação, incluindo nível de escolaridade e endereço. Os empregados deverão ser capazes, maiores de idade e portadores de bons antecedentes, seguindo todas as exigências previstas neste Termo de Referência. A Contratante se reserva o direito de impugnar qualquer empregado da Contratada que, a seu juízo, não preencha as condições exigidas para os serviços objeto deste Contrato.

**8.1.5.** Substituir os empregados faltosos ou que não se apresentarem devidamente uniformizados, **no prazo máximo de até o início do período de trabalho imediatamente**

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

**subsequente ao da ocorrência da falta, contado a partir da notificação do fiscal do contrato,** observado o horário oficial da jornada praticada na unidade, respeitada a qualificação necessária e o horário de execução dos serviços.

**8.1.6.** Fornecer todos os materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços, inclusive Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), conforme as normas de saúde e segurança do trabalho aplicáveis.

**8.1.7.** Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**8.1.8.** Cumprir integralmente as normas de reserva de vagas previstas em lei, observando:

- a) percentual mínimo de vagas para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social, conforme art. 93 da Lei nº 8.213/1991;
- b) reserva mínima de 2% (dois por cento) das vagas para mulheres em situação de violência doméstica e familiar, nos termos do art. 25, § 9º, da Lei nº 14.133/2021 e da Lei Municipal nº 5.878/2024;

**b.1)** cabendo à Contratada garantir sigilo absoluto sobre a condição das beneficiárias, preservando sua intimidade e segurança, vedada qualquer forma de exposição ou identificação indevida, sob pena de responsabilidade solidária de seus representantes e do gestor do contrato, conforme legislação municipal aplicável.

**8.1.9.** Designar formalmente preposto para atuar como representante da empresa junto à Contratante, devendo substituí-lo caso haja recusa devidamente fundamentada.

**8.1.10.** Prestar esclarecimentos à Contratante sempre que solicitado e informar, imediatamente e por escrito, a ocorrência de qualquer anormalidade operacional, administrativa, trabalhista ou técnica que possa afetar a execução do contrato, respeitando os seguintes prazos:

- a) Resposta a esclarecimentos formais, inclusive por meio de ofício – **até 48 (quarenta e oito) horas;**
- b) Comunicação de anormalidades técnicas, operacionais ou administrativas – **até 24 (vinte e quatro) horas;**
- c) Comunicação de acidentes de trabalho ou incidentes de segurança envolvendo empregados alocados – **imediatamente, no mesmo dia do ocorrido;**
- d) Alterações societárias, contratuais ou de representação legal da empresa – **até 05 (cinco) dias úteis após a ocorrência;**



ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

- e) Ocorrência de greve, paralisação, falha coletiva ou qualquer situação que comprometa a continuidade dos serviços – **imediatamente, no mesmo dia do início do evento;**
- f) Qualquer medida judicial, administrativa ou trabalhista que possa impactar direta ou indiretamente a execução do contrato – **até 05 (cinco) dias úteis após a ciência da empresa.**

**8.1.14.** Submeter-se à fiscalização da Contratante quanto à execução dos serviços, fornecendo todas as informações solicitadas.

**8.1.15.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente contratado, observado o disposto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021, servindo como base de cálculo para as alterações os preços unitários constantes na proposta vencedora.

**8.1.16.** Indenizar terceiros, bem como a Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância das exigências das autoridades competentes e da legislação vigente;

**8.1.17.** Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos aos empregados vinculados à execução do contrato, reconhecendo que eventual inadimplência **não transfere responsabilidade** à Contratante.

**8.1.18.** Apresentar, quando solicitado pela Contratante, sob pena de multa, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto a:

- a) registro de ponto;
- b) recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
- c) comprovante de depósito do FGTS;
- d) recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;
- e) recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;
- f) recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**

**8.1.19.** Autorizar a Contratante a descontar valores relativos a danos, prejuízos ou obrigações descumpridas diretamente das faturas, assegurada a ampla defesa.

**8.1.20.** Manter a Contratante informada sobre qualquer modificação cadastral, inclusive endereço e dados bancários.

**8.1.21.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o contrato firmado com a Contratante, sem prévia e expressa anuência.

**8.2. OBRIGAÇÕES RELATIVAS À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD**

**8.2.1.** As partes declaram ciência e anuência à obrigação de cumprimento das disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do contrato administrativo firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação.

**8.2.2.** A Contratada declara ter ciência de que os dados a que tiver acesso devem ser utilizados apenas para as finalidades indicadas pela Contratante e de acordo com a boa-fé e com os princípios constantes no art. 6º da LGPD.

**8.2.3.** É expressamente vedado o compartilhamento de dados pessoais.

**8.2.4.** Em caráter excepcional, nos casos em que o compartilhamento de dados pessoais se mostrar estritamente necessário para o cumprimento de obrigação legal, regulatória, judicial ou administrativa, a Contratada deverá informar formalmente e de forma prévia à Contratante, ficando o compartilhamento condicionado à sua autorização expressa.

**8.2.5.** Sendo o consentimento do titular a única base legal utilizada para o tratamento de dados pessoais, a autorização de que trata este item estará condicionada à assinatura de novo Termo de Consentimento pelo titular de dados, a ser providenciado única e exclusivamente pela Contratante.

**8.2.6.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**8.2.7.** É dever da Contratada fomentar e disponibilizar treinamento e ações de conscientização relacionados à proteção de dados pessoais e privacidade aos responsáveis pela execução do contrato, garantindo, assim, a implementação de boas práticas e governança, nos termos dos arts. 50 e 51 da LGPD.

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

**8.2.8.** A Contratante poderá realizar diligências e/ou auditorias para aferir o cumprimento de todos os itens constantes na presente cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados, em prazo não superior a 2 (dois) dias úteis, prorrogável uma única vez mediante justificativa aceita pela Contratante.

**8.2.9.** A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pela Contratante, prorrogável uma única vez mediante justificativa aceita, quaisquer informações acerca dos dados pessoais tratados em decorrência do presente contrato para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**8.2.10.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

**8.2.11.** Os bancos de dados a que se refere o **item 8.2.10** devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD, bem como o atendimento de direitos dos titulares de dados, notadamente o direito de acesso.

**8.2.12.** A Contratada declara estar ciente e de acordo de que as previsões desta cláusula estão sujeitas a alterações, mormente no que diz respeito aos procedimentos de tratamento de dados pessoais.

- a) As alterações a que se refere o **item 8.2.11** podem ocorrer quando indicado pela Contratante e/ou pela autoridade competente, em especial a ANPD, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- b) Nas hipóteses a que se refere o **item 8.2.11**, a alteração será formalizada por intermédio de assinatura de Termo Aditivo ao Contrato.

**8.2.13.** Fica estabelecida a vedação de transferência de dados pessoais constantes na base de dados da Contratante a empresas privadas, com exceção à previsão dos incisos I a V do § 1º do art. 26 da LGPD.

**8.2.14.** Sendo constatada a ocorrência de uma das exceções previstas no **item 8.2.13**, as partes declaram que comunicarão à Autoridade Nacional de Proteção de Dados no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da celebração do contrato, nos termos do § 2º do art. 26 da LGPD.

**8.2.15.** A Contratada deverá apresentar declaração formal de que seus empregados receberam capacitação adequada em proteção de dados pessoais ou firmaram termo de responsabilidade quanto ao cumprimento da LGPD, quando exigido pela Contratante.

**8.2.18.** Nos casos em que haja necessidade de transferência internacional de

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

dados pessoais, esta somente ocorrerá em estrita observância ao disposto nos arts. 33 a 36 da LGPD, mediante prévia e expressa autorização da Contratante e com comunicação à ANPD, quando aplicável.

### 8.3.OBRIGAÇÕES COMPLEMENTARES

**8.3.1.** É obrigação da empresa CONTRATADA promover constantes treinamentos junto a seus empregados (colaboradores), notadamente visando o contínuo aperfeiçoamento dos serviços descritos neste Termo de Referência. O custo deverá estar previsto no preço ofertado pela empresa licitante e/ou contratada.

**8.3.2.** A CONTRATADA deverá assegurar que todos os empregados vinculados à contratada assinem Termo de Responsabilidade Individual, comprometendo-se a:

I – preservar a confidencialidade dos dados pessoais e sensíveis de alunos, familiares, servidores, profissionais terceirizados e demais integrantes da comunidade escolar ou administrativa, em conformidade com a LGPD;

II – abster-se de captar, armazenar ou divulgar imagens, áudios ou informações de alunos, familiares, servidores, profissionais ou de ambientes escolares e administrativos sem autorização expressa da Contratante;

III – adotar conduta ética, respeitosa e compatível com os ambientes educacionais e administrativos, zelando pela integridade, pelo sigilo e pela privacidade de todos que frequentam ou atuam nos espaços escolares e administrativos;

IV – participar de treinamentos de capacitação em proteção de dados, ética e boas práticas profissionais, fornecidos pela CONTRATADA, com comprovação mediante declaração formal.

## 9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 9.1. PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

**9.1.1.** A empresa contratada, após a assinatura do Termo Contratual, terá o prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas** para disponibilizar os profissionais necessários ao início da execução das funções previstas, nas unidades designadas pela Contratante, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis.

**9.1.2.** A disponibilização dos profissionais poderá ocorrer de forma parcelada e escalonada, desde que previamente autorizada pela Contratante e somente quando necessária para assegurar a continuidade dos serviços, sem causar discontinuidade ou prejuízo ao atendimento da população.

### 9.2. LOCAL E JORNADA

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

**9.2.1.** A execução do objeto ocorrerá nas unidades da Secretaria Municipal da Educação – SEMED (sede administrativa, unidades escolares e setores vinculados), conforme designação da Contratante, e seguirá as seguintes dinâmicas e rotinas:

**9.2.2.** As atribuições detalhadas e responsabilidades de cada função, constam no **item 4.2** deste Termo de Referência e deverão ser observadas integralmente pela Contratada.

**9.2.3.** Os horários de trabalho seguirão os de funcionamento das unidades da SEMED, podendo ser ajustados pela Contratante conforme necessidade do serviço, devendo a Contratada providenciar a imediata adequação de seus profissionais, sem prejuízo da execução contínua do objeto.

### **9.3. SOLICITAÇÃO E FORMALIZAÇÃO**

**9.3.1.** A solicitação de profissionais será formalizada pelo CONTRATANTE por meio do sistema **1Doc**, contendo função, quantidade, local de apresentação, data e horário de início das atividades.

**9.3.2.** Em situações de urgência que exijam providência imediata para evitar desassistência à população, o gestor ou fiscal do contrato poderá requisitar profissionais de forma tácita, devendo o CONTRATANTE formalizar a requisição no sistema **1Doc** em até **48 (quarenta e oito) horas** após o pedido inicial.

### **9.4. MATERIAIS, EPIs E UNIFORMES**

**9.4.1.** A Contratada deverá fornecer, às suas expensas, todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, uniformes e insumos estritamente necessários à execução dos serviços, em quantidade suficiente e de forma contínua, observadas as atribuições de cada função e os riscos ocupacionais envolvidos, vedado qualquer repasse de custo aos trabalhadores.

#### **9.4.1.1. Equipamentos de Proteção Individual – EPIs - Regras Gerais**

Os EPIs deverão:

- ser adequados aos riscos de cada atividade;
- possuir Certificado de Aprovação (CA), quando exigido;
- atender às Normas Regulamentadoras aplicáveis;
- estar em perfeito estado de conservação e funcionamento;
- ser substituídos imediatamente em caso de desgaste, dano ou inadequação.

#### **9.4.1.2. EPIs por função**

##### **a) Artífice**

- Botina de segurança com solado antiderrapante, com biqueira reforçada quando o risco justificar;

**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**

- Luvas de proteção contra riscos mecânicos (abrasão, corte leve e perfuração), com revestimento nitrílico ou PU, com CA;
- Óculos de segurança incolor com proteção lateral, com CA;
- Protetor auricular tipo plug, quando houver exposição a ruído;
- Respirador purificador PFF1 ou PFF2, quando houver poeira no ambiente;

**b) Demais funções (quando aplicável)**

Os EPIs serão exigidos conforme avaliação de risco da atividade, podendo incluir:

- Calçado antiderrapante;
- Luvas de proteção;
- Outros equipamentos necessários à segurança do trabalhador, conforme determinação da Contratante ou exigência normativa.

**9.4.1.3. Insumos vinculados à segurança e execução**

A Contratada deverá fornecer os insumos estritamente necessários à proteção e à adequada execução das atividades, compreendendo:

- itens de reposição dos EPIs, especialmente os de natureza descartável;
- insumos de higiene ocupacional, quando exigidos pela atividade;

**9.4.1.3.1.** Não se incluem neste item materiais de natureza administrativa ou de consumo ordinário da unidade, os quais são de responsabilidade da Contratante.

**9.4.2. Uniformes – Regras Gerais**

**9.4.2.1.** Todos os profissionais deverão usar uniformes completos e adequados às suas funções, vedado o repasse de qualquer custo ao trabalhador.

**9.4.2.2.** Os uniformes deverão possuir as seguintes características mínimas:

- tecido respirável, resistente e de fácil higienização;
- costura reforçada, garantindo durabilidade e segurança;
- acabamento padronizado, assegurando identidade visual uniforme;
- cores definidas pela SEMED, preferencialmente neutras ou institucionais;
- logomarca da empresa bordada ou silkada de forma discreta.
- **identificação funcional obrigatória no peito (lado esquerdo), com indicação da função exercida, por meio de bordado ou silk de alta durabilidade, conforme padrão definido pela Contratante.**

ESTADO DE SERGIPE

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

**9.4.2.3.** Cada funcionário deverá receber **2 (dois) conjuntos completos** no início da execução contratual.

**9.4.2.4.** A Contratada deverá realizar a reposição de **1 (um) conjunto completo a cada 6 (seis) meses**, ou em até **48 (quarenta e oito) horas úteis** quando solicitado pela Contratante, em razão de desgaste ou inadequação.

**9.4.2.5.** Os uniformes deverão ser entregues mediante **recibo individual**, cuja cópia deverá ser enviada ao fiscal do contrato via sistema **1Doc**, em até **48 horas** após a entrega.

**9.4.2.6. Uniformes para gestantes:** deverão ser adaptados à sua condição e substituídos sempre que apresentarem restrição ao uso.

**9.4.3.** Especificações por peça

**9.4.3.1. Camisa**

- confeccionada em malha **100% algodão**, respirável e confortável;
- costura reforçada e boa apresentação;
- logomarca bordada ou silkada no peito;
- **Supervisor Geral:** uso obrigatório de **camisa gola polo diferenciada**;
- **Agente de Apoio Operacional Escolar. Agente de Portaria, Agente Administrativo:** camisa modelo careca ou gola polo, conforme padrão definido pela Contratante.

**9.4.3.2. Calça**

- jeans ou tecido resistente de uso profissional;
- adequada a ambiente escolar/administrativo e atividades operacionais leves;
- costura reforçada e comprimento compatível com a função.

**9.4.3.3. Calçado**

- fechado, antiderrapante e apropriado para ambiente administrativo e escolar;



ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

- permitido sapato profissional ou tênis preto discreto;
- **vedado** o uso de sandálias, chinelos ou similares.

**9.4.3.4. Meias**

- confeccionadas em algodão;
- de uso obrigatório com o calçado profissional.

**9.4.4. Especificações por função**

**a) Agente de apoio Operacional Escolar**

- Camisa em malha 100% algodão (careca ou polo);
- Calça de tecido resistente;
- Calçado fechado antiderrapante;
- **Meia de algodão.**

**b) Agente de Portaria**

- Camisa gola polo 100% algodão;
- Calça resistente;
- Calçado fechado antiderrapante;
- Meia de algodão;
- **Colete de identificação ou refletivo, quando solicitado pela Contratante.**

**c) Agente Administrativo**

- Camisa em malha 100% algodão (careca ou polo);
- Calça jeans ou tecido resistente;
- Calçado fechado antiderrapante;

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

- Meia de algodão.

d) **Artífice**

- Camisa de trabalho em tecido resistente, manga curta ou longa, com identificação da Contratada.
- Calça de sarja reforçada, costura dupla, cor padronizada.
- Botina de uso ocupacional ou de segurança, com solado antiderrapante, **com biqueira reforçada quando o risco justificar**, conforme análise de risco.
- Luvas de proteção adequadas ao risco mecânico (abrasão, corte leve e perfuração), com revestimento nitrílico ou PU, com CA.
- Óculos de segurança incolor com proteção lateral, com CA.
- Protetor auricular tipo plug, quando houver exposição a ruído intermitente.
- Respirador purificador PFF1 ou PFF2, quando houver poeira no ambiente.
- Crachá de identificação com cordão.

e) **Supervisor Geral**

- Camisa gola polo **diferenciada**, malha 100% algodão;
- Calça resistente;
- Calçado fechado antiderrapante;
- Meia de algodão.

9.4.4.1) QUADRO-RESUMO – UNIFORMES POR FUNÇÃO

CATEGORIA:	<b>AGENTE DE APOIO OPERACIONAL ESCOLAR</b>  <b>AGENTE ADMINISTRATIVO</b>
------------	--

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

SUPERVISOR GERAL						
ITEM	SÍNTESE	QUAN T. PARA 12 MESES	APRES	PREÇO MÁXIM O UNITÁRI O R\$	PREÇO TOTAL DO ITEM R\$	A CADA 6 (SEIS) MESES, A EMPRESA CONTRATA DA DEVERÁ DISPONIBIL IZAR (REPOR) PARA CADA EMPREGAD O O SEGUINTE QUANTITA TIVO
1	Calça de tecido resistente;	4	UND	73,09	292,36	2
2	Camisa em malha 100% algodão (careca ou polo);	4	UND	70,40	281,60	2
3	Calçado fechado antiderrapante	2	PAR	123,04	246,08	1
4	Cinto de couro	2	UND	86,86	173,72	1
5	Meia de algodão	4	PAR	9,61	38,44	2
6	Crachá de identificação com cordão com logo da empresa CONTRATADA	1	UND	17,12	17,12	-
TOTAL GERAL R\$					1.049,32	
TOTAL GERAL DIVIDIDO POR 12 MESES - R\$					87,44	
OBSERVAÇÃO:		Cor da camisa definida pela Contratante; apresentação compatível com ambiente escolar e administrativo				

AGENTE DE PORTARIA						
ITEM	SÍNTESE	QUAN T. PARA 12 MESES	APRES	PREÇO MÁXIM O UNITÁRI O R\$	PREÇO TOTAL DO ITEM R\$	A CADA 6 (SEIS) MESES, A EMPRESA CONTRATA DA DEVERÁ DISPONIBIL IZAR (REPOR) PARA CADA EMPREGAD O O SEGUINTE

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

						QUANTITA TIVO
1	Calça de tecido resistente;	4	UND	73,09	292,36	2
2	Camisa em malha 100% algodão (careca ou polo);	4	UND	70,40	281,60	2
3	Calçado fechado antiderrapante	2	PAR	123,04	246,08	1
4	Cinto de couro	2	UND	86,86	173,72	1
5	Meia de algodão	4	PAR	9,61	38,44	2
6	Crachá de identificação com cordão com logo da empresa CONTRATADA	1	UND	17,12	17,12	-
7	Colete de identificação ou refletivo	2	UND	36,04	72,08	1
TOTAL GERAL R\$					1.121,40	
TOTAL GERAL DIVIDIDO POR 12 MESES - R\$					93,45	
OBSERVAÇÃO:		É permitido uso de colete de identificação ou refletivo quando solicitado pela Contratante				

CATEGORIA:		ARTÍFICE				
ITEM	SÍNTESE	QUAN T. PARA 12 MESES	APRES	PREÇO MÁXIM O UNITÁRI O R\$	PREÇO TOTAL DO ITEM R\$	A CADA 6 (SEIS) MESES, A EMPRESA CONTRATA DA DEVERÁ DISPONIBIL IZAR (REPOR) PARA CADA EMPREGAD O O SEGUINTE QUANTITA TIVO
1	Calça de sarja reforçada, costura dupla, cor padronizada;	4	UND	73,09	292,36	2
2	Camisa de trabalho em tecido resistente, manga curta ou longa, com identificação da Contratada	4	UND	70,40	281,60	2
3	Botina de uso ocupacional ou de segurança, com solado antiderrapante, com biqueira reforçada quando o risco justificar, conforme análise de risco	2	PAR	123,04	246,08	1
4	Luvas de proteção adequadas ao	4	PAR	25,19	100,76	2

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

	risco mecânico (abrasão, corte leve e perfuração), com revestimento nitrílico ou PU, com CA					
5	Protetor auricular tipo plug, quando houver exposição a ruído intermitente	4	UND	3,98	15,92	2
6	Respirador purificador PFF1 ou PFF2, quando houver poeira no ambiente	24	UND	1,72	41,28	12
7	Cinto de couro	2	UND	86,86	173,72	1
8	Meia de algodão	4	PAR	9,61	38,44	2
9	Crachá de identificação com cordão com logo da empresa CONTRATADA	1	UND	17,12	17,12	-
<b>TOTAL GERAL R\$</b>					<b>1.207,28</b>	
<b>TOTAL GERAL DIVIDIDO POR 12 MESES - R\$</b>					<b>100,61</b>	
<b>OBSERVAÇÃO:</b>		É permitido uso de colete de identificação ou refletivo quando solicitado pela Contratante				

## 9.5. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

## 10. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1.O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias através de termo de apostilamento ao contrato.

10.3. A Contratante exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução objeto contratado, por meio de gestor e fiscal integrantes do Departamento de Gestão de Pessoal a serem oportunamente designados, nos termos do artigo 19 do Decreto Municipal nº 7.7178/2023 e dos artigos 69 a 86 da Instrução Normativa Conjunta PGM/CGM/SEPLOG nº 002/2023.

10.3.1. O fiscal designado acompanhará e anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

**10.3.2.** O fiscal designado informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas necessárias, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

**10.3.3.** O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual, na forma dos artigos 74 e 75 do Decreto Municipal nº 7.177/2023, e dos artigos 316 e 317 do Decreto Municipal nº 7.178/2023, conforme o caso.

**10.3.4.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o artigo 120 da Lei nº 14.133/2021.

**10.4. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**10.4.1.** Os serviços prestados sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra serão recebidos provisoriamente ao final de cada período de faturamento, mediante verificação mensal da execução e elaboração de termo circunstanciado pelo fiscal competente. O recebimento provisório ocorrerá no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados do encerramento do mês de prestação dos serviços.

**10.4.1.1.** Os serviços poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, quando apresentarem desconformidades com o Termo de Referência ou com a proposta. Nesses casos, a contratada será notificada a corrigi-los no prazo de até 03 (três) dias úteis, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

**10.4.1.2.** Ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato realizará a apuração do desempenho da contratada com base nos indicadores estabelecidos no Instrumento de Medição de Resultado – IMR, consolidando as informações relativas à quantidade, presença, assiduidade, qualidade e regularidade dos serviços prestados. A aferição poderá resultar em redimensionamento do valor a ser pago, conforme previsto no IMR, devendo o resultado ser registrado em relatório circunstanciado encaminhado ao gestor do contrato.

**10.4.1.3.** O recebimento provisório ficará condicionado à verificação do cumprimento das rotinas operacionais, da presença dos profissionais alocados, da observância das atribuições previstas neste Termo de Referência e do atendimento aos indicadores de desempenho previstos no IMR, quando aplicável.

**10.4.1.4.** No prazo indicado no [item 10.4.1](#), o fiscal ou a equipe de fiscalização elaborará relatório circunstanciado, consolidando os registros

**ESTADO DE SERGIPE**

**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**

**mensais, ocorrências, indicadores de desempenho e glosas eventualmente aplicáveis, encaminhando-o ao gestor do contrato para fins de recebimento provisório e posterior processamento do pagamento.**

**10.4.2. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, mediante termo detalhado emitido pelo gestor do contrato, após a verificação da conformidade da execução mensal, compreendendo:**

- (i) o atendimento dos indicadores de desempenho estabelecidos no Instrumento de Medição de Resultado – IMR;**
- (ii) a regularidade da presença e atuação dos profissionais alocados;**
- (iii) a apresentação da documentação comprobatória das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais;**
- (iv) a confirmação da correção das eventuais inconformidades apontadas pela fiscalização.**

**10.4.2.1. Analisar os relatórios mensais de fiscalização, o Instrumento de Medição de Resultado – IMR e toda a documentação apresentada pela contratada, verificando a conformidade da execução com as obrigações contratuais. Havendo irregularidades que impeçam a liquidação ou o pagamento da despesa, o gestor indicará as cláusulas descumpridas e notificará a contratada, por escrito, para promover as correções necessárias no prazo definido neste Termo de Referência.**

**10.4.2.2. Emitir termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e**

**10.4.2.3. Comunicar à contratada a autorização para emissão da Nota Fiscal ou Fatura, exclusivamente com o valor apurado pela fiscalização, conforme resultados registrados no Instrumento de Medição de Resultado – IMR ou instrumento equivalente, observado o redimensionamento decorrente de glosas ou ajustes previstos neste Termo de Referência.**

**10.4.2.4. O recebimento provisório ficará condicionado à verificação do cumprimento das rotinas operacionais, da presença dos profissionais alocados, da observância das atribuições previstas neste Termo de Referência e do atendimento aos indicadores de desempenho previstos no IMR, quando aplicável.**

**10.4.3. Na hipótese da verificação não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.**



ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

**10.4.4. O aceite ou aprovação do(s) serviço(s) pela Administração Pública, na forma do § 2º do artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, não exclui a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato, ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, verificadas posteriormente, garantindo-se à Administração Pública as faculdades previstas no artigo 18 da Lei n.º 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor.**

**10.5. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO**

**10.5.1. Compete ao gestor e aos fiscais do contrato, designados por portaria específica, a execução das atividades de acompanhamento e fiscalização da contratação, nos termos do art. 19 do Decreto Municipal nº 7.178/2023 e dos arts. 69 a 86 da Instrução Normativa Conjunta PGM/CGM/SEPLOG nº 002/2023, cabendo-lhes, conforme suas atribuições:**

**10.5.1.1. Compete ao Gestor:**

*a) coordenar as atividades de fiscalização técnica, administrativa e setorial;*

*b) acompanhar e validar os registros realizados pelos fiscais, adotando as providências necessárias nos casos que ultrapassem suas competências;*

*c) verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada durante toda a execução;*

*d) coordenar o histórico de gerenciamento contratual, incluindo ordens de serviço, registros de ocorrências, alterações e prorrogações;*

*e) elaborar relatório para análise da necessidade de adequação contratual;*

*f) emitir o termo de recebimento definitivo, com base no relatório do fiscal e no Instrumento de Medição de Resultado – IMR;*

*g) adotar as providências necessárias para aplicação de sanções, quando cabíveis;*

*h) encaminhar, quando necessário, documentação e informações ao setor de contratos e à autoridade competente.*

**10.5.1.2. Compete ao Fiscal Técnico:**

**ESTADO DE SERGIPE**

**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**

- a) *acompanhar diariamente a execução dos serviços, verificando presença, assiduidade, desempenho e conformidade das rotinas operacionais;*
- b) *registrar todas as ocorrências no histórico de gerenciamento do contrato;*
- c) *emitir notificações à contratada para correção de falhas ou inconformidades, com prazo para saneamento;*
- d) *informar ao gestor situações que demandem decisão superior;*
- e) *alimentar mensalmente o Instrumento de Medição de Resultado – IMR;*
- f) *realizar o recebimento provisório mediante termo circunstanciado;*
- g) *participar da atualização do relatório de riscos e apoiar tecnicamente o gestor;*
- h) *indicar glosas quando houver descumprimento das rotinas ou faltas dos empregados.*

**10.5.1.3. Compete ao Fiscal Administrativo:**

- a) *acompanhar prazos contratuais, apostilamentos, revisões, reajustes, repactuações e pagamentos;*
- b) *verificar a regularidade dos recolhimentos fiscais, trabalhistas e previdenciários;*
- c) *analisar documentação mensal da contratada (folha, GFIP, FGTS, RAIS, férias, rescisões etc.);*
- d) *participar da atualização do relatório de riscos;*
- e) *apoiar o gestor na elaboração do documento de avaliação do desempenho da contratada;*
- f) *realizar o recebimento provisório no tocante às obrigações administrativas.*

**10.5.1.4. Compete ao Fiscal Setorial** (quando houver prestação em unidades escolares):

**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**

- a) *acompanhar a execução diretamente na unidade onde os serviços forem prestados;*
- b) *verificar presença, uso de EPI, rotinas, conduta e desempenho dos trabalhadores da contratada;*
- c) *comunicar imediatamente ao fiscal técnico e ao gestor qualquer irregularidade;*
- d) *colaborar na apuração de faltas, glosas e inconformidades locais;*
- e) *emitir relatórios mensais setoriais para subsidiar a fiscalização técnica.*

**10.5.2.** Quando exigida, a garantia deverá observar os **arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021**, competindo:

**10.5.2.1. A contratada:**

- a) apresentar a garantia no prazo de 01 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato;
- b) manter sua validade durante toda a execução;
- c) renová-la sempre que necessário.

**10.5.2.2. A fiscalização:**

- a) analisar a conformidade formal da garantia e sua adequação ao valor contratado;
- b) comunicar à contratada a necessidade de correção, complementação ou renovação;
- c) solicitar execução da garantia em caso de inadimplemento;
- d) propor devolução da garantia ao final da execução, após a liquidação definitiva e inexistência de pendências.

**10.5.2.3. A garantia somente será devolvida após:**

- a) emissão do termo de recebimento definitivo;
- b) inexistência de débitos trabalhistas decorrentes da execução contratual;

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED  
c) inexistência de glosas pendentes.

**10.5.3. Para comunicação entre as partes, deverá ser utilizada, preferencialmente, pelo meios de comunicação oficiais do Órgão:**

**a)** <https://ajuinteligente.aracaju.se.gov.br>

**b)** [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

**c)** Sede SEMED: Av. Ministro Geraldo Barreto Sobral, 1615 – Bairro Jardins, Aracaju/SE, CEP: 49026-010

**d)** Contatos telefônicos:

- Departamento de Gestão Pessoal (DGP): 79 3179-1533
- Diretoria Administrativa Financeira(DAF): 79 3179-1532

**10.5.3.1.** A contratada deverá responder às solicitações do Gestor ou Fiscais no **prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas**, salvo justificativa formal aceita pelo Gestor.

**10.5.4.** O recebimento provisório será baseado em:

- a)** presença e assiduidade dos profissionais designados;
- b)** conferência da carga horária executada;
- c)** execução das atividades previstas no Termo de Referência;
- d)** qualidade da prestação dos serviços, medida por inspeção e relatórios da unidade escolar;
- e)** verificação de substituições e reposições;
- f)** ausência de falhas, irregularidades ou descumprimentos contratuais.

**10.5.4.1.** O fiscal técnico registrará eventuais inconformidades e notificará a contratada para correção no prazo definido contratualmente.

**10.5.5.** O recebimento definitivo ocorrerá após verificação de:

- a)** regularidade da documentação trabalhista e previdenciária;

**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**

- b)** inexistência de pendências no IMR;
- c)** ausência de substituições pendentes, falhas ou vícios;
- d)** correção das inconformidades registradas no período de execução;
- e)** comprovação integral da prestação dos serviços.

**10.5.5.1.** Persistindo irregularidades que impeçam a liquidação da despesa, o gestor notificará a contratada para saneamento.

**10.5.6.** A fiscalização poderá, a qualquer tempo:

- a)** realizar inspeções in loco nas unidades atendidas;
- b)** solicitar documentos complementares;
- c)** ouvir usuários e diretores das unidades escolares;
- d)** realizar diligências adicionais para verificar o cumprimento das cláusulas contratuais.

**10.5.7.** Para acompanhamento da execução contratual, poderão ser utilizados, conforme aplicável:

**10.5.7.1. Ferramentas tecnológicas**

- a)** sistema de ponto eletrônico da contratada;
- b)** relatórios eletrônicos de frequência;
- c)** registros digitais no histórico de execução;
- d)** planilhas e checklists automatizados;
- e)** Sistema AJU Inteligente para formalizações e comunicações.

**10.5.7.2. Ferramentas manuais**

- a)** livro ou ficha de ponto manual;
- b)** fichas impressas de frequência, escala ou presença;
- c)** formulários impressos de ocorrência ou inspeção;

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

- d) checklists manuais de verificação;
- e) relatórios manuais emitidos pelo fiscal do contrato;
- f) protocolos impressos de entrega/recebimento e demais registros físicos necessários.

**10.5.8.** A fiscalização adotará as seguintes rotinas:

- a) análise **mensal** dos documentos trabalhistas, previdenciários e fiscais;
- b) conferência da folha de pagamento dos terceirizados;
- c) análise **por totalidade**, podendo haver amostragem mínima de **30%**, se tecnicamente justificada;
- d) registro em histórico próprio no processo de fiscalização;
- e) utilização do IMR para mensurar desempenho e qualidade.

**10.5.9.** A contratada deverá apresentar mensalmente:

- a) folha de pagamento, comprovantes de depósito salarial e vales;
- b) GFIP, FGTS, INSS e demais encargos;
- c) controle de frequência e jornada dos trabalhadores;
- d) comprovantes de férias, rescisões e substituições, quando aplicável;
- e) lista atualizada de empregados lotados.

**10.5.9.1. Sempre que houver movimentação de pessoal, apresentar:**

- a) documentação de admissão;
- b) documentação de rescisão;
- c) entrega de EPIs, quando aplicável;
- d) ASO admissional, periódico e demissional (PCMSO);
- e) PPRA/LTCAT (quando aplicável ao ambiente).

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

**10.5.10. A fiscalização conferirá mensalmente:**

- a) regularidade fiscal;
- b) regularidade previdenciária;
- c) regularidade trabalhista;
- d) certidões exigidas na contratação;
- e) situação jurídica da empresa (CNPJ, objeto, restrições).

**10.5.10.1.** A perda da habilitação autorizará a suspensão de pagamentos e o eventual início de processo de rescisão contratual.

**10.5.11. Procedimentos para aplicação de sanções, glosas e extinção contratual**

- a) as inconformidades serão registradas pelo fiscal no histórico;
- b) a contratada será notificada para apresentar defesa em até 5 dias úteis;
- c) persistindo o descumprimento, o Gestor proporá:
  - glosa proporcional,
  - penalidade administrativa,
  - abertura de processo de responsabilização (art. 158 da Lei 14.133);
- d) a extinção contratual seguirá os arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021 e art. 35 da IN 002/2023.

**10.5.12.Regras complementares**

- a) As unidades escolares deverão emitir relatório mensal de assiduidade, pontualidade e desempenho dos terceirizados;
- b) A SEMED poderá revisar a alocação dos postos conforme necessidade da rede;
- c) Qualquer alteração de quantitativo seguirá os arts. 124 e 125 da Lei 14.133/2021;



ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

- d) As rotinas aqui previstas integram o modelo de gestão e não afastam normas de segurança, proteção à criança e integridade funcional aplicáveis ao ambiente escolar.

**11. PAGAMENTO, CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**11.1. DO PAGAMENTO**

**11.1.1.** Deverá ser realizada a liquidação da despesa mensalmente no prazo de até 30 (trinta) dias, com o posterior pagamento por meio de crédito em conta bancária de titularidade da Contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, devidamente, certificada pelo fiscal do contrato, responsável pelo recebimento do objeto.

**11.1.2.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**11.1.3.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser emitida em conformidade com as unidades de medida indicadas no **item 3**, deste Termo de Referência.

**11.1.3.1.** Os fornecedores sediados fora do Município de Aracaju devem emitir o Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço – RANFS a cada serviço prestado, através de prévio cadastro na página eletrônica do Município de Aracaju, na forma do Decreto Municipal nº 3.393/2011 e suas alterações.

**11.1.4.** O pagamento somente será realizado após o atesto da Nota Fiscal ou Fatura pelo Fiscal do Contrato, mediante verificação da conformidade do objeto efetivamente executado com o contrato e com o presente Termo de Referência.

**11.1.5.** Havendo divergência ou controvérsia sobre a execução do objeto quanto à qualidade, quantidade ou dimensionamento, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo contratual de pagamento, permanecendo retida apenas a parcela objeto da glosa ou análise específica.

**11.1.6.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**11.1.7.** Considerando que o valor estimado desta contratação supera o limite anual de receita bruta para permanência no regime do Simples Nacional (LC nº 123/2006), eventual empresa optante por tal regime que venha a se sagrar vencedora deverá observar que a

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

celebração e execução do contrato implicará seu desenquadramento automático do Simples, nos termos da legislação tributária federal. Nesse caso, aplicar-se-ão integralmente as retenções tributárias previstas para empresas não optantes pelo Simples, não assistindo à contratada qualquer direito à revisão de preços por esse motivo.

**11.1.8.** Para fins de verificação da manutenção das condições de habilitação durante toda a execução contratual, a contratada deverá apresentar, juntamente com cada documento de cobrança, as seguintes comprovações:

- a) **Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, válido;**
- b) **Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;**
- c) **Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Estaduais, quando aplicável;**
- d) **Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Municipais do domicílio da contratada;**
- e) **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.**

**11.1.8.1.** Na hipótese de ausência de qualquer dos documentos exigidos ou de constatação de que a empresa não se encontra regular perante um ou mais dos órgãos indicados no **item 11.1.8**, o ente contratante deverá dar continuidade aos trâmites relativos ao pagamento dos serviços já regularmente executados e devidamente atestados, **concomitantemente notificando a contratada** para que apresente o(s) documento(s) faltante(s) ou adote as providências necessárias à sua regularização fiscal e trabalhista, concedendo-lhe prazo específico para tanto.

**11.1.8.2.** Constatada a irregularidade, **a emissão de novas ordens de execução ou fornecimento deverá ser suspensa**, até que a contratada comprove o restabelecimento de sua regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do **item 11.1.8**.

**11.8.1.3.** Caso, transcorrido o prazo concedido, a contratada não apresente o documento faltante ou não comprove sua regularidade fiscal e trabalhista, o ente contratante deverá **adotar as providências cabíveis para a rescisão contratual**, com fundamento no inciso I do artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis.

**11.1.9.** Não haverá pagamento antecipado.

**11.1.10.** No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE.

**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**

**11.1.10.1.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**11.1.11.** Além dos documentos previstos no **ITEM – 11.1.8**, a empresa CONTRATADA deverá apresentar os seguintes documentos:

A) FOLHA COMPLETA DOS EMPREGADOS ENVOLVIDOS NA CONTRATAÇÃO, REFERENTE AO MÊS/ANO DO SERVIÇO CONTEMPLADO NA NOTA FISCAL.

B) COMPROVANTE DE PAGAMENTO DOS SALÁRIOS, REFERENTE AO MÊS/ANO DO SERVIÇO CONTEMPLADO NA NOTA FISCAL.

C) COMPROVANTE DE PAGAMENTO DOS VALES-TRANSPORTES OU DECLARAÇÃO DE NÃO OPÇÃO DO BENEFICIÁRIO, REFERENTE AO MÊS/ANO DO SERVIÇO CONTEMPLADO NA NOTA FISCAL.

D) COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO DOS EMPREGADOS, REFERENTE AO MÊS/ANO DO SERVIÇO CONTEMPLADO NA NOTA FISCAL.

E) EXTRATOS COMPROBATÓRIOS DO RECOLHIMENTO DO FGTS E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PREVIDENCIÁRIA (INSS), REFERENTE AO MÊS/ANO DO SERVIÇO CONTEMPLADO NA NOTA FISCAL.

F) GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E RESPECTIVO COMPROVANTE DE PAGAMENTO OU DARF-INSS ACOMPANHADO DA DCTFWEB E RESPECTIVO COMPROVANTE DE RECOLHIMENTO, NO CASO DE COMPENSAÇÃO PARCIAL, ESPECÍFICOS DO CONTRATO, REFERENTE AO MÊS ANTERIOR À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

G) FOLHA DE PONTO DE CADA EMPREGADO ENVOLVIDO NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, REFERENTE AO MÊS/ANO DO SERVIÇO CONTEMPLADO NA NOTA FISCAL.

H) CONTRA-CHEQUES, REFERENTE AO MÊS/ANO DO SERVIÇO CONTEMPLADO NA NOTA FISCAL.

I) COMPROVANTE DE PAGAMENTO DAS FÉRIAS.

J) COMPROVANTE DE PAGAMENTO DO 13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO.

**11.2. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO**

**11.2.1.** A aferição da execução contratual para fins de faturamento e pagamento será realizada, preferencialmente, por meio do **Instrumento de Medição de Resultado – IMR**,

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

constante do neste Termo de Referência, o qual avaliará a conformidade dos serviços prestados com os padrões de qualidade, produtividade, frequência e regularidade operacional definidos para cada função contratada.

**11.2.1.1.** O IMR poderá ser complementado, quando necessário, por outros mecanismos de inspeção, diligência, relatório ou verificação documental utilizados pelo fiscal, desde que permitam mensuração objetiva da execução.

**11.2.2. Unidade de Medida e Forma de Aferição**

**11.2.2.1.** A unidade de medida adotada para aferição do serviço será o **posto de trabalho efetivamente disponibilizado**, de forma a permitir a mensuração objetiva da execução e evitar remuneração baseada exclusivamente em horas trabalhadas ou parâmetros não vinculados ao resultado.

**11.2.2.2.** Em situações excepcionais e devidamente justificadas, poderá ser adotado critério de remuneração por **quantidade de horas de serviço**, devendo estar definido no ato convocatório o método de cálculo utilizado, a qualificação da mão de obra, o tipo de serviço executado e os critérios para execução sob demanda.

**11.2.2.3.** Também de forma excepcional, poderá ser adotado critério de remuneração por **postos de trabalho**, devendo constar de forma expressa a metodologia de cálculo do quantitativo de postos e respectivos perfis profissionais.

**11.2.2.4.** No uso das unidades de medida acima, admite-se a flexibilização da execução das atividades ao longo do horário de expediente, sendo **vedado** o pagamento de horas extras ou adicionais não previstos no instrumento convocatório.

**11.2.3. Produtividade de Referência e Qualidade Esperada**

**11.2.3.1.** A aferição dos serviços considerará a produtividade mínima esperada para cada posto, observando-se:

- cumprimento integral da jornada semanal;
- desempenho das atribuições previstas no **item 4**, deste TR;
- padrões de comportamento, apresentação e atendimento;
- respeito às rotinas operacionais das unidades da SEMED.

**11.2.3.2.** Os critérios de adequação do serviço à qualidade esperada poderão utilizar, quando aplicável, parâmetros de produtividade e qualidade previstos nos **Cadernos de Logística** ou documentos equivalentes.

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

#### 11.2.4. Indicadores Mínimos de Desempenho

**11.2.4.1.** Para mensuração da qualidade da prestação dos serviços, serão considerados os seguintes indicadores mínimos:

- a) assiduidade;
- b) pontualidade;
- c) substituições dentro dos prazos previstos;
- d) execução correta das atribuições;
- e) atendimento às instruções da fiscalização;
- f) postura profissional e apresentação;
- g) inexistência de faltas injustificadas;
- h) cumprimento das rotinas operacionais da unidade escolar.

**11.2.4.2.** Os indicadores deverão:

- ser **objetivamente mensuráveis**;
- ser **simples e compreensíveis**;
- refletir fatores **sob controle da Contratada**;
- evitar complexidade e sobreposição.

#### 11.2.5. Metas, Tolerâncias e Penalidades

**11.2.5.1.** Os indicadores serão acompanhados por metas mínimas e faixas de tolerância que permitam o redimensionamento proporcional do pagamento.

**11.2.5.2.** As metas devem ser:

- sistemáticas e cumulativas;
- realistas e alcançáveis;
- definidas de modo a contribuir para o resultado global.

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

**11.2.5.3.** Deve ser estabelecido:

- a) nível de desconformidade que enseja glosa proporcional;
- b) nível de desconformidade que enseja glosa integral do posto;
- c) hipóteses em que a desconformidade ensejará **penalidade** ou **rescisão unilateral**.

**11.2.5.4.** Na determinação das faixas de tolerância:

- atividades **críticas** terão tolerância mínima ou nenhuma;
- atividades **não críticas** poderão admitir tolerância maior;
- pequenas diferenças em atividades não críticas poderão gerar apenas **notificação**, a critério da Administração.

**11.2.6. Registros e Controles da Contratada**

**11.2.6.1.** Para fins de aferição, a Contratada deverá disponibilizar registros, informações e controles que permitam mensurar objetivamente a execução do serviço, tais como:

- folha de ponto;
- relatórios de substituição;
- comprovantes de treinamento;
- lista de presença e ocorrências;
- comunicações internas.

**11.2.7. Instrumento de Medição de Resultado – IMR**

**11.2.7.1.** O IMR será utilizado como instrumento oficial de aferição dos serviços, devendo consolidar:

- a) indicadores avaliados;
- b) pontuação obtida;
- c) percentual de conformidade;

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

d) glosas aplicáveis;

e) valor final devido.

**11.2.7.2.** O IMR ou instrumento equivalente deverá, preferencialmente, ser aplicado por meio de **ferramenta informatizada** que registre automaticamente os dados necessários à aferição.

**11.2.8. Vinculação do Pagamento ao Resultado**

**11.2.8.1.** O pagamento mensal à Contratada será proporcional ao cumprimento das metas previstas no IMR, podendo ser reduzido quando houver:

- não execução das atividades;
- execução parcial;
- execução com qualidade inferior;
- ausência de profissionais;
- descumprimento das rotinas operacionais.

**11.2.8.2.** O pagamento integral somente será devido caso o serviço seja executado **com conformidade total**.

**11.2.9. Instrumento de Medição de Resultado – IMR**

**11.2.9.1.** Para fins de aferição da execução contratual e definição do valor devido a cada período de faturamento, será utilizado o **Instrumento de Medição de Resultado – IMR**, que consolida a avaliação objetiva do desempenho da Contratada, com base nos indicadores e parâmetros definidos neste Termo de Referência.

**11.2.9.2.** O IMR constitui o instrumento oficial de mensuração dos resultados, sendo de uso obrigatório pela fiscalização técnica do contrato, e deverá ser aplicado mensalmente, para todos os postos de trabalho disponibilizados.

**11.2.9.3.** O IMR poderá ser complementado por diligências, inspeções in loco, registros de ocorrência, relatórios da unidade escolar e documentos comprobatórios apresentados pela Contratada, desde que aptos a demonstrar, objetivamente, a conformidade ou desconformidade dos serviços.

**11.2.10. Indicadores e Pesos Aplicáveis no IMR**

**11.2.10.1.** O desempenho de cada posto será avaliado com base nos seguintes indicadores e respectivos pesos:

a) **Assiduidade e Pontualidade** – peso 30%;

b) **Execução das Atividades** – peso 30%;



ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

c) **Postura, Apresentação e Conduta** – peso 20%;

d) **Atendimento às Orientações da Fiscalização** – peso 20%.

**11.2.10.2.** A nota atribuída a cada indicador deverá observar os parâmetros estabelecidos pela fiscalização, conforme documentos de registro e acompanhamento.

**11.2.11. Fórmula de Cálculo do IMR**

O resultado final do posto no período será obtido pela fórmula:

$$\text{IMR}_{\text{post}} = (\text{Assiduidade} \times 0,30) + (\text{Execução} \times 0,30) + (\text{Postura} \times 0,20) + (\text{Orientações} \times 0,20)$$

Onde cada indicador recebe nota entre 0 e 100.

**11.2.12. Critérios de Ajuste de Pagamento (Glosas)**

**11.2.12.1.** A pontuação final obtida no IMR ensejará o seguinte redimensionamento do valor mensal do posto:

Pontuação Final (IMR)	Percentual de Pagamento
95 a 100 pontos	100% do valor contratado
85 a 94 pontos	95% do valor
70 a 84 pontos	90% do valor
50 a 69 pontos	80% do valor
Abaixo de 50	glosa integral do posto no mês

**11.2.12.2.** Independentemente da pontuação final, serão glosadas proporcionalmente:

- I – faltas injustificadas;
- II – ausência de substituto dentro do prazo;
- III – abandono temporário de posto;
- IV – descumprimento de horário;

**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**  
V – comportamento inadequado que comprometa o serviço.

**11.2.12.3.** Ocorrências graves atribuídas aos empregados terceirizados poderão ensejar, além da glosa, a determinação de substituição do trabalhador e a aplicação de penalidades à contratada, nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021.

**11.2.13. Registros Necessários para Aplicação do IMR**

**11.2.13.1.** Para aplicação do IMR, serão utilizados os seguintes documentos, quando pertinentes:

- a) folha de ponto;
- b) relatório de ocorrências;
- c) relatório de substituições;
- d) comunicações formais da direção escolar;
- e) registros de inspeções do fiscal;
- f) evidências de descumprimentos ou conformidades;
- g) listas de presença e documentos correlatos.

**11.2.14. Tabela de Consolidação do IMR**

A fiscalização preencherá, mensalmente, a tabela abaixo para cada posto:

Posto	Trabalhad or	Assiduida de (30%)	Execuçã o (30%)	Postura (20%)	Orientaçõ es (20%)	IMR Final	% Pagam ento	Valor Base	Glosa	Valor Devid

**11.2.15. Procedimento para Consolidação e Pagamento**

**11.2.15.1.** Após a conclusão das avaliações, o fiscal técnico elaborará relatório circunstanciado com o IMR, encaminhando-o ao fiscal administrativo para verificação dos documentos trabalhistas e previdenciários.

**11.2.15.2.** O gestor do contrato validará o IMR e determinará o valor final devido, considerando os redimensionamentos aplicáveis.

**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**

**11.2.15.3.** A Contratada deverá emitir a Nota Fiscal já com o valor ajustado conforme o resultado final do IMR, sob pena de devolução para correção.

**11.2.15.4.** A Nota Fiscal somente poderá ser atestada após a validação do IMR.

**11.3. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**11.3.1.** Em relação à parcela dos serviços relativa à mão de obra, o preço será repactuado toda vez que houver alteração dos custos do serviço em decorrência do acordo, convenção ou dissídio coletivo da respectiva categoria, obedecendo-se os índices e valores homologados pela autoridade federal, mediante apostilamento.

**11.3.2.** A repactuação somente poderá ocorrer após o interregno mínimo de 01 (um) ano, contado:

- a) da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado;
- b) do acordo, da convenção coletiva ou do dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.
- c) O pedido de repactuação será analisado, no máximo, em 30 (trinta) dias.

**11.3.3.** Os reajustes de preço serão formalizados por meio de apostilamento, de acordo com o disposto no artigo 136 da Lei nº 14.133/2021.

**11.3.4.** A Contratante ou a Contratada podem solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando verificado fato imprevisível ocorrido após a apresentação da proposta, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

- a) o evento seja futuro e incerto;
- b) o evento não ocorra por culpa da Contratada;
- c) a modificação seja substancial nas condições contratadas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos da Contratada e a retribuição da Contratante;
- d) haja nexo causal entre a alteração dos custos com o evento ocorrido e a necessidade de recomposição da remuneração correspondente em função da majoração ou minoração dos encargos da Contratada;
- e) seja demonstrado nos autos a quebra de equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que a contratação se tornou inviável nas condições inicialmente pactuadas.

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

**11.3.5. Sobre o reajuste anual de preços dos insumos:**

**11.3.5.1.** Após o transcurso de **12 (doze) meses de execução contratual**, contados da data de assinatura do contrato, a CONTRATADA fará jus ao **reajuste anual dos preços** referentes aos seguintes insumos:

- a) uniforme/fardamento;
- b) seguro de vida;
- c) outros detalhados no **módulo – 3 da planilha de formação de preços**;

**11.3.5.2.** O reajuste anual será aplicado com base na variação acumulada do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE)**, nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data do reajuste.

**11.3.5.3.** Caso o índice definido no item anterior venha a ser descontinuado, será adotado o índice oficial que venha a substituí-lo, ou, na sua ausência, outro indicador definido pelo Governo Federal que reflita a inflação do período.

**12. DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO E SALÁRIOS BASES**

- 12.1) Para fins de confecção da **PROPOSTA DE PREÇO** a empresa interessada deverá utilizar a **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO** indicada abaixo:

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED  
CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2026/2026

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: SE000016/2026  
DATA DE REGISTRO NO MTE: 09/02/2026  
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR006065/2026  
NÚMERO DO PROCESSO: 47979.215077/2026-36  
DATA DO PROTOCOLO: 09/02/2026

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONS DO ESTADO DE SE, CNPJ n. 32.742.231/0001-67, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). FABIO ANDRADE SANTOS;

E

SIND EMP DE COND E EMP DE ASSEIO CONS DO EST DE SERGIPE, CNPJ n. 32.825.283/0001-05, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JORGIVAN MOTA DOS SANTOS;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2026 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

**FONTE:**

[HTTPS://WWW3.MTE.GOV.BR/SISTEMAS/MEDIADOR/CONSULTARINSTCOLETIVO](https://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/consultarinstcoletivo)

- 12.2) Inclusive, esse posicionamento está em consonância com o próprio certame licitatório - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2023 (PROTOCOLO TC Nº 005041/2023), realizado pelo TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE – TCE/SE. Vejamos:



**EDITAL DE LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2023  
PROTOCOLO TC Nº 005041/2023

**PREÂMBULO**

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1. O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE – TCE-SE, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº. 13.170.790/0001-03, através de seu (a) Pregoeiro (a), regularmente designado pela Portaria nº 124, de 04 de abril de 2023, publicada no Diário Oficial Eletrônico do TCE/SE nº 2.638, de 04 de abril de 2023 e suas alterações, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO**, para **EXECUÇÃO INDIRETA** em regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de apoio



**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**

**2. DO OBJETO**

2.1. A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de apoio administrativo e operacional, de limpeza e manutenção predial para atender às necessidades deste Tribunal, cujos empregados serão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e respectivas Convenções Coletivas de Trabalho de Sergipe, conforme quantitativos, características e demais condições constantes do Anexo I - Termo de Referência e seus anexos (I a IV), deste Edital e descritos na forma abaixo:

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
12	Eletricista	02	6/30	3.300,00
13	Fisioterapeuta	02	6/30	3.960,00
14	Garçom	04	6/30	2.376,00
15	Jardineiro	04	6/30	1.584,00
16	Lavador de carro/veículos	04	6/30	1.320,00
17	Marceneiro	02	6/30	3.300,00
18	Motorista	38	6/30	3.300,00
19	Operador de Áudio/Som/TV	02	6/30	2.640,00
20	Pedreiro	01	6/30	3.300,00
21	Pintor	01	6/30	2.376,00
22	Psicóloga	02	6/30	3.300,00
23	Recepcionista	05	6/30	1.980,00
24	Servente	42	6/30	1.320,00
<b>TOTAL</b>		<b>292</b>	-	-

2.3.2. O valor dos salários dos empregados no quadro acima, foi determinado com base nos salários atualmente pagos aos prestadores de serviços do contrato vigente, atualizados pela Convenção Coletiva de 2023 e seu aditivo. Os referidos empregados em sua maioria percebem salários superiores ao piso salarial da categoria, devido a necessidade de contratação de profissionais com habilitação/experiência superior à daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso da categoria. Assim valer-se apenas do piso salarial como remuneração dos cargos, pode gerar problemas operacionais, em função da alocação de profissionais despreparados ou não capacitados e da rotatividade da mão de obra, acarretando, em vez de economia, problemas de ordem operacionais, conforme Inciso VI do art. 5º da IN nº 05.



2.3.3. Os Salários dos cargos do item 2.3.1 deste Termo, serão sempre fixados pela Convenção Coletiva de Trabalho CCT's do Sindicato de Empregados de Condomínio e Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Sergipe (SINDECESE) e o Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Sergipe (SEAC) e as convenções de cargos específicos, no caso dos Fisioterapeutas (CCT/2020 em vigor) e Psicólogos (não possui, utiliza tabela FENAPSI), todas registradas e homologadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, conforme convenções em anexo, sendo desclassificadas as propostas que apresentem na sua composição de preços salários inferiores ao mínimo aqui estabelecido.

12.3) Logo, a partir do momento de registro de uma nova CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, a empresa contratada poderá postular a REPACTUAÇÃO DE PREÇOS.

12.4) Quanto aos salários de cada CARGO/FUNÇÃO, a PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU/SE **não acatará SALÁRIO-BASE inferior** aqueles apontados na **COLUNA – "C"**, da tabela abaixo:

LOTE ÚNICO			
ITENS	CARGO/FUNÇÃO	SALÁRIO BASE QUE DEVERÁ SER ADOTADO PELA EMPRESA LICITANTE /	OBSERVAÇÃO

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

		CONTRATADA – R\$	
1	AGENTE DE APOIO OPERACIONAL ESCOLAR	1.807,26	NA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO IDENTIFICADA NO ITEM – 12.1 DESTE TERMO, O NOME DO CARGO É: <b>AGENTE DE APOIO OPERACIONAL</b>
2	AGENTE DE PORTARIA	1.623,22	NA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO IDENTIFICADA NO ITEM – 12.1 DESTE TERMO, O NOME DO CARGO É: <b>AGENTE DE PORTARIA</b>
3	AGENTE ADMINISTRATIVO	1.807,26	NA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO IDENTIFICADA NO ITEM – 12.1 DESTE TERMO, O NOME DO CARGO É: <b>AGENTE ADMINISTRATIVO</b>
4	ARTÍFICE	2.219,68	NA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO IDENTIFICADA NO ITEM – 12.1 DESTE TERMO, O NOME DO CARGO É: <b>ARTÍFICE</b>
5	SUPERVISOR GERAL	2.645,33	NA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO IDENTIFICADA NO ITEM – 12.1 DESTE TERMO, O NOME DO CARGO É: <b>SUPERVISOR GERAL</b>
OBSERVAÇÃO – 1		A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU/SE <b>NÃO ACEITARÁ SALÁRIOS-BASES INFERIORES</b> ÀQUELES INDICADOS NA <b>COLUNA – C</b> , DESTA TABELA.	

### 13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**13.1.** As despesas decorrentes da execução contratual correrão à conta dos recursos consignados no orçamento do Município de Aracaju, a cargo da **unidade orçamentária contratante**, cujos programas de trabalho e elementos de despesa específicos constarão no respectivo instrumento contratual.

**13.2.** Para os exercícios financeiros subsequentes, a indicação da dotação orçamentária será realizada após aprovação da respectiva Lei Orçamentária Anual e liberação dos créditos correspondentes, mediante termo de apostilamento ao contrato.

### 14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

**14.1.** As sanções aplicáveis em caso de inexecução total ou parcial do contrato são aquelas previstas neste Termo de Referência e no Edital, observada a gradação da penalidade e respeitados o contraditório e a ampla defesa, conforme a legislação vigente.

**14.1.1.** Constituem hipóteses de sanção:

- a) não celebração do contrato quando convocado;
- b) não entrega da documentação exigida;
- c) apresentação de documentação falsa;
- d) comportamento inidôneo;
- e) fraude fiscal;
- f) retardamento injustificado da execução;
- g) não manutenção da proposta;
- h) falha ou fraude na execução contratual.

**14.1.2.** As sanções poderão consistir em:

**14.1.2.1.** Advertência;

**14.1.2.2.** Multa compensatória, observados os seguintes limites máximos:

- a) **10% (dez por cento) do valor da proposta**, quando, sem justificativa aceita pela Administração, o adjudicatário não assinar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, ainda que não tenha havido processo de licitação;
- b) **20% (vinte por cento) do valor global do empenho e/ou do contrato**, pela inexecução total do ajuste, inclusive em caso de rescisão contratual motivada por inadimplência da contratada;
- c) **10% (dez por cento) do valor remanescente do contrato**, na hipótese de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade não abrangida anteriormente.
- d) A aplicação da multa prevista neste item **não afasta a prerrogativa da Administração Pública Municipal** de rescindir unilateralmente o contrato, nem de aplicar, **de forma cumulativa ou alternativa**, as demais sanções cabíveis estabelecidas neste Decreto e na legislação vigente.

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

**14.1.2.3. Multa de mora por atraso injustificado na execução contratual, a ser calculada sobre o valor da parte do fornecimento, serviço ou etapa não cumprida, nos seguintes limites:**

a) **0,033% (zero vírgula zero trinta e três por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso;**

b) **0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) ao dia, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, até a efetiva execução.**

**b.1)** O atraso será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo ajustado para a execução ou entrega do objeto, até o dia anterior à sua efetivação.

**14.1.2.4. Outras sanções aplicáveis:**

a) **Advertência;**

b) **Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Aracaju, por até 3 (três) anos, ou conforme limite previsto na legislação municipal vigente;**

c) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.**

## 15. HORÁRIO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

**15.1.** Os serviços deverão ser executados em conformidade com os horários fixados pelo CONTRATANTE, de acordo com a programação e as necessidades operacionais das unidades escolares e administrativas da SEMED.

**15.2.** Os turnos de trabalho poderão abranger o período compreendido entre **06h00 e 22h00**, podendo ser ajustados pela Administração a qualquer tempo, desde que observadas a carga horária semanal contratada e as normas trabalhistas aplicáveis. As cargas horárias por função são as seguintes:

A	B	C
ITENS	CARGO/FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

1	AGENTE DE APOIO OPERACIONAL ESCOLAR	44h/semanais 8h/dia
2	AGENTE DE PORTARIA	36h/semanais 6h/dia
3	AGENTE ADMINISTRATIVO	44h/semanais 8h/dia
4	ARTÍFICE	44h/semanais 8h/dia
5	SUPERVISOR GERAL	44h/semanais 8h/dia

**15.3.** A critério do CONTRATANTE, e em razão da necessidade do serviço, poderá ser exigida a execução de atividades aos finais de semana, feriados e pontos facultativos, desde que respeitada a carga horária semanal contratual, sendo vedada a realização de horas extras sem prévia e expressa autorização da Administração.

**15.4.** Alterações de jornada, turnos, redistribuição de horários ou remanejamento entre unidades deverão ser previamente comunicadas à CONTRATADA, não implicando acréscimo de custos, salvo se configurada situação extraordinária que justifique pedido de revisão contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**16. PERCENTUAL MÍNIMO DE ENCARGOS SOCIAIS:**

- 16.1. A LICITANTE deverá adotar obrigatoriamente os percentuais mínimos de encargos sociais previstos na **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA, da CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, identificada no ITEM – 12.1, deste TERMO DE REFERÊNCIA, sob pena de desclassificação.**
- 16.2. Inclusive, esse posicionamento, está em simetria com o utilizado pelo TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE, por meio do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2023, PROTOCOLO TC Nº 005041/2023. SEGUE:

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED



EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2023  
PROTOCOLO TC Nº 005041/2023

PREÂMBULO

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1. O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE – TCE-SE, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº. 13.170.790/0001-03, através de seu (a) Pregoeiro (a), regularmente designado pela Portaria nº 124, de 04 de abril de 2023, publicada no Diário Oficial Eletrônico do TCE/SE nº 2.638, de 04 de abril de 2023 e suas alterações, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO**, para **EXECUÇÃO INDIRETA** em regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de apoio

**2. DO OBJETO**

2.1. A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de apoio administrativo e operacional, de limpeza e manutenção predial para atender às necessidades deste Tribunal, cujos empregados serão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e respectivas Convenções Coletivas de Trabalho de Sergipe, conforme quantitativos, características e demais condições constantes do Anexo I - Termo de Referência e seus anexos (I a IV), deste Edital e descritos na forma abaixo:

**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
12	Eletricista	02	6/30	3.300,00
13	Fisioterapeuta	02	6/30	3.960,00
14	Garçom	04	6/30	2.376,00
15	Jardineiro	04	6/30	1.584,00
16	Lavador de carro/veículos	04	6/30	1.320,00
17	Marceneiro	02	6/30	3.300,00
18	Motorista	38	6/30	3.300,00
19	Operador de Áudio/Som/TV	02	6/30	2.640,00
20	Pedreiro	01	6/30	3.300,00
21	Pintor	01	6/30	2.376,00
22	Psicóloga	02	6/30	3.300,00
23	Recepcionista	05	6/30	1.980,00
24	Servente	42	6/30	1.320,00
<b>TOTAL</b>		<b>292</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

2.3.2. O valor dos salários dos empregados no quadro acima, foi determinado com base nos salários atualmente pagos aos prestadores de serviços do contrato vigente, atualizados pela Convenção Coletiva de 2023 e seu aditivo. Os referidos empregados em sua maioria percebem salários superiores ao piso salarial da categoria, devido a necessidade de contratação de profissionais com habilitação/experiência superior à daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso da categoria. Assim valer-se apenas do piso salarial como remuneração dos cargos, pode gerar problemas operacionais, em função da alocação de profissionais despreparados ou não capacitados e da rotatividade da mão de obra, acarretando, em vez de economia, problemas de ordem operacionais, conforme Inciso VI do art. 5º da IN nº 05.



2.3.3. Os Salários dos cargos do item 2.3.1 deste Termo, serão sempre fixados pela Convenção Coletiva de Trabalho CCT's do Sindicato de Empregados de Condomínio e Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Sergipe (SINDECESE) e o Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Sergipe (SEAC) e as convenções de cargos específicos, no caso dos Fisioterapeutas (CCT/2020 em vigor) e Psicólogos (não possui, utiliza tabela FENAPSI), todas registradas e homologadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, conforme convenções em anexo, sendo desclassificadas as propostas que apresentem na sua composição de preços salários inferiores ao mínimo aqui estabelecido.

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

PLANILHA INDIVIDUAL POR TIPO DE SERVIÇO		
SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO		
CARGO: ASSISTENTE DE PROCESSOS ORGANIZACIONAIS		
<b>I - REMUNERAÇÃO</b>		
SALÁRIO BASE: R\$ 3.960,00		
Outros (Especificar):		
TOTAL:		
<b>II - ENCARGOS SOCIAIS</b>		
<b>GRUPO A:</b>	<b>PERCENTUAL (%)</b>	<b>VALOR(R\$)</b>
01 – INSS	20,00	
02 – SESI-SESC	1,50	
03 – SENAI-SENAC	1,00	
04 – INCRA	0,20	
05 – SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50	
06 – FGTS	8,00	
07 – SEGURO ACIDENTE DO TRABALHO /SAT/INSS	3,00	
08 – SEBRAE	0,60	
<b>Total do GRUPO A</b>	<b>36,80</b>	
<b>GRUPO B:</b>	<b>PERCENTUAL (%)</b>	<b>VALOR(R\$)</b>
09 – FÉRIAS	12,03	
10 – AUXÍLIO DOENÇA	2,65	
11 – LICENÇA PATERNIDADE/MATERNIDADE	1,33	
12 – FALTAS LEGAIS	2,28	
13 – ACIDENTE DE TRABALHO	1,30	
14 – AVISO PRÉVIO	1,37	
15 – 13º SALÁRIO	8,33	
<b>Total GRUPO B</b>	<b>29,29</b>	
<b>GRUPO C:</b>	<b>PERCENTUAL (%)</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
16 - AVISO PRÉVIO INDENIZADO	3,54	
<b>GRUPO D:</b>	<b>PERCENTUAL (%)</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
17 - INDENIZAÇÃO ADICIONAL	1,80	
18 - INDENIZAÇÃO (RESCISÕES SEM JUSTA CAUSA)	3,20	
<b>Total do GRUPO C</b>	<b>8,54</b>	
<b>GRUPO D:</b>	<b>PERCENTUAL (%)</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
19 - INCIDÊNCIA CUMULATIVA DOS ENCARGOS DO GRUPO "A" SOBRE GRUPO "B"	10,78	
<b>Total do GRUPO D</b>	<b>10,78</b>	
<b>TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS – Grupo A, B, C e D</b>	<b>85,41</b>	



ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

**17. VALOR DO TICKET REFEIÇÃO/VALE ALIMENTAÇÃO E QUANTIDADES:**

**17.1.** Conforme estabelecido na **Convenção Coletiva de Trabalho**, referida no **item 12.1** deste **Termo de Referência**, o valor unitário do **vale-alimentação** é aquele nela fixado. Para assegurar julgamento objetivo e isonômico entre as propostas, a licitante deverá prever, na **Planilha de Formação de Preços**, os seguintes quantitativos:

ITEM	CATEGORIA	VALOR UNITÁRIO DO TICKET REFEIÇÃO / VALE ALIMENTAÇÃO – R\$	QUANTIDADE MENSAL QUE DEVERÁ SER PREVISTA NA PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS	OBSERVAÇÃO
1	AGENTE DE APOIO OPERACIONAL ESCOLAR	18,15	22	O VALOR DE R\$ <b>18,15</b> ESTÁ PREVISTO NA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO IDENTIFICADA NO <b>ITEM – 12.1</b> , DESTE TERMO, PRECISAMENTE NA <b>CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, §5º, I.</b>
2	AGENTE DE PORTARIA	-	-	
3	AGENTE ADMINISTRATIVO	18,15	22	
4	ARTÍFICE	18,15	22	
6	SUPERVISOR GERAL	18,15	22	

**17.2.** Quando do início das atividades do empregado nas dependências do contratante, a contratada deverá disponibilizar, de forma proporcional, o quantitativo de tickets refeição/vale alimentação correspondente aos dias de trabalho restantes no mês em curso.

**17.3.** Até o último dia útil de cada mês, a contratada deverá disponibilizar integralmente o quantitativo de tickets refeição/vale alimentação referente ao mês subsequente.

*Exemplo ilustrativo:*

DATA DE INÍCIO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE DE TICKETS A DISPONIBILIZAR NO DIA <b>12/01/2026</b>	DATA LIMITE PARA DISPONIBILIZAÇÃO INTEGRAL DO MÊS SUBSEQUENTE <b>(fevereiro/2026)</b>
-----------------------------	--	--



ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

DATA DE INÍCIO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE DE TICKETS A DISPONIBILIZAR NO DIA 12/01/2026	DATA LIMITE PARA DISPONIBILIZAÇÃO INTEGRAL DO MÊS SUBSEQUENTE (fevereiro/2026)
12/01/2026	15 tickets refeição/vale-alimentação	30/01/2026

**17.4.** Não será admitida qualquer justificativa da contratada vinculando o não fornecimento de salários, vale-transporte, vale-alimentação ou demais benefícios trabalhistas à ausência de pagamento da fatura mensal pela Administração.

**17.5.** O fiscal de contrato designado pelo contratante acompanhará o cumprimento das obrigações previstas neste item, devendo comunicar formalmente à autoridade competente da SEMED (contratante) eventuais descumprimentos.

**17.6.** O descumprimento do disposto neste item sujeitará a contratada às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e neste Termo, incluindo a possibilidade de execução da garantia contratual prevista no **item 19**, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato.

## 18. DO VALOR DO VALE TRANSPORTE E QUANTIDADES

**18.1.** A empresa licitante e futura CONTRATADA deverá prever **VALE TRANSPORTE** em suas PLANILHAS DE FORMAÇÃO DE PREÇOS, conforme demonstrativo abaixo, e, para promover um julgamento objetivo e igualitário, a empresa licitante deverá prever os seguintes quantitativos:

ITEM	NÍVEL DO SERVIÇO	VALOR DO VALE TRANSPORTE (2 POR DIA) R\$	QUANTIDADE MENSAL QUE DEVERÁ SER PREVISTA NA PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS
1	AGENTE DE APOIO OPERACIONAL ESCOLAR	R\$ 4,50 X 2 POR DIA = R\$ 9,00 POR DIA DE TRABALHO	26 DIAS X 2 = 52 VALES TRANSPORTE
2	AGENTE DE PORTARIA	R\$ 4,50 X 2 POR DIA = R\$ 9,00 POR DIA DE TRABALHO	26 DIAS X 2 = 52 VALES TRANSPORTE
3	AGENTE ADMINISTRATIVO	R\$ 4,50 X 2 POR DIA = R\$ 9,00 POR DIA DE TRABALHO	26 DIAS X 2 = 52 VALES TRANSPORTE
4	ARTÍFICE	R\$ 4,50 X 2 POR DIA = R\$ 9,00 POR DIA DE TRABALHO	26 DIAS X 2 = 52 VALES TRANSPORTE
6	SUPERVISOR GERAL	R\$ 4,50 X 2 POR DIA = R\$	26 DIAS X 2 = 52 VALES

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

		9,00 POR DIA DE	TRANSPORTE
		TRABALHO	

**18.2.** Quando do início das atividades do empregado nas dependências do contratante, a contratada deverá disponibilizar, de forma proporcional, o quantitativo de vales-transporte correspondente aos dias de trabalho restantes no mês em curso.

**18.3.** Até o último dia útil de cada mês, a contratada deverá disponibilizar integralmente o quantitativo de vales-transporte referente ao mês subsequente.

*Exemplo ilustrativo:*

DATA DE INÍCIO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE DE VALES A DISPONIBILIZAR NO DIA 12.01.2026	DATA LIMITE PARA DISPONIBILIZAÇÃO INTEGRAL DO MÊS SUBSEQUENTE (FEVEREIRO/2026)
12/01/2026	36 vales transporte (18 dias x 2 Unidades)	31/01/2026

**18.4.** Não será admitida qualquer justificativa da contratada vinculando o não fornecimento de salários, vale-transporte, vale-alimentação ou demais benefícios trabalhistas à ausência de pagamento da fatura mensal pela Administração.

**18.5.** O fiscal do contrato designado pelo contratante acompanhará o cumprimento destas obrigações, devendo comunicar formalmente à autoridade competente da SEMED eventuais descumprimentos.

**18.6.** O descumprimento do disposto neste item sujeitará a contratada às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e neste Termo, incluindo a possibilidade de execução da garantia contratual prevista no **item 19**, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato.

## 19. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL:

**19.1.** No prazo de até **10 (dez) dias corridos**, a contar da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar garantia correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato, com a finalidade de assegurar sua execução, em uma das modalidades previstas no art. 96, §1º, incisos I a IV, da Lei nº 14.133/2021:

I – caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

pelo Banco Central do Brasil, avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II – seguro-garantia;

III – fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV – título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

## 19.2.VALIDADE DA GARANTIA

**19.2.1.** A garantia deverá permanecer válida durante toda a execução contratual e por, no mínimo, **90 (noventa) dias** após o término da vigência, conforme boa prática administrativa e art. 97 da Lei 14.133/2021.

**19.2.2.** Em caso de **prorrogação de vigência** ou **alteração de valor contratual**, a garantia deverá ser ajustada ao novo montante, devendo a seguradora emitir o **respectivo endosso** ou o instrumento equivalente, mantendo-se o percentual mínimo de 5%.

**19.2.3.** Será permitida a **substituição da garantia** na data de renovação ou aniversário da apólice, desde que **mantidas as mesmas condições, coberturas e vigência**, sem qualquer período descoberto.

## 19.3. HIPÓTESE DE SUSPENSÃO CONTRATUAL

**19.3.1.** Nos casos de **suspensão do contrato por ordem da Administração** ou por **inadimplemento da própria Administração**, a Contratada ficará **dispensada de renovar a garantia** ou de endossar a apólice até a determinação de reinício da execução contratual.

## 19.4.COBERTURA DA GARANTIA

**19.4.1.** A garantia apresentada assegurará, **independentemente da modalidade**, o pagamento de:

- a) prejuízos decorrentes do não cumprimento do objeto e das obrigações contratuais;
- b) danos diretos causados ao Contratante ou a terceiros durante a execução contratual, por dolo ou culpa da Contratada;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração;
- d) obrigações trabalhistas, previdenciárias e FGTS não adimplidas pela Contratada, quando couber;

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

- e) verbas rescisórias dos trabalhadores alocados na execução contratual.
- f) E todas as situações previstas no art. 121 da Lei 14.133/21.

### 19.5. RECOMPOSIÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA GARANTIA

**19.5.1.** Caso a garantia seja utilizada total ou parcialmente, ou sofra redução de valor por desvalorização monetária, a Contratada deverá **recompor o valor integral** no prazo máximo de **5 (cinco) dias**, contados da notificação da Administração.

**19.5.2.** A garantia será atualizada nas mesmas condições e periodicidade estabelecidas para o contrato principal.

### 19.6. NOTIFICAÇÃO DO GARANTIDOR

**19.6.1.** O garantidor deverá ser **notificado pela Administração** no início de processo administrativo destinado a apurar descumprimentos contratuais que possam ensejar a execução da garantia, conforme art. 137, §4º, da Lei 14.133/2021.

### 19.7. LIBERAÇÃO E EXTINÇÃO DA GARANTIA

**19.7.1.** A garantia será considerada extinta:

- a) com a devolução da apólice, carta-fiança ou autorização de levantamento dos valores depositados, **acompanhada de declaração da Administração** atestando o integral cumprimento das obrigações contratuais; ou
- b) automaticamente, após **90 (noventa) dias** do término da vigência contratual, caso não haja comunicação de sinistros pela Administração.

### 19.8. GARANTIA X GARANTIA DE PRODUTO/SERVIÇO

**19.8.1.** A garantia de execução contratual é **independente e não se confunde** com eventuais garantias relativas a produtos, serviços ou materiais especificados no objeto.

## 20. CONTA VINCULADA:

**20.1.** Para fins de retenção destinada à conta vinculada, serão observados os seguintes percentuais, conforme proposta vencedora:

ITEM	PERCENTUAIS DA PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS	PERCENTUAL
A	Total do Submódulo 2.1 – Encargos Previdenciários e FGTS	X %

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

ITEM	PERCENTUAIS DA PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS	PERCENTUAL
B	13º Salário	8,33 %
C	Férias (8,33 % + 3,025 %)	11,35 %
D	Subtotal = B + C	19,68 %
E	Incidência Grupo A = A x D	X %
F	FGTS nas Rescisões sem Justa Causa	4 %
G	Percentual Total = D + E + F	X %

**20.2.** A forma de cálculo para futuras provisões, na ocasião da execução contratual, obedecerá ao seguinte demonstrativo:

ITEM	DETALHAMENTO	R\$
A	Remuneração da categoria – (informar a categoria)	
B	Insalubridade/Periculosidade/Adicional Noturno	
C	Total da Remuneração = A + B	
D	Percentual Total da Provisão (ver item G da tabela acima)	X %
E	Valor Unitário da Provisão = C x D	
F	Total de trabalhadores nos postos de trabalho	
G	Total a Provisionar = E x F	

**20.3.** Exemplo ilustrativo:

ITEM	DETALHAMENTO	R\$
A	Remuneração da categoria – Agente Administrativo	1.692,35
B	Insalubridade/Periculosidade/Adicional Noturno	0,00
C	Total da Remuneração = A + B	1.692,35
D	Percentual Total da Provisão (ver tabela acima)	31,20 %
E	Valor Unitário da Provisão = C x D	528,01
F	Total de trabalhadores nos postos de trabalho	105
G	Total a Provisionar = E x F	55.441,05

**Obs.:** Valores e quantitativos meramente ilustrativos, utilizados apenas para demonstrar a forma de cálculo.

**20.4.** Os depósitos serão efetuados sem prejuízo da retenção, na fonte, dos tributos sujeitos a alíquotas específicas previstas na legislação vigente.

**20.5.** A empresa contratada poderá solicitar autorização do contratante para:

**20.5.1.** Resgatar da conta vinculada os valores destinados ao pagamento de verbas

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

trabalhistas e previdenciárias abrangidas pelas rubricas indicadas no **item 20.1**, desde que comprovado tratar-se de empregados alocados na execução contratual;

**20.5.2.** Movimentar os recursos da conta vinculada diretamente para a conta-corrente dos empregados alocados na execução contratual, desde que para pagamento de verbas trabalhistas constantes das rubricas do **item 20.1**;

**20.5.3.** Efetuar o resgate da conta vinculada, após o pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias, mediante apresentação à unidade competente do contratante dos documentos comprobatórios do efetivo adimplemento.

**20.6.** Os saldos da conta vinculada serão remunerados diariamente pelo índice da caderneta de poupança ou outro definido em Termo de Cooperação Técnica, sendo sempre adotado o de maior rentabilidade.

**20.7.** A empresa contratada estará submissa as condições prevista no art. 121 da Lei 14.133/21.

## 21. BENEFÍCIOS FISCAIS E TRIBUTÁRIOS – SIMPLES NACIONAL:

21.1) TENDO EM VISTA QUE NA EXECUÇÃO DO SERVIÇO HAVERÁ **CESSÃO/LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA**, EMPRESAS DO REGIME TRIBUTÁRIO DO SIMPLES NACIONAL **NÃO PODERÃO** SE UTILIZAR DOS BENEFÍCIOS FISCAIS E TRIBUTÁRIOS PREVISTOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006.

21.2) ASSIM, A MICROEMPRESA OU A EMPRESA DE PEQUENO PORTE OPTANTE POR RECOLHER OS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES NA FORMA DO SIMPLES NACIONAL PODERÁ PARTICIPAR DESTA COMPETIÇÃO (LICITAÇÃO), DESDE QUE COMPROVADA A NÃO UTILIZAÇÃO DOS BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS DO REGIME TRIBUTÁRIO DIFERENCIADO NA PROPOSTA DE PREÇOS E QUE, CASO VENHA A SER CONTRATADA, FAÇA A COMUNICAÇÃO AO ÓRGÃO FAZENDÁRIO COMPETENTE, PARA FINS DE EXCLUSÃO DO REGIME DIFERENCIADO, E PARA QUE PASSE A RECOLHER OS TRIBUTOS PELO REGIME COMUM (ACÓRDÃO TCU 797/2011-PLÊNARIO).

21.3) SEGUE OUTROS JULGADOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU,

- **INFORMATIVO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – Nº 467:**

A prestação de serviços de copeiragem com cessão ou locação de mão de obra, independentemente da quantidade ou do percentual em relação ao objeto da licitação, afasta a possibilidade de participação de licitante com o benefício fiscal do Simples Nacional (art. 17, inciso XII, da LC 123/2006), pois essa atividade não se enquadra nos serviços excepcionados no art. 18, §§ 5º-B a 5º-E, da referida norma, não se podendo fazer interpretação extensiva no sentido de que copeiragem estaria inserida dentro de serviços de limpeza (art. 18, § 5ºC, inciso VI).

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

- **INFORMATIVO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – Nº 346:**

A condição de optante pelo Simples Nacional não constitui óbice à participação de empresa em licitação para prestação de serviços com cessão de mão de obra, desde que comprovada a não utilização dos benefícios tributários de tal regime diferenciado na proposta de preços. Caso declarada vencedora, a empresa deverá solicitar a exclusão do referido regime.

## **22. SEGURO DE VIDA:**

**22.1.** A empresa vencedora, futura contratada, deverá disponibilizar seguro de vida em favor de cada empregado alocado na execução do contrato.

**22.2.** O custo do seguro de vida deverá estar contemplado na planilha de formação de preços apresentada pela licitante.

**22.3.** As respectivas apólices deverão ser apresentadas pela contratada no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**, contados do início da prestação dos serviços.

## **23. BENEFÍCIO AO TRABALHADOR “E” ASSISTÊNCIA SOCIAL FAMILIAR:**

### **23.1) SOBRE O BENEFÍCIO AO TRABALHADOR:**

A) ATENTAR PARA **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**, DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO IDENTIFICADA NO **ITEM – 12.1**, DESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

B) A **PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS** PREVÊ ESSE BENEFÍCIO (**BENEFÍCIO AO TRABALHADOR**), **R\$19,50**.

### **23.2) SOBRE O BENEFÍCIO – ASSISTÊNCIA SOCIAL FAMILIAR:**

A) ATENTAR PARA **CLÁUSULA DÉCIMA**, DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO IDENTIFICADA NO **ITEM – 12.1**, DESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

B) A **PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS** PREVÊ ESSE BENEFÍCIO (**ASSISTÊNCIA SOCIAL FAMILIAR**), **R\$6,90**.



ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

**24. COTA DE APRENDIZAGEM:**

24.1) ESSA COTA ESTÁ PREVISTA NA **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA, PARÁGRAFO 12º, DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO** INDICADA NO **ITEM – 12.1**, DESTE TERMO.

**21.1)** A PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS PREVÊ ESSE INSUMO (COTA DE APRENDIZAGEM), **R\$75,12**.

**25. RESERVA TÉCNICA, INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE:**

**25.1.** É vedada a inclusão, na planilha de formação de preços, de valores relativos à **reserva técnica**, bem como de **adicionais de insalubridade ou periculosidade**, salvo quando:

a) houver previsão expressa em legislação específica; ou

b) estiverem devidamente caracterizados por **laudo técnico de condições ambientais do trabalho**, emitido por profissional legalmente habilitado, nos termos das Normas Regulamentadoras pertinentes (NR-15 e NR-16).

**26. PRAZO MÁXIMO PARA PAGAMENTO DO SALÁRIO MENSAL DE CADA EMPREGADO ENVOLVIDO NA CONTRATAÇÃO:**

**26.1.** A contratada deverá efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito bancário em conta individual do trabalhador, até o **5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido**, nos termos da legislação trabalhista, de forma a possibilitar a conferência pela Administração.

**26.2.** Não será admitida qualquer justificativa da contratada que vincule o não pagamento de salários, vale-transporte, vale-alimentação ou demais benefícios à ausência de quitação da fatura mensal pela Administração.

**26.3.** O fiscal do contrato designado pelo contratante acompanhará o cumprimento destas obrigações, devendo comunicar formalmente eventuais descumprimentos à autoridade competente da SEMED.

**26.4.** O descumprimento do disposto neste item sujeitará a contratada às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e neste Termo, incluindo a possibilidade de execução da garantia contratual prevista no **item 19**, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato.

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

**27. CUMPRIMENTO DOS PRAZOS PARA PAGAMENTO DAS FÉRIAS, 13º SALÁRIO E VERBAS RESCISÓRIAS DE CADA EMPREGADO ENVOLVIDO NA CONTRATAÇÃO:**

**27.1.** A contratada deverá efetuar o pagamento das férias, do 13º salário e das verbas rescisórias de cada empregado envolvido na execução contratual, observando rigorosamente os prazos previstos na legislação trabalhista e na convenção coletiva aplicável.

**27.2.** Não será admitida qualquer justificativa da contratada que vincule a ausência de pagamento dessas verbas à falta de quitação da fatura mensal pela Administração.

**27.3.** O fiscal do contrato designado pelo contratante acompanhará o cumprimento destas obrigações, devendo comunicar formalmente eventuais descumprimentos à autoridade competente da SEMED.

**27.4.** O descumprimento do disposto neste item sujeitará a contratada às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e neste Termo, incluindo a possibilidade de execução da garantia contratual prevista no **item 19**, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato.

**28. COMPOSIÇÃO DO FARDAMENTO / UNIFORME:**

**28.1.** Os empregados da empresa **CONTRATADA** que estiverem prestando serviços ao **CONTRATANTE (SEMED)** deverão estar devidamente uniformizados, observando o seguinte detalhamento de composição, quantitativos e valores de referência listados no **ITEM – 9.4.4.1**, deste TERMO DE REFERÊNCIA.

**29. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**29.1.** O VALOR MÁXIMO desta contratação está detalhado no quadro abaixo:

LOTE – 1 (LOTE ÚNICO)								
A	B	C	D	E	F	G	H	I
ORD EM	CÓDIGO	CARGO / FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA	APRESEN- TAÇÃO	QUAN- TIDADE TOTAL DE POSTOS DE	VALOR UNITÁRIO MENSAL R\$	VALOR TOTAL MENSAL – R\$  H = F X G	VALOR TOTAL PARA 12 MESES  I = H X 12 MESES

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

					TRABALHO			
1	116701	AGENTE DE APOIO OPERACIONAL ESCOLAR	44 HORAS SEMANAIS 8 HORAS POR DIA	Posto de Trabalho	50	5.482,12	274.106,00	3.289.272,00
2	116702	AGENTE DE PORTARIA	36 HORAS SEMANAIS 6 HORAS POR DIA	Posto de Trabalho	400	4.592,09	1.836.836,00	22.042.032,00
3	116703	AGENTE ADMINISTRATIVO	44 HORAS SEMANAIS 8 HORAS POR DIA	Posto de trabalho	250	5.482,12	1.370.530,00	16.446.360,00
4	116704	ARTÍFICE	44 HORAS SEMANAIS 8 HORAS POR DIA	Posto de trabalho	25	6.496,48	162.412,00	1.948.944,00
5	116706	SUPERVISOR GERAL	44 HORAS SEMANAIS 8 HORAS POR DIA	Posto de trabalho	13	8.580,86	111.551,18	1.338.614,16
TOTAL GERAL DO LOTE – 1 (LOTE ÚNICO) – PARA 12 MESES – R\$								45.065.222,10

**29.2.** A SEMED, na qualidade de Contratante, não adjudicará nem homologará proposta cujo valor global ultrapasse o limite máximo estabelecido neste Termo de Referência, elaborado com base em **pesquisa de preços atualizada e compatível com o mercado**, nos termos do art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

**29.3.** O pagamento à Contratada ficará condicionado à **efetiva disponibilização e execução dos serviços**, vedado o pagamento por postos de trabalho ou horas não requisitadas, não ocupadas ou não executadas, conforme verificação pelo fiscal do contrato.

**29.4. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS:**

**29.4.1)** Informamos que os serviços serão executados em ARACAJU/SE, logo, o ISS deverá ser direcionado ao citado MUNICÍPIO (ARACAJU/SE).

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

- 29.4.2) A alíquota de ISS de ARACAJU/SE é **5%**, inclusive, essa mesma alíquota está destacada nas PLANILHAS DE FORMAÇÃO DE PREÇOS (**VER ANEXO – IV, DESTE TERMO DE REFERÊNCIA**).
- 29.4.3) Caso a EMPRESA LICITANTE possua algum benefício fiscal já homologado e concedido pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU/SE, e que esse benefício se adeque ao OBJETO deste TERMO DE REFERÊNCIA e permita alíquota de ISS inferior àquela prevista no **ITEM – 29.4.2, ou seja, 5%**, poderá destacar nas PLANILHAS DE FORMAÇÃO DE PREÇOS (**VER ANEXO – IV, DESTE TERMO DE REFERÊNCIA**), o percentual de ISS verdadeiramente praticado pela empresa.
- 29.4.4) Atente-se que não aceitaremos PROTOCOLOS DE PEDIDOS OU PEDIDOS EM CURSO DE ANÁLISES, ao contrário, o texto é claro, somente para BENEFÍCIO FISCAL JÁ HOMOLOGADO E CONCEDIDO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU/SE.
- 29.4.5) No curso da contratação, caso a empresa CONTRATADA solicite e redução da alíquota de ISS junto à PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU/SE e sendo o pleito HOMOLOGADO e CONCEDIDO, caberá a empresa CONTRATADA informar o fato ao CONTRATANTE. Sendo informado ao CONTRATANTE, caberá a esse elaborar TERMO ADITIVO para readequação dos valores PACTUADOS entre as PARTES (CONTRATANTE e CONTRATADA), pois devido à redução de alíquota de ISS, consequentemente, haverá redução nos VALORES UNITÁRIOS da HORA contratada.

### 30. CONSIDERAÇÕES FINAIS

**30.1.** O quantitativo de unidades escolares atendidas pela SEMED poderá sofrer alterações decorrentes de ajustes administrativos, especialmente relacionados à delimitação territorial da Zona de Expansão. Havendo ampliação ou redução das unidades sob responsabilidade do Município, poderá ser necessária a adequação proporcional dos quantitativos contratados.

**30.2.** A alteração no número de escolas atendidas **não gera direito adquirido** à manutenção dos quantitativos inicialmente previstos, podendo haver **supressão, acréscimo ou redistribuição** de postos, desde que observados os arts. 124, 125 e 137 da Lei nº 14.133/2021.

**30.3.** As adequações contratuais que se fizerem necessárias, inclusive supressões significativas ou rescisões parciais, serão formalizadas mediante **termo aditivo** ou instrumento

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

equivalente, assegurando a continuidade dos serviços educacionais sem interrupção.

**30.4.** A Administração não se obriga a manter o quantitativo total inicialmente estimado, tratando-se de projeção baseada no cenário atual da rede municipal. Eventuais alterações estruturais ou administrativas **não ensejarão indenizações ou compensações financeiras** à contratada, além daquelas estritamente previstas na legislação vigente.

**30.5.** Permanece assegurado ao Município o direito de promover adequações, revisões, ajustes e reorganizações necessárias à regular prestação dos serviços à comunidade escolar, garantindo-se o interesse público, a economicidade e a eficiência administrativa.

**31. DOS ANEXOS DESTE TERMO DE REFERÊNCIA:**

**31.1.** O presente TERMO DE REFERÊNCIA é dotado dos seguintes ANEXOS:

ANEXO	DETALHAMENTO	OBSERVAÇÃO
I	UNIDADES DE COMPETÊNCIA DA SEMED	VER ARQUIVO ANEXADO
II	MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO	VER ARQUIVO ANEXADO
III	MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO	VER ARQUIVO ANEXADO
IV	PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS	VER ARQUIVO ANEXADO
V	TERMO DE RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL	VER ARQUIVO ANEXADO

Aracaju/SE em, 09 de dezembro de 2025.

MÔNICA FERREIRA LIMA E SILVA QUINTINO  
Diretora do Departamento de Gestão de Pessoal/SEMED



		EMEF OLAVO BILAC	Rua Bolívia, s/n–Bairro: Cidade Nova CEP: 49.070-083
		CENTRO SOCIAL SÃO FRANCISCO	Rua São Francisco, nº 158 Bairro: Japãozinho CEP: 49.070-380
		EMEF JOÃO TELES MENEZES	Rua: Santa Terezinha s/n Lot. Getimana Bairro: Japãozinho CEP: 49.026-000
		EMEI DR. JOSÉ AUGUSTO ARANTES SAVAZINE	Av. Euclides Figueiredo, s/n-Bairro: Japãozinho CEP: 49.063-106
		EMEI HERMES FONTES	Rua D, s/n / Bairro: Palestina CEP: 49.060-679
		EMEI PROFª ETELVINA AMÁLIA DE SIQUEIRA (ANEXO)	Av. Euclides Figueiredo, 2247 / Bairro: Porto Dantas CEP:49.067-013.  ANEXO: Av. Euclides Figueiredo, s/n, Bairro Porto Dantas.
		EMEI BERENICE CAMPOS	Rua Antônio dos Santos, nº468 / Bairro: Porto Dantas CEP: 49.067-020
	3ª REGIÃO	EMEI DR. FERNANDO JOSÉ GUEDES FONTES	Rua Haiti, s/n - Bairro: América CEP.49.080.300
		EMEF SANTA RITA DE CÁSSIA	Rua Guilherme José Martins, s/n - Bairro: Novo Paraíso CEP: 49.082-220
		EMEF PROFESSORA MARIA THÉTIS NUNES	Rua Mãe Nanã, s/n - Bairro: América CEP: 49.080-210
		EMEI JOAQUIM CARDOSO DE ARAÚJO	Rua Argentina, s/n - Bairro América CEP: 49.080-080
		EMEF MARECHAL HENRIQUE TEIXEIRA LOTT	Rua Nova Paraíba, s/n - Bairro: América CEP: 49.080-260
		EMEF ZALDA GAMA	Rua Dep. Reinaldo Moura, 170 Veneza II Bairro: Capucho CEP: 49.085-000
		EMEF DR. CARVALHO NETO	Rua Rio Grande do Sul, nº 1351. Bairro: Novo Paraíso. CEP: 49.082-000
		EMEF OVIÊDO TEIXEIRA	Rua Tania da Mota Paixão s/n Lot. São Carlos. Bairro: Olaria CEP: 49.092-140
		EMEI DOM AVELAR BRANDÃO VILELA	Rua Santa Terezinha s/n Lot. São Carlos. Bairro: Olaria CEP: 49.092-190
	EMEF JORNALISTA ORLANDO DANTAS	Rua Evangelino da Paixão, nº 297 Bairro: Olaria CEP: 49.092-510	
	4ª REGIÃO	EMEF PROF. JOSÉ ANTÔNIO DA COSTA MELO	Rua Riachão, s/n. CA IC Bairro: Getulio Vargas CEP: 49.055-600
		EMEI PROFESSORA NEUZICE BARRETO	Rua Riachão, s/n. Bairro: Getúlio Vargas CEP: 49.055-040
EMEF ALENCAR CARDOSO		Rua: Olavo Cunha Lima, s/n Bairro: José Conrado Araújo CEP: 49.085-029	
EMEI ANA LUIZA MESQUITA ROCHA		Rua Alagoas, nº 2051 / Bairro: José Conrado Araújo CEP: 49.085-000	



ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

		<b>EMEF PROF.ª RACHEL CORTES ROLLEMBERG</b>	Rua Mato Grosso, nº 1424 - Bairro: José Conrado de Araújo CEP: 49.085-220
		<b>EMEF PRESIDENTE VARGAS</b>	Rua Neópolis, s/n - Bairro: Siqueira Campos CEP: 49.075-400
		<b>EMEI JOSÉ GARCEZ VIEIRA</b>	Praça Dom José Thomaz s/n Bairro: Siqueira Campos CEP: 49.075-200
		<b>EMEF ÁGAPE</b>	Rua Espírito Santos, nº 498 Bairro: Siqueira Campos CEP: 49.075-240
		<b>EMEI "QUINTINA DINIZ"</b>	Rua Guaporé, 426 Bairro: Siqueira Campos CEP: 49.075-290
	<b>5ª REGIÃO</b>	<b>EMEI PIERRE AVERAN</b>	Rua Manoel Sátiro de Menezes, nº 340 Bairro: Industrial CEP: 49.065.560
		<b>EMEF MARIA DA GLORIA MACEDO</b>	Rua Manoel Pereira Lima, s/n - Bairro: Industrial CEP: 49.066-260
		<b>EMEF PROF. ALCEBÍADES MELO VILAS BOAS</b>	Rua Antônio Assis Xavier, nº 164 Bairro: Industrial CEP: 49.066-290 Fone: 3179-3464
		<b>EMEI DOM HÉLDER CÂMARA</b>	Rua Nossa Sra da Conceição, s/n Bairro: Industrial CEP: 49.065-399
		<b>EMEF JOSÉ AIRTON DE ANDRADE</b>	Rua D, s/n, Largo da Aparecida Bairro Jabotiana CEP: 49.096-170
		<b>EMEI DOM JOSÉ BRANDÃO DE CASTRO</b>	Av. São João Batista, s/n - Bairro Ponto Novo Castelo Branco CEP: 49.097-000
		<b>EMEF PRESIDENTE TANCREDO NEVES</b>	Rua Rodrigues Dória, s/n Bairro: Ponto Novo CEP: 49.047-34
		<b>EMEF DOM JOSÉ VICENTE TÁVORA</b>	Rua: Manoel Preto, 26 / Bairro: Industrial CEP: 49.065-540
		<b>EMEF OSCAR NASCIMENTO</b>	Rua Arnaldo Dantas, nº 632 Bairro: Santo Antônio CEP: 49.060-040
		<b>EMEF PROFESSORA IZABEL CRISTINA SANTOS SILVA</b>	Rua Siriri nº 614 Bairro: Centro
	<b>6ª REGIÃO</b>	<b>EMEI PROF. NUNES MENDONÇA</b>	Rua Dr. Fernando Sampaio, nº 234 Bairro: Atalaia CEP: 49.035-090
		<b>EMEF ANÍSIO TEIXEIRA</b>	Av. Monteiro Lobato, 381 Bairro Atalaia CEP 49035-220
		<b>EMEF PROF.ª NÚBIA MARQUES</b>	Rua Manoel Andrade, 1745 Bairro: Coroa do Meio CEP: 49035-530
		<b>EMEI BENJAMIN ALVES DE CARVALHO</b>	Rua Cel. José Figueiredo de Albuquerque, 229 Bairro: Atalaia CEP: 49.035-180
		<b>EMEF PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHKE</b>	Rua Cel. José Figueiredo de Albuquerque, nº 228 Bairro: Coroa do Meio
		<b>EMEI FRANCISCO GUIMARÃES ROLLEMBERG</b>	Av. Universo, pç Pedro Diniz Gonçalves Filho, Bairro: Inácio Barbosa/ Conj. Jardim Esperança CEP: 49040-470

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

		<b>EMEF BEBÉ TIÚBA</b>	Rua Prof. Humberto da Silva Moura S/N B.Luzia CEP 49048-310
		<b>EMEF JOSÉ CONRADO DE ARAÚJO</b>	Rua Soldado Ribeiro de Andrade, 203 Bairro: São Conrado CEP: 49.037-000
		<b>EMEI JÚLIO PRADO VASCONCELOS</b>	Rua Z, nº 30 / Bairro: São Conrado CEP: 49.043-266
		<b>EMEI PROFESSORA ÁUREA MELO/ZAMOR</b>	Pça Dário Ferreira Nunes, s/n –Conj. Orlando Dantas Bairro: São Conrado CEP: 49.042-110
		<b>EMEF ARTHUR BISPO DO ROSÁRIO</b>	Rua Expedicionário Brasileiro Oliveira Gomes, s/n Bairro São Conrado CEP: 49.043-090
	<b>7ª REGIÃO</b>	<b>EMEF JOSÉ SOUZA DE JESUS</b>	Rua 32, Bairro: 17 de Março CEP: 49044-000
		<b>EMEI DOUTOR JOSÉ CALUMBY FILHO</b>	Rua 15 nº 210, bairro 17 de março CEP: 49044-000
		<b>EMEF PROFESSOR LAONTE GAMA DA SILVA</b>	Rua 8, s/n - Conj. Padre Pedro Bairro: Santa Maria CEP: 49.044-129
		<b>EMEI IRENE ROMÃO DE BRITO</b>	Rua B4, nº 100 – Conj. Valadares / Bairro: Santa Maria CEP: 49.044-271
		<b>EMEF PAPA JOÃO PAULO II</b>	Rua A3, s/n - Bairro: Santa Maria CEP: 49.043-516/
		<b>EMEF PROFESSOR DIOMEDES SANTOS SILVA</b>	Av. Alexandre Alcino, 950 Bairro Santa Maria CEP: 49.044-093
		<b>EMEI PROF. JOÃO BATISTA "DOUGLAS" DE SOUZA</b>	Rua Maria Cassilda Cruz Siqueira,340 Bairro: Santa Maria CEP: 49.043-700
		<b>EMEITI MARIA RUTH WYNNE CARDOSO</b>	Av. Alexandre Alcino s/n Bairro: Santa Maria
		<b>EMEI PROFESSORA MICHELE DE JESUS</b>	Rua São Carlos nº 22, Loteamento Marivan Bairro: Santa Maria
		<b>EMEF JOÃO OLIVA ALVES</b>	Av. Alexandre Alcino s/n Bairro: Santa Maria
	<b>8ª REGIÃO</b>	<b>EMEI JOVINO PINTO</b>	Rua Vanira Bispo da Luz, nº 180 - Largo São Conrado Bairro: Aeroporto CEP: 49.037-109
		<b>EMEI PROF.ª JOANA MARIA DA SILVA</b>	Rua Carlos Gomes, nº 180 Bairro: Farolândia CEP: 49.032-050
		<b>EMEI ANTÔNIO VALENÇA ROLLEMBERG</b>	Av. Adel Nunes, s/n Bairro: Farolândia CEP: 49.030-250
		<b>EMEF NOSSA SENHORA APARECIDA</b>	Rua Tenente Aragão, nº 93 Bairro: Farolândia CEP: 49.030-060
		<b>EMEF TENISSON RIBEIRO</b>	Rodovia dos Naufragos, nº 7336 Bairro: Zona de Expansão (Robalo) CEP: 49004-003
		<b>EMEF PROFª Mª CARLOTA DE MELO</b>	Estrada do São José, Rua da Igreja, s/n Bairro: Zona de Expansão (Robalo) CEP: 49.004-550
		<b>EMEF PROF . FLORENTINO MENEZES</b>	Rod. Chico Mendes, s/n. Bairro: Zona de Expansão (Mosqueiro) CEP: 49.099-400 Fone: 3179- 2511
		<b>EMEF ELIAS MONTALVÃO</b>	Rodovia dos Naufragos, s/n. Bairro: Zona de Expansão (Mosqueiro) CEP: 49.035-000

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

		<b>EMEF JOSÉ CARLOS TEIXEIRA</b>	Avenida Doutor José Emídio do Nascimento, nº 78 Bairro Zona de Expansão (Mosqueiro) CEP: 49.008-680
		<b>EMEI IRMÃOS MIRELLA E MARCELL MOURA</b>	Rua José Francisco Prejuízo s/n Conj. Augusto Franco Bairro: Farolândia CEP: 49.030-640.
<b>ADM</b>	---	<b>SEDE</b>	Av. Ministro Geraldo Barreto Sobral, nº. 1615, Bairro Jardins, CEP 49026-010
	---	<b>CASA DOS CONSELHOS</b>	Rua Wilson Rocha, nº. 444, Bairro Grageru
	---	<b>ALMOXARIFADO</b>	Av. Etelvino Alves de Lima, nº. 1294, Galpão 09, CD. Cidade Comercial, Bairro Inácio Barbosa, CEP 49.040-696
	---	<b>ANEXO CEAFE</b>	Av. Pedro Paes de Azevedo, nº. 761, Bairro Grageru, CEP 49025-120
	---	<b>CAP</b>	Rua Senador Rollemberg, nº. 194, Bairro São José, CEP 49015-120
	---	<b>CCTECA</b>	Av. Oviêdo Teixeira, nº. 1000, Bairro Jardins, CEP 49026-100

**1.2.** Ressalva-se que, em razão de inaugurações, adequações, ampliações ou reformas, o quantitativo de Unidades poderá sofrer variações durante a vigência contratual. Nessas hipóteses, a planilha descritiva apresentada poderá ser alterada, competindo à CONTRATANTE proceder à devida atualização e encaminhá-la à CONTRATADA com a maior brevidade possível.

**1.3.** A quantidade de profissionais terceirizados a serem disponibilizados será variável, conforme a necessidade identificada pela área técnica da CONTRATANTE, observadas as demandas do serviço.

**1.4.** Os postos vinculados à função de supervisores terão caráter volante, sem unidade fixa de lotação. Caberá à CONTRATADA distribuir os quantitativos de Unidades a serem contempladas, de forma proporcional ao número de supervisores que se fizer tecnicamente necessário para a adequada operacionalização do objeto contratual. O quantitativo de profissionais disponibilizados para tal finalidade deverá, obrigatoriamente, ser submetido ao deferimento da CONTRATANTE.

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

**ANEXO – II, DO TERMO DE REFERÊNCIA:**

**MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO**

ORDEM DE SERVIÇO Nº XX/202X- SEMED	
(modalidade) nº xx/xxxx – (objeto da contratação)	
CONTRATANTE:	O MUNICÍPIO DE ARACAJU, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ÓRGÃO INTEGRANTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.
CNPJ:	
ENDEREÇO:	
REPRESENTANTE LEGAL:	
TELEFONE:	
E-MAIL:	
CONTRATADA:	
CNPJ:	
ENDEREÇO:	
REPRESENTANTE LEGAL:	
TELEFONE:	
E-MAIL:	

NOTA DE EMPENHO
XXXXXXXXXXXXXX

Autorizamos vossa senhoria a iniciar o serviço relativo ao(s) item(ns) e/ou grupo(s)/lote(s) acima descrito(s), conforme especificações e demais condições constantes no Termo de

**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**

Referência ou Projeto Básico ou Anteprojeto ou Projeto Executivo da (Modalidade de Contratação) nº xxx/xxxx.

As cláusulas essenciais desta contratação a que se refere o artigo 92 da Lei nº 14.133/2021 estão dispostas no Termo de Referência ou Projeto Básico ou Anteprojeto ou Projeto Executivo da (Modalidade de Contratação) nº xxx/xxxx, o qual é parte integrante deste documento independentemente de transcrição.

As partes contratantes sujeitam-se às disposições da Lei nº 14.133/2021

**EDNA QUITÉRIA DO AMORIM COSTA**  
**Secretária Municipal da Educação**

**ANEXO – III, DO TERMO DE REFERÊNCIA:**

**MODELO DE PROPOSTA:**

- PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº **XXXXXX/202XXX**

DADOS DO LICITANTE:	
RAZÃO SOCIAL	
CNPJ	
ENDEREÇO	
CIDADE	
ESTADO	

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

CEP	
TELEFONE	
FAX	
E-MAIL	
NOME DA PESSOA QUE IRÁ ASSINAR O CONTRATO	
CPF	
RG	
DADOS BANCÁRIOS PARA DEPÓSITO:	
BANCO	
AGÊNCIA	
CONTA-CORRENTE	

1) Segue detalhamento:

1.1) Detalhamento dos postos de trabalho e valores estimados:

LOTE – 1 (LOTE ÚNICO)								
A	B	C	D	E	F	G	H	I
ORD EM	CÓDIGO	CARGO / FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA	APRESEN- TAÇÃO	QUAN- TIDADE TOTAL DE POSTOS DE TRABAL HO	VALOR UNITÁRIO MENSAL R\$	VALOR TOTAL MENSAL – R\$  H = F X G	VALOR TOTAL PARA 12 MESES  I = H X 12 MESES
1	116701	AGENTE DE APOIO OPERACION AL ESCOLAR	44 HORAS SEMANAIS  8 HORAS POR DIA	Posto de Trabalho	50			
2	116702	AGENTE DE PORTARIA	36 HORAS SEMANAIS  6 HORAS POR DIA	Posto de Trabalho	400			
3	116703	AGENTE ADMINISTRA	44 HORAS SEMANAIS	Posto de trabalho	250			

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

		TIVO	8 HORAS POR DIA					
4	116704	ARTÍFICE	44 HORAS SEMANAIS 8 HORAS POR DIA	Posto de trabalho	25			
5	116706	SUPERVISOR GERAL	44 HORAS SEMANAIS 8 HORAS POR DIA	Posto de trabalho	13			
TOTAL GERAL DO LOTE – 1 (LOTE ÚNICO) – PARA 12 MESES – R\$								XXXXXX

1.2) PARA CONHECIMENTO, SEGUE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS DOS UNIFORMES/FARDAMENTOS:

CATEGORIA:		AGENTE DE APOIO OPERACIONAL ESCOLAR				
		AGENTE ADMINISTRATIVO				
		SUPERVISOR GERAL				
ITEM	SÍNTESE	QUAN T. PARA 12 MESES	APRES	PREÇO MÁXIM O UNITÁRI O R\$	PREÇO TOTAL DO ITEM R\$	A CADA 6 (SEIS) MESES, A EMPRESA CONTRATA DA DEVERÁ DISPONIBIL IZAR (REPOR) PARA CADA EMPREGAD O O SEGUINTE QUANTITA TIVO
1	Calça de tecido resistente;	4	UND			2
2	Camisa em malha 100% algodão (careca ou polo);	4	UND			2
3	Calçado fechado antiderrapante	2	PAR			1
4	Cinto de couro	2	UND			1



ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

5	Meia de algodão	4	PAR			2
6	Crachá de identificação com cordão com logo da empresa CONTRATADA	1	UND			-
TOTAL GERAL R\$						
TOTAL GERAL DIVIDIDO POR 12 MESES - R\$						

CATEGORIA:		AGENTE DE PORTARIA				
ITEM	SÍNTESE	QUAN T. PARA 12 MESES	APRES	PREÇO MÁXIM O UNITÁRI O R\$	PREÇO TOTAL DO ITEM R\$	A CADA 6 (SEIS) MESES, A EMPRESA CONTRATA DA DEVERÁ DISPONIBIL IZAR (REPOR) PARA CADA EMPREGAD O O SEGUINTE QUANTITA TIVO
1	Calça de tecido resistente;	4	UND			2
2	Camisa em malha 100% algodão (careca ou polo);	4	UND			2
3	Calçado fechado antiderrapante	2	PAR			1
4	Cinto de couro	2	UND			1
5	Meia de algodão	4	PAR			2
6	Crachá de identificação com cordão com logo da empresa CONTRATADA	1	UND			-
7	Colete de identificação ou refletivo	2	UND			1
TOTAL GERAL R\$						
TOTAL GERAL DIVIDIDO POR 12 MESES - R\$						

CATEGORIA:		ARTÍFICE				
ITEM	SÍNTESE	QUAN T. PARA 12 MESES	APRES	PREÇO MÁXIM O UNITÁRI O R\$	PREÇO TOTAL DO ITEM R\$	A CADA 6 (SEIS) MESES, A EMPRESA CONTRATA DA DEVERÁ DISPONIBIL

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

						IZAR (REPOR) PARA CADA EMPREGAD O O SEGUINTE QUANTITA TIVO
1	Calça de sarja reforçada, costura dupla, cor padronizada;	4	UND			2
2	Camisa de trabalho em tecido resistente, manga curta ou longa, com identificação da Contratada	4	UND			2
3	Botina de uso ocupacional ou de segurança, com solado antiderrapante, <b>com biqueira reforçada quando o risco justificar</b> , conforme análise de risco	2	PAR			1
4	Luvas de proteção adequadas ao risco mecânico (abrasão, corte leve e perfuração), com revestimento nitrílico ou PU, com CA	4	PAR			2
5	Protetor auricular tipo plug, quando houver exposição a ruído intermitente	4	UND			2
6	Respirador purificador PFF1 ou PFF2, quando houver poeira no ambiente	12	UND			6
7	Cinto de couro	2	UND			1
8	Meia de algodão	4	PAR			2
9	Crachá de identificação com cordão com logo da empresa CONTRATADA	1	UND			-
<b>TOTAL GERAL R\$</b>						
<b>TOTAL GERAL DIVIDIDO POR 12 MESES - R\$</b>						

1.3) **AINDA DECLARAMOS QUE:**

- 1.3.1) A presente proposta terá validade de **60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da data de sua assinatura;
- 1.3.2) O prazo de execução observará integralmente as condições estabelecidas no **Termo de Referência**;

ESTADO DE SERGIPE

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

- 1.3.3) Declaro ciência de que **não há direito a exigir multa ou indenização financeira**, caso a SEMED opte por não contratar com a empresa ofertante desta proposta, seja no todo ou em parte;
- 1.3.4) Declaro ciência e concordância com todos os itens estabelecidos no **Termo de Referência e seus anexos**;
- 1.3.5) Declaro que estão inclusos no valor total da proposta **todos os encargos sociais, tributos, descontos, emolumentos, impostos, alimentação, hospedagem, transporte, seguros, pedágios, mão de obra, bem como demais despesas diretas e indiretas necessárias ao pleno atendimento do objeto contratado**;
- 1.3.6) A presente proposta está acompanhada dos seguintes documentos:
- A) Planilhas **de formação de preços**, conforme indicado no **ITEM – 31.1, do Termo de Referência**;
  - B) **GFIP – Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social**, ou documento equivalente hábil, que comprova o percentual (%) do **Seguro de Acidente de Trabalho – SAT/RAT** utilizado na composição dos encargos previdenciários de nossas planilhas de formação de preços, em conformidade com a legislação vigente.
- 1.3.7) Quanto ao regime tributário, declaramos que a empresa adota a seguinte forma de tributação (assinalar com “X”):

LUCRO REAL	LUCRO PRESUMIDO

CIDADE/ESTADO, XX de XXXXXXXX de 202X.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal.

**ANEXO – IV, DO TERMO DE REFERÊNCIA:**

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

**PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS**

- 1) É **obrigatória** a apresentação de **planilha de formação de preços específica para cada cargo/função** objeto da contratação.
- 2) Dessa forma, a empresa interessada deverá apresentar, no mínimo, as seguintes planilhas:

LOTE – 1 (LOTE ÚNICO)	
A	B
ITENS	CARGO/FUNÇÃO
1	AGENTE DE APOIO OPERACIONAL ESCOLAR
2	AGENTE DE PORTARIA
3	AGENTE ADMINISTRATIVO
4	ARTÍFICE
5	SUPERVISOR GERAL

- 3) AS PLANILHAS DEVERÃO SER APRESENTADAS DE FORMA COMPLETA, CONTENDO TODOS OS CÁLCULOS, COMO REMUNERAÇÃO, ENCARGOS SOCIAIS, INSUMOS, TRANSPORTE, TRIBUTOS E OUTROS DADOS COMPLEMENTARES.
- 4) **ATENÇÃO:**
  - A) AS PLANILHAS DEVERÃO SER ELABORADAS EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA DE MENOR LANCE, CONTENDO, RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO, CNPJ, TELEFONE E E-MAIL, BEM COMO DATADA E ASSINADA.
  - B) AS PLANILHAS DE FORMAÇÃO DE PREÇOS ESTÃO ANEXADAS, EM EXCEL, ABERTAS E SEM TRAVAS.

**ANEXO – V, DO TERMO DE REFERÊNCIA:**

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED  
**TERMO DE RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL**

Eu, **[NOME COMPLETO]**, portador(a) do CPF nº **[XXX.XXX.XXX-XX]**, empregado(a) vinculado(a) à empresa **[NOME DA CONTRATADA]**, DECLARO, para os devidos fins, que estou ciente das normas de conduta e proteção de dados aplicáveis ao exercício de minhas funções junto às unidades escolares e administrativas da **Secretaria Municipal da Educação – SEMED**, comprometendo-me a cumpri-las integralmente.

No desempenho das minhas atividades, assumo o compromisso de **preservar a confidencialidade** de todas as informações às quais tiver acesso, especialmente aquelas que envolvem dados pessoais ou sensíveis de alunos, familiares, servidores, profissionais terceirizados e demais integrantes da comunidade escolar ou administrativa. Reconheço que tais informações são protegidas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD) e que sua utilização deve se restringir às finalidades do serviço.

Comprometo-me, ainda, a **não captar, armazenar ou divulgar imagens, áudios ou informações** relativas a alunos, familiares, servidores, profissionais ou aos ambientes institucionais, sejam escolares ou administrativos, sem a devida autorização expressa da SEMED. Da mesma forma, abstenho-me de compartilhar em redes sociais, aplicativos de mensagens ou qualquer outro meio eletrônico conteúdos que possam expor ou comprometer a privacidade e a dignidade de todos que frequentam ou atuam nos espaços escolares e administrativos.

No trato com a comunidade escolar e administrativa, comprometo-me a **manter conduta ética, respeitosa e profissional**, zelando pela integridade, privacidade e dignidade de **todos que frequentam ou atuam nos espaços escolares e administrativos**, evitando qualquer prática que possa configurar constrangimento, discriminação, assédio, intimidação ou violência de qualquer natureza. Reconheço que o ambiente educacional e administrativo exige postura compatível com os princípios da urbanidade, do respeito e da cooperação.

Declaro, igualmente, estar ciente da obrigatoriedade de **participar dos treinamentos de capacitação** oferecidos pela empresa CONTRATADA, especialmente aqueles voltados à proteção de dados e boas práticas de conduta, aplicando os conhecimentos adquiridos no desempenho das minhas funções.

Por fim, tenho ciência de que o **descumprimento das normas e responsabilidades aqui assumidas poderá acarretar minha substituição pela empresa contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no contrato administrativo e das medidas legais cabíveis.**

Local e data  
Assinatura do Colaborador  
Nome legível

**ANEXO III - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED  
PROCESSO Nº 13.039/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/20XX

A SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE ARACAJU, através da Central de Compras e Licitações – CCL/SEPLOG.

CNPJ Nº XXXXXXXXXXXX

Endereço: XXXXXXXXXXXX

Representante Legal: XXXXXXXXXXXX

A SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE ARACAJU, através da Central de Compras e Licitações, considerando o julgamento da Pregão Eletrônico nº XXX/20XX com Registro de Preços, Processo nºXXX/20XX, publicada no Diário Oficial do Municipal no dia XX/XX/20XX, com certame aberto emXX/XX/20XX, ÀS XXHXX, e a respectiva homologação publicada no Diário Oficial do Município no dia XX/XX/20XX, resolve registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por grupo/item, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e as constantes desta Ata de Registro de Preços. Este procedimento obedecerá, integralmente, à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2002, a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, a Lei Complementar nº 119 de 06 de fevereiro de 2013, bem como o Decreto Municipal nº 7.178, de 12 de junho de 2023, e suas correspondentes alterações.

**CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO**

A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais, para atuação nas funções de **Agente de apoio operacional escolar, Agente de portaria, agente administrativo, artífice e Supervisor geral**, conforme as necessidades das unidades escolares e administrativas da Secretaria Municipal da Educação – SEMED, visando garantir a continuidade e a eficiência das atividades de suporte essenciais ao funcionamento da rede municipal de ensino, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, o qual deverá observar o padrão de qualidade exigido e, ainda, o disposto no Edital de Licitação nº XXX/20XX e seus anexos, que são partes integrantes e complementares desta Ata, juntamente à documentação e propostas de preços apresentadas pelas licitantes classificadas em primeiro lugar do lote, conforme consta nos autos do Processo nº XXXX/202X, para atender as demandas do Município de Aracaju.

**Parágrafo Único** – Este instrumento não obriga as unidades participantes a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ser instaurados processos específicos para a contratação do(s) objeto(s), obedecida à legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro a preferência de contratação, em igualdade de condições.

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços oriunda desta licitação é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

**Parágrafo único** – A ata de registro de preços estará vigente até que seja consumida a totalidade do quantitativo registrado ou até o termo final do seu prazo de validade, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

O gerenciamento desta ata caberá à **Secretaria Municipal da Educação de Aracaju** no seu aspecto operacional e legal.

**CLÁUSULA QUARTA: DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

Os preços registrados, a especificação do objeto, os quantitativos, as empresas fornecedoras e as representantes legais encontram-se elencados no Anexo 1 da presente Ata, em ordem de classificação das propostas por grupo/lot.

**CLÁUSULA QUINTA: DO(S) LOCAL(IS) E PRAZOS(S) DE ATENDIMENTO**

O objeto deverá ser executado em conformidade com a solicitação do(s) órgão(s) participante(s) do Município de Aracaju, não podendo exceder o prazo de 48 (quarenta e oito) horas contados da solicitação da Secretaria Contratante;

**Parágrafo Primeiro** – O prazo de execução admite prorrogação, desde que devidamente justificado e aceito pelo órgão contratante.

**CLÁUSULA SEXTA: DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO**

As empresas detentoras do preço registrado poderão ser convidadas a firmar contratações, observadas as condições fixadas nesta ata e seus anexos e na legislação pertinente.

**Parágrafo Primeiro** – As contratações decorrentes deste instrumento serão efetuadas através de Contrato ou instrumento equivalente, emitido pela(s) unidade(s) participante(s) e/ou adquirente(s), contendo: n.º da ata, nome da empresa, objeto, especificação, obrigações da Contratada, endereço e data da entrega;

**Parágrafo Segundo** – A assinatura do contrato ou instrumento equivalente realizar-se-á por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil, consoante previsto no artigo 6º do Decreto Municipal nº 5.912/2019, mediante convocação através de link emitido pelo Portal Aracaju Compras, no prazo de 02 (dois) dias a contar do seu recebimento.



ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

**Parágrafo Terceiro** – Os fornecedores selecionados deverão indicar representantes, às suas expensas, com poderes específicos para a assinatura do Contrato ou instrumento equivalente.

**Parágrafo Quarto** – O fornecedor que deixar de assinar a ata de registro de preços no prazo fixado no ato de convocação será imediatamente excluído da ata, na forma do § 5º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021, sem prejuízo das sanções previstas no Edital de Licitação, no Termo de Referência ou Projeto Básico.

**Parágrafo Quinto** – Nas hipóteses de recusa do fornecedor ou do seu não-comparecimento para assinatura da ata no prazo estipulado, bem como em caso de perda dos requisitos de habilitação antes de celebração da ata, o agente público deverá examinar a proposta subseqüente, obedecida a ordem classificatória do processo de contratação de licitação, verificando a sua aceitabilidade e analisando o cumprimento dos requisitos de habilitação, e assim sucessivamente, até a apuração de um fornecedor que cumpra os requisitos do Edital de Licitação, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

São obrigações do detentor do preço registrado, além das demais previstas nesta Ata e nos Anexos que integram e complementam o Edital de Licitação nº XX/20XX:

I – executar o objeto contratado nos padrões estabelecidos nesta Ata e no Edital de Licitação, desde que formalizada a contratação, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II – prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela unidade gestora e/ou unidade participante e/ou unidade aderente, bem como dar ciência à solicitante, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata de Registro de Preços;

**III – dispor-se a toda e qualquer fiscalização da unidade gestora e/ou unidade participante e/ou unidade aderente, no tocante à execução do objeto, conforme contrato ou instrumento equivalente, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta Ata;**

IV – possibilitar à unidade gestora efetuar vistoria nas instalações do fornecedor, a fim de verificar as condições para o atendimento do objeto registrado;

V – comunicar imediatamente à unidade gestora qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgados necessários para o recebimento de correspondência;

VI – respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas reguladoras e pertinentes;

VII – fiscalizar a perfeita execução do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independente da que será exercida pela unidade gestora e/ou unidade participante e/ou unidade aderente;

VIII – indenizar terceiros, bem como a unidade participante e/ou aderente, mesmo em

**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**

caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância as exigências das autoridades competentes e as disposições legais vigentes;

IX – manter, durante toda vigência da Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do inciso XVI do art. 92 da Lei nº 14.133/2021, que será observado, quando dos pagamentos à detentora do preço registrado;

X – não ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto contido na Ata ou no contrato ou instrumento equivalente, nem subcontratar, salvo autorização prévia e por escrito da unidade gestora;

XI – designar formalmente o preposto da empresa para atuar junto à unidade gestora e/ou unidade participante e/ou unidade aderente durante a execução contratual; e

XII – responsabilizar-se por quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à Contratada pela autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato.

**CLÁUSULA OITAVA: OBRIGAÇÕES DA UNIDADE GESTORA:**

A Secretaria Municipal da Educação de Aracaju, na qualidade de órgão gerenciador da Ata, obriga-se a:

I – gerenciar a ata de registro de preços;

II – adotar as medidas de gerenciamento, através do sistema informatizado, necessárias a assegurar que seja concedida prioridade de contratação do objeto das cotas reservadas à participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individual e cooperativas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

III – autorizar a adesão das unidades participantes à ata de registro de preços;

IV – indicar às unidades não participantes, sempre que solicitado, os fornecedores beneficiários da ata de registro de preços, quando permitida a sua adesão;

V – conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e, quando necessário, lavrar os correspondentes termos aditivos à ata para refletir os novos preços, divulgando-os às unidades participantes; e

VI – comunicar eventual prática de infrações administrativas pelo fornecedor à Comissão Permanente de Apuração de Infrações – CPAI, acompanhada dos meios de prova correspondentes.

**Parágrafo único** – A unidade gerenciadora da ata de registro de preços não responde pelos

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

atos praticados pelas unidades participantes e unidades não participantes no âmbito de suas atribuições.

**CLÁUSULA NONA: OBRIGAÇÕES DAS UNIDADES PARTICIPANTES E ADERENTES:**

As unidades participantes e aderentes obrigam-se a:

I – formalizar Termo de Adesão à Ata de Registro de Preços e submetê-lo à apreciação da unidade gerenciadora;

II – tomar conhecimento da ata de registro de preços, bem como acompanhar eventuais alterações ocorridas, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

III – conceder prioridade de contratação do objeto das cotas reservadas à participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individual e cooperativas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente;

IV – designar o fiscal do contrato, da ordem de fornecimento ou da ordem de serviço emitidos em decorrência da ata de registro de preços, a quem competirá observar as regras sobre fiscalização e acompanhamento do contrato nos termos de regulamento emitido por ato conjunto do Procurador-Geral do Município, do Controlador-Geral do Município e do Secretário Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão.

V – informar à unidade gerenciadora a eventual recusa do fornecedor em atender as condições estabelecidas no Edital de Licitação, no Termo de Referência ou Projeto Básico, ou na ata de registro de preços, eventuais divergências relativas à execução do objeto, bem como a recusa do fornecedor em celebrar contrato, ordem de serviço ou ordem de fornecimento injustificadamente durante a vigência da ata de registro de preços.

**Parágrafo único** – A unidade participante somente poderá celebrar contratações decorrentes da ata de registro de preços após a autorização, pela unidade gerenciadora, do correspondente Termo de Adesão.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DA ADESÃO À ATA POR UNIDADES NÃO-PARTICIPANTES (ADERENTES):**

I - As unidades não-participantes do registro de preços que desejarem aderir a esta ata deverão consultar a unidade gerenciadora para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

II - Observado o cumprimento dos requisitos elencados nos artigos 64 e 65 do Decreto Municipal nº 7.177/2023, e dos artigos 304 e 305 do Decreto Municipal nº 7.178/2023, conforme o caso, a unidade gerenciadora se manifestará sobre o aceite ou não do pedido de adesão.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO PAGAMENTO**

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

Os prazos e condições para liquidação e pagamento, o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento, bem como as condições e o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro estão discriminadas no item 12 do Termo de Referência, correspondente ao Anexo II do Edital de Licitação nº XX/20XX.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A ata de registro de preços pode ser alterada nas seguintes situações:

I – em decorrência de variação dos preços praticados no mercado, seja por eventual redução dos preços, ou de fato que eleve o custo do objeto, cabendo à unidade gerenciadora da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores beneficiários da ata; e

II – em decorrência de fato imprevisível, mediante solicitação do fornecedor, devidamente justificada e comprovada.

**Parágrafo Primeiro** – Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a unidade gerenciadora deve convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

**Parágrafo Segundo** – Se restar frustrada a negociação a que se refere o § 1º, o fornecedor deve ser liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, e o agente público deve convocar, conforme o caso, o fornecedor beneficiário de registro adicional de preço, contemplados em cadastro de reserva da ata, ou ainda adotar o procedimento a que se refere o § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

**Parágrafo Terceiro** – **Não havendo êxito nas negociações, a unidade gerenciadora deve proceder com o cancelamento do item, do grupo ou de toda a ata de registro de preços, conforme o caso.**

**Parágrafo Quarto** – As alterações da ata devem ser formalizadas mediante Termo Aditivo, cabendo à unidade gerenciadora disponibilizar, no sistema eletrônico do Portal de Compras do Município de Aracaju – Aracaju Compras, os preços registrados devidamente atualizados, bem como divulgar no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no Diário Oficial do Município, semestralmente, as respectivas alterações ocorridas no período.

**Parágrafo Quinto** – As alterações na ata de registro de preços passam a vigorar a partir da data da publicação do correspondente Extrato do Termo Aditivo na forma do parágrafo quarto.

**Parágrafo Sexto** – No que trata ao reequilíbrio econômico-financeiro, seguir o Item 11 e seus subitens no anexo II do Termo de Referência, deste edital.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

I – Pela Unidade Gerenciadora:

- a. o fornecedor descumprir as exigências da ata de registro de preços ou do Edital de Licitação;
- b. ficar comprovada a inexecução total ou parcial das obrigações dos contratos, ordens de fornecimento ou ordens de serviço celebrados em decorrência de ata de registro de preços;
- c. o fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, após celebrar o contrato, ordem de fornecimento ou ordem de serviço, não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela unidade participante, sem justificativa aceitável;
- d. apresentar variações superiores aos preços praticados no mercado e o fornecedor beneficiário da ata se recusar a adequá-los, na forma do art. 62 do Decreto Municipal nº 7.177/2023, e do art. 301 do Decreto Municipal nº 7.178/2023, conforme o caso;
- e. caracterizar-se razões de interesse público, devidamente justificadas; e
- f. **for solicitado pelo fornecedor beneficiário da ata, em decorrência de fato de venha a comprometer a perfeita execução contratual, proveniente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.**

II – Pelo Fornecedor:

- a. mediante solicitação por escrito, em decorrência de fato que venha comprometer a perfeita execução contratual, proveniente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado;

**Parágrafo Primeiro** – A comunicação do cancelamento do preço registrado deve ser feita às unidades participantes e ao fornecedor beneficiário da ata mediante o encaminhamento de ofício ou de correspondência eletrônica, com comprovante de recebimento pelo destinatário em qualquer dos casos.

**Parágrafo Segundo** – Na hipótese de ser inacessível, desconhecido ou ignorado o endereço atual do fornecedor, a comunicação a que se refere o § 1º deve ser realizada mediante publicação de edital no Diário Oficial do Município de Aracaju, bem como através do endereço de e-mail do representante do fornecedor cadastrado junto à unidade gerenciadora da ata, considerando-se cancelado o registro na data da publicação oficial.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS**

São obrigações do Fornecedor:

I – Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente ata serão de responsabilidade do

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

Fornecedor;

II – O Fornecedor declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra de material, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

As sanções referentes à execução do contrato e da ata de registro de preços são aquelas previstas no item 10 do Edital de Licitação, consoante gradação da penalidade de multa compensatória discriminada no item 15 do Termo de Referência.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento do Município de Aracaju para os exercícios alcançados pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a cargo do órgão contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão no Termo de Adesão e na respectiva Nota de Empenho.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:**

I – Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços;

II – Integram esta Ata o Edital de Licitação nº XXX/20XX e seus anexos e as propostas das empresas classificadas para cada item/grupo;

III – É vedado caucionar ou utilizar a presente ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da unidade gerenciadora.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO**

As partes contratantes elegem o Foro da Capital do Estado de Sergipe como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução da presente Ata, com renúncia expressa por qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam este instrumento a fim de que produza seus efeitos legais.

**Nome completo da autoridade máxima do órgão ou entidade contratante**  
(cargo no órgão/entidade)

**Nome completo do representante legal da contratada**  
(razão social da contratada)

**ANEXO I DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NºXXX/20XX**

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

Este documento é parte integrante da Ata Final de Registro de Preços nº **XXX/20XX**, celebrada entre a **Secretaria Municipal da Educação de Aracaju** e as empresas cujos preços estão a seguir registrados por item/grupo, em face da realização do Pregão Eletrônico nº **XXX/20XX**.

EMPRESA: XXXXXXXXXXXX  
CNPJ: XXXXXXXXXXXX INSCRIÇÃO ESTADUAL: XXXXXXXXXXXX  
ENDEREÇO: XXXXXXXXXXXX  
TELEFONE: (XX) XXXXXXXXXXXX  
E-MAIL: XXXXXXXXXXXX  
REPRESENTANTE: XXXXXXXXXXXX

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	PREÇO UNITÁRIO

EMPRESA: XXXXXXXXXXXX  
CNPJ: XXXXXXXXXXXX INSCRIÇÃO ESTADUAL: XXXXXXXXXXXX  
ENDEREÇO: XXXXXXXXXXXX  
TELEFONE: (XX) XXXXXXXXXXXX  
E-MAIL: XXXXXXXXXXXX  
REPRESENTANTE: XXXXXXXXXXXX

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	PREÇO UNITÁRIO

ETC.

ANEXO II DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NºXXX/20XX



ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED  
DO CADASTRO RESERVA

Este documento é parte integrante da Ata Final de Registro de Preços nº XXX/20XX

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

EMPRESA: XXXXXXXXXXXXX

CNPJ: XXXXXXXXXXXXX INSCRIÇÃO ESTADUAL: XXXXXXXXXXXXX

ENDEREÇO: XXXXXXXXXXXXX

TELEFONE: (XX) XXXXXXXXXXXXX

E-MAIL: XXXXXXXXXXXXX

REPRESENTANTE: XXXXXXXXXXXXX

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	PREÇO UNITÁRIO

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

EMPRESA: XXXXXXXXXXXXX

CNPJ: XXXXXXXXXXXXX INSCRIÇÃO ESTADUAL: XXXXXXXXXXXXX

ENDEREÇO: XXXXXXXXXXXXX

TELEFONE: (XX) XXXXXXXXXXXXX

E-MAIL: XXXXXXXXXXXXX

REPRESENTANTE: XXXXXXXXXXXXX

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	PREÇO UNITÁRIO

ANEXO III DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NºXXX/20XX

RELAÇÃO DE UNIDADES PARTICIPANTES

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

Nº DE ORDEM	ÓRGÃO / ENTIDADE	QUANTIDADE DEMAN DADA	ENDEREÇO
01	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX

ANEXO IV – MODELO DE TERMO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
TERMO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

Termo de adesão referente à Contratação de, empresa especializada na prestação de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais, para atuação nas funções de **Agente de apoio operacional escolar, Agente de portaria, agente administrativo, artífice e Supervisor geral**, conforme as necessidades das unidades escolares e administrativas da Secretaria Municipal da Educação – SEMED, visando garantir a continuidade e a eficiência das atividades de suporte essenciais ao funcionamento da rede municipal de ensino sob a forma de Registro de Preços.

Eu, (inserir nome da autoridade competente do órgão aderente), na qualidade de (inserir o cargo da autoridade), solicito ADESÃO à Ata de Registro de Preços nº xxxxxxxx para (inserir objeto do contrato), referente ao(s) item(ns) abaixo descrito(s), responsabilizando-me por designar agente público para o acompanhamento da execução do(s) contrato(s) decorrente(s) da ata e demais incumbências pertinentes ao processo, nos termos do Decreto Municipal nº 7.178, de 12 de junho de 2023.

Fornecedor Beneficiário da Ata	Nº do item	Descrição do item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

Informo que as despesas para a execução contratual correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROJETO OU ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO	ESTIMATIVA ANUAL
XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX

**Nome da autoridade competente do órgão aderente**

Cargo da autoridade competente do órgão aderente

Autorizo,

**Nome do(a) Coordenador(a)-Geral da Central de Compras e Licitações**

**ANEXO IV – MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO**

**ORDEM DE SERVIÇO Nº xx/xxxx-(sigla do órgão/entidade)**

**Pregão Eletrônico nº XX/2026 – contratação de empresa especializada na prestação de servi-**

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

ços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais, para atuação nas funções de **AGENTE DE APOIO OPERACIONAL ESCOLAR, AGENTE DE PORTARIA, AGENTE ADMINISTRATIVO, ARTÍFICE E SUPERVISOR GERAL**, conforme as necessidades das unidades escolares e administrativas da **Secretaria Municipal da Educação – SEMED**, visando garantir a continuidade e a eficiência das atividades de suporte essenciais ao funcionamento da rede municipal de ensino

<b>CONTRATANTE:</b>	<b>O MUNICÍPIO DE ARACAJU, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, ÓRGÃO INTEGRANTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.</b>
CNPJ:	
ENDEREÇO:	
REPRESENTANTE LEGAL:	
TELEFONE:	
E-MAIL:	
<b>CONTRATADA:</b>	
CNPJ:	
ENDEREÇO:	
REPRESENTANTE LEGAL:	
TELEFONE:	
E-MAIL:	

**NOTA DE EMPENHO**

XXXXXXXXXXXXXX

**OBJETO**

Descrever o(s) item(ns) e/ou grupo(s) a que se refere a ordem de serviço, de acordo com a tabela descritiva constante no Termo de Referência da Licitação, indicando a quantidade, marca (se for o caso), valor unitário e valor total.

Autorizamos vossa senhoria a iniciar o serviço relativo ao(s) item(ns) acima descrito(s), conforme especificações e demais condições constantes no Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº XX/2026

As cláusulas essenciais desta contratação a que se refere o artigo 92 da Lei nº 14.133/2021

**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**

estão dispostas no Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº XX/2026, o qual é parte integrante deste documento independentemente de transcrição.

As partes contratantes sujeitam-se às disposições da Lei nº 14.133/2021.

**Nome completo da autoridade máxima do órgão ou entidade contratante**  
(cargo no órgão/entidade)

**ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO PARA SERVIÇO**  
**CONTRATO Nº xxx/20xx**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx/20xx**

<b>CONTRATANTE:</b>	<b>O MUNICÍPIO DE ARACAJU, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, ÓRGÃO INTEGRANTE DA ADMINISTRAÇÃO</b>
---------------------	---

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

	<b>DIRETA.</b>
CNPJ:	
ENDEREÇO:	
REPRESENTANTE LEGAL:	
TELEFONE:	
E-MAIL:	

<b>CONTRATADA:</b>	
CNPJ:	
ENDEREÇO:	
REPRESENTANTE LEGAL:	
TELEFONE:	
E-MAIL:	

O presente contrato está de acordo com a Lei nº 14.133/2021, e sua legislação complementar, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais, para atuação nas funções de **Agente de apoio operacional escolar, Agente de portaria, agente administrativo, artífice e Supervisor geral**, conforme as necessidades das unidades escolares e administrativas da Secretaria Municipal da Educação – SEMED, visando garantir a continuidade e a eficiência das atividades de suporte essenciais ao funcionamento da rede municipal de ensino, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e constantes no Edital nº xxx/20xx e seus anexos, bem como na proposta de preços da contratada, os quais constituem parte integrante deste documento, independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

Este contrato possui vigência pelo período de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o período máximo de **10 (dez) anos**, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021, consoante discriminado no **item 06 do Termo de Referência**.

Parágrafo único - A prorrogação do prazo de vigência é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a Contratada.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

O modelo de execução do objeto, os critérios de recebimento e aceitação do objeto, bem como as regras relativas à possibilidade ou não de subcontratação estão discriminadas no **item 9 do Termo de Referência**.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

O valor total do presente contrato é de até R\$ **xxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxx)**, conforme detalhamento de preços unitários e total discriminados na proposta de preços da contratada de acordo com a tabela constante no **item 29. do Termo de Referência**.

Parágrafo único. Os prazos e condições para liquidação e pagamento, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento, bem como as condições e o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro estão discriminadas no **item 12 do Termo de Referência**.

**CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

As despesas decorrentes da execução contratual correrão à conta dos recursos consignados no orçamento do Município de Aracaju, a cargo da unidade orçamentária contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesa específicos constarão no respectivo instrumento contratual.

**CLÁUSULA SEXTA – DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES.**

As obrigações da contratante e da contratada, inclusive aquelas relativas à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPS, estão discriminadas nos **itens 7 e 8** respectivamente, do Termo de Referência.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

As regras relativas à garantia de execução do contrato estão discriminadas no **item 19 do Termo de Referência**, correspondente ao Anexo II do **Edital nº xx/20xx**.

**CLÁUSULA OITAVA – CONTA VINCULADA**

Para garantir o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas, o Contratante realizará a retenção de valores das faturas mensais, depositando-os em conta bancária específica (Conta Vinculada), bloqueada para movimentação, aberta em banco público oficial, em nome da Contratada, mas sob controle da Administração, conforme disposto no **item 20** do Termo de Referência.

**CLÁUSULA NONA – DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

As regras relativas ao modelo de gestão contrato estão discriminadas no **item 10 do Termo de Referência**.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES E MULTAS.**

As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no **item 10 do Edital**, consoante gradação da penalidade de multa compensatória discriminada no **item 14 do Termo de Referência**.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES**

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados nos artigos 124 a 136 da Lei 14.133/2021, devidamente comprovados.



ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

§ 1º – A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato.

§ 2º – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO.**

Independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, constituem motivos para rescisão do Contrato as situações previstas nos artigos 137, 138, 139, da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo único – Na ocorrência da rescisão prevista no **caput** desta cláusula, nenhum ônus recairá sobre a Contratante em virtude desta decisão, ressalvado o disposto no § 2º do artigo 138 da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS DIREITOS DA CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO**

Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, de logo, o direito da Contratante de adotar, no que couber, as medidas previstas no artigo 139 da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS.**

O presente Contrato fundamenta-se:

I – nos termos do Pregão Eletrônico nº xxxx/20xx que, simultaneamente:

a) constam do Processo Administrativo nº XXXX/202X;

b) não contrarie o interesse público;

II – nas demais determinações da Lei nº 14.133/2021, e suas correspondentes alterações;

III – nos preceitos do Direito Público;

**IV – supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.**

Parágrafo único – Os casos omissos e quaisquer ajustes que se fizerem necessários, em decorrência deste Contrato, serão acordados entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO.**

A Contratante providenciará, na forma do art. 94, da Lei nº 14.133/2021, até o 20 dias útil contados da data de sua assinatura, a publicação do presente Contrato no Portal Nacional de

**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**

Contratações Públicas (PNCP) e no Portal de Compras do Município de Aracaju – Aracaju Compras.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

As partes contratantes elegem o Foro da Capital do Estado de Sergipe como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam este instrumento a fim de que produza seus efeitos legais.

(cargo no órgão/entidade)  
**contratante**

**Nome completo do representante legal da contratada**  
(razão social)  
contratada

**ANEXO – I, DO TERMO DE REFERÊNCIA:**

**UNIDADES DE COMPETÊNCIA DA SEMED**

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

## 1. Considerações Gerais

**1.1** Conforme previsto no Termo de Referência, o(a) profissional disponibilizado(a) pela CONTRATADA poderá exercer suas atividades laborais em qualquer unidade vinculada à Secretaria Municipal da Educação de Aracaju. A alocação e eventuais remanejamentos serão definidos pela CONTRATANTE, observando-se as necessidades do serviço e o desempenho do(a) trabalhador(a).

Assim sendo, apresenta-se a seguir a relação detalhada, conforme cada item solicitado no processo, em atendimento às especificações contratuais.

	REGIÃO	UNIDADES	ENDEREÇO
ESCOLAS	1ª REGIÃO	EMEF MANOEL BOMFIM	Rua Geni da Silva Dias, 480. Bairro: Bugão CEP:49.090-520
		EMEF SÉRGIO FRANCISCO DA SILVA	Av. Lamarão, s/n. Bairro: Lamarão CEP: 49.088-000
		EMEI MONSENHOR JOÃO MOREIRA LIMA	Av. Paulo Figueiredo Barreto, s/n. Bairro: Lamarão CEP: 49.088-000
		EMEF PROFª LETÍCIA SOARES DE SANTANA	Trav. General Prado s/n Bairro Santos Dumont CEP: 49.087-245
		EMEF OLGA BENÁRIO	Rua Idalina Bomfim, nº 250. Bairro: Santos Dumont
		EMEI MARIA CLARA MACHADO	Rua Minervina Barros, nº 70. Bairro: Santos Dumont CEP: 49.087-450
		EMEI MANOEL EUGÊNIO NASCIMENTO	Rua Capitão Manoel Gomes, s/n. Bairro: Santos Dumont CEP: 49.087-040
		EMEI PROF.ª MARIA GIVALDA DA SILVA SANTOS	Av. Carlos Marques de Oliveira, s/n. Bairro: Soledade CEP: 49.089-005
		EMEF DEPUTADO JAIME ARAÚJO	Av. Benjamin Constant nº499. Bairro: Soledade CEP: 49.070-000
	2ª REGIÃO	EMEF OTÍLIA DE ARAÚJO MACÊDO	Rua José Almeida de Souza, s/n CEP: 49.072-560 ANEXO: Rua Pinheiro Machado, nº 02 Bairro: 1º de Maio Forte
		EMEF SABINO RIBEIRO	Rua Tenente Cleto Campelo, nº 382, Bairro: 1º de Maio Forte CEP: 49.072-730
		EMEF MINISTRO GERALDO BARRETO SOBRAL	Av. M, s/n – Lot. Moema Meire/ Pau-ferro Bairro: Cidade Nova CEP: 49.070-763
		EMEF OLAVO BILAC	Rua Bolívia, s/n–Bairro: Cidade Nova CEP: 49.070-083
		CENTRO SOCIAL SÃO FRANCISCO	Rua São Francisco, nº 158 Bairro: Japãozinho CEP: 49.070-380
		EMEF JOÃO TELES MENEZES	Rua: Santa Terezinha s/n Lot. Getimana Bairro:

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

			Japãozinho CEP: 49.026-000
		<b>EMEI DR. JOSÉ AUGUSTO ARANTES SAVAZINE</b>	Av. Euclides Figueiredo, s/n-Bairro: Japãozinho CEP: 49.063-106
		<b>EMEI HERMES FONTES</b>	Rua D, s/n / Bairro: Palestina CEP: 49.060-679
		<b>EMEI PROFª ETELVINA AMÁLIA DE SIQUEIRA (ANEXO)</b>	Av. Euclides Figueiredo, 2247 / Bairro: Porto Dantas CEP:49.067-013. ANEXO: Av. Euclides Figueiredo, s/n, Bairro Porto Dantas.
		<b>EMEI BERENICE CAMPOS</b>	Rua Antônio dos Santos, nº468 / Bairro: Porto Dantas CEP: 49.067-020
	<b>3ª REGIÃO</b>	<b>EMEI DR. FERNANDO JOSÉ GUEDES FONTES</b>	Rua Haiti, s/n - Bairro: América CEP.49.080.300
		<b>EMEF SANTA RITA DE CÁSSIA</b>	Rua Guilherme José Martins, s/n - Bairro: Novo Paraíso CEP: 49.082-220
		<b>EMEF PROFESSORA MARIA THÉTIS NUNES</b>	Rua Mãe Nanã, s/n - Bairro: América CEP: 49.080-210
		<b>EMEI JOAQUIM CARDOSO DE ARAÚJO</b>	Rua Argentina, s/n - Bairro América CEP: 49.080-080
		<b>EMEF MARECHAL HENRIQUE TEIXEIRA LOTT</b>	Rua Nova Paraíba, s/n - Bairro: América CEP: 49.080-260
		<b>EMEF ZALDA GAMA</b>	Rua Dep. Reinaldo Moura, 170 Veneza II Bairro: Capucho CEP: 49.085-000
		<b>EMEF DR. CARVALHO NETO</b>	Rua Rio Grande do Sul, nº 1351. Bairro: Novo Paraíso. CEP: 49.082-000
		<b>EMEF OVIÊDO TEIXEIRA</b>	Rua Tania da Mota Paixão s/n Lot. São Carlos Bairro: Olaria CEP: 49.092-140
		<b>EMEI DOM AVELAR BRANDÃO VILELA</b>	Rua Santa Terezinha s/n Lot. São Carlos. Bairro: Olaria CEP: 49.092-190
		<b>EMEF JORNALISTA ORLANDO DANTAS</b>	Rua Evangelino da Paixão, nº 297 Bairro: Olaria CEP: 49.092-510
	<b>4ª REGIÃO</b>	<b>EMEF PROF. JOSÉ ANTÔNIO DA COSTA MELO</b>	Rua Riachão, s/n. CA IC Bairro: Getulio Vargas CEP: 49.055-600
		<b>EMEI PROFESSORA NEUZICE BARRETO</b>	Rua Riachão, s/n. Bairro: Getúlio Vargas CEP: 49.055-040
		<b>EMEF ALENCAR CARDOSO</b>	Rua: Olavo Cunha Lima, s/n Bairro: José Conrado de Araújo CEP: 49.085-029
		<b>EMEI ANA LUIZA MESQUITA ROCHA</b>	Rua Alagoas, nº 2051 / Bairro: José Conrado de Araújo CEP: 49.085-000
		<b>EMEF PROF.ª RACHEL CORTES ROLLEMBERG</b>	Rua Mato Grosso, nº 1424 - Bairro: José Conrado de Araújo CEP: 49.085-220
		<b>EMEF PRESIDENTE VARGAS</b>	Rua Neópolis, s/n - Bairro: Siqueira Campos CEP: 49.075-400

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

		<b>EMEI JOSÉ GARCEZ VIEIRA</b>	Praça Dom José Thomaz s/n Bairro: Siqueira Campos CEP: 49.075-200
		<b>EMEF ÁGAPE</b>	Rua Espírito Santos, nº 498 Bairro: Siqueira Campos CEP: 49.075-240
		<b>EMEI "QUINTINA DINIZ"</b>	Rua Guaporé, 426 Bairro: Siqueira Campos CEP: 49.075-290
	<b>5ª REGIÃO</b>	<b>EMEI PIERRE AVERAN</b>	Rua Manoel Sátiro de Menezes, nº 340 Bairro: Industrial CEP: 49.065.560
		<b>EMEF MARIA DA GLORIA MACEDO</b>	Rua Manoel Pereira Lima, s/n - Bairro: Industrial CEP: 49.066-260
		<b>EMEF PROF. ALCEBÍADES MELO VILAS BOAS</b>	Rua Antônio Assis Xavier, nº 164 Bairro: Industrial CEP: 49.066-290 Fone: 3179-3464
		<b>EMEI DOM HÉLDER CÂMARA</b>	Rua Nossa Sra da Conceição, s/n Bairro: Industrial CEP: 49.065-399
		<b>EMEF JOSÉ AIRTON DE ANDRADE</b>	Rua D, s/n, Largo da Aparecida Bairro Jabotiana CEP: 49.096-170
		<b>EMEI DOM JOSÉ BRANDÃO DE CASTRO</b>	Av. São João Batista, s/n - Bairro Ponto Novo Conj. Castelo Branco CEP: 49.097-000
		<b>EMEF PRESIDENTE TANCREDO NEVES</b>	Rua Rodrigues Dória, s/n Bairro: Ponto Novo CEP: 49.047-34
		<b>EMEF DOM JOSÉ VICENTE TÁVORA</b>	Rua: Manoel Preto, 26 / Bairro: Industrial CEP: 49.065-540
		<b>EMEF OSCAR NASCIMENTO</b>	Rua Arnaldo Dantas, nº 632 Bairro: Santo Antônio CEP: 49.060-040
		<b>EMEF PROFESSORA IZABEL CRISTINA SANTOS SILVA</b>	Rua Siriri nº 614 Bairro: Centro
	<b>6ª REGIÃO</b>	<b>EMEI PROF. NUNES MENDONÇA</b>	Rua Dr. Fernando Sampaio, nº 234 Bairro: Atalaia CEP: 49.035-090
		<b>EMEF ANÍSIO TEIXEIRA</b>	Av. Monteiro Lobato, 381 Bairro Atalaia CEP 49035-220
		<b>EMEF PROF.ª NÚBIA MARQUES</b>	Rua Manoel Andrade, 1745 Bairro: Coroa do Meio CEP: 49035-530
		<b>EMEI BENJAMIN ALVES DE CARVALHO</b>	Rua Cel. José Figueiredo de Albuquerque, 229 Bairro: Atalaia CEP: 49.035-180
		<b>EMEF PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHKE</b>	Rua Cel. José Figueiredo de Albuquerque, nº 229 Bairro: Coroa do Meio
		<b>EMEI FRANCISCO GUIMARÃES ROLLEMBERG</b>	Av. Universo, pç Pedro Diniz Gonçalves Filho, Bairro: Inácio Barbosa/ Conj. Jardim Esperança CEP: 49040-470
		<b>EMEF BEBÉ TIÚBA</b>	Rua Prof. Humberto da Silva Moura S/N B.Luzia CEP: 49048-310
		<b>EMEF JOSÉ CONRADO DE ARAÚJO</b>	Rua Soldado Ribeiro de Andrade, 203 Bairro: Conrado CEP: 49.037-000

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

		<b>EMEI JÚLIO PRADO VASCONCELOS</b>	Rua Z, nº 30 / Bairro: São Conrado CEP: 49.043-266
		<b>EMEI PROFESSORA ÁUREA MELO/ZAMOR</b>	Pça Dário Ferreira Nunes, s/n –Conj. Orlando Dantas Bairro: São Conrado CEP: 49.042-110
		<b>EMEF ARTHUR BISPO DO ROSÁRIO</b>	Rua Expedicionário Brasileiro Oliveira Gomes, s/n Bairro São Conrado CEP: 49.043-090
	<b>7ª REGIÃO</b>	<b>EMEF JOSÉ SOUZA DE JESUS</b>	Rua 32, Bairro: 17 de Março CEP: 49044-000
		<b>EMEI DOUTOR JOSÉ CALUMBY FILHO</b>	Rua 15 nº 210, bairro 17 de março CEP: 49044-000
		<b>EMEF PROFESSOR LAONTE GAMA DA SILVA</b>	Rua 8, s/n - Conj. Padre Pedro Bairro: Santa Maria CEP: 49.044-129
		<b>EMEI IRENE ROMÃO DE BRITO</b>	Rua B4, nº 100 – Conj. Valadares / Bairro: Santa Maria CEP: 49.044-271
		<b>EMEF PAPA JOÃO PAULO II</b>	Rua A3, s/n - Bairro: Santa Maria CEP: 49.043-516
		<b>EMEF PROFESSOR DIOMEDES SANTOS SILVA</b>	Av. Alexandre Alcino, 950 Bairro Santa Maria CEP: 49.044-093
		<b>EMEI PROF. JOÃO BATISTA “DOUGLAS” DE SOUZA</b>	Rua Maria Cassilda Cruz Siqueira,340 Bairro: Santa Maria CEP: 49.043-700
		<b>EMEITI MARIA RUTH WYNNE CARDOSO</b>	Av. Alexandre Alcino s/n Bairro: Santa Maria
		<b>EMEI PROFESSORA MICHELE DE JESUS</b>	Rua São Carlos nº 22, Loteamento Marivan Bairro: Santa Maria
		<b>EMEF JOÃO OLIVA ALVES</b>	Av. Alexandre Alcino s/n Bairro: Santa Maria
	<b>8ª REGIÃO</b>	<b>EMEI JOVINO PINTO</b>	Rua Vanira Bispo da Luz, nº 180 - Largo São Conrado Bairro: Aeroporto CEP: 49.037-109
		<b>EMEI PROF.ª JOANA MARIA DA SILVA</b>	Rua Carlos Gomes, nº 180 Bairro: Farolândia CEP: 49.032-050
		<b>EMEI ANTÔNIO VALENÇA ROLLEMBERG</b>	Av. Adel Nunes, s/n Bairro: Farolândia CEP: 49.032-250
		<b>EMEF NOSSA SENHORA APARECIDA</b>	Rua Tenente Aragão, nº 93 Bairro: Farolândia CEP: 49.030-060
		<b>EMEF TENISSON RIBEIRO</b>	Rodovia dos Náufragos, nº 7336 Bairro: Zona de Expansão (Robalo) CEP: 49004-003
		<b>EMEF PROF.ª M.ª CARLOTA DE MELO</b>	Estrada do São José, Rua da Igreja, s/n Bairro: Zona de Expansão (Robalo) CEP: 49.004-550
		<b>EMEF PROF. FLORENTINO MENEZES</b>	Rod. Chico Mendes, s/n. Bairro: Zona de Expansão (Mosqueiro) CEP: 49.099-400 Fone: 3179- 2511
		<b>EMEF ELIAS MONTALVÃO</b>	Rodovia dos Náufragos, s/n. Bairro: Zona de Expansão (Mosqueiro) CEP: 49.035-000
		<b>EMEF JOSÉ CARLOS TEIXEIRA</b>	Avenida Doutor José Emídio do Nascimento, nº 78 Bairro Zona de Expansão (Mosqueiro) CEP: 49.004-680
		<b>EMEI IRMÃOS MIRELLA E</b>	Rua José Francisco Prejuízo s/n Conj. Augusto

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

		<b>MARCELL MOURA</b>	Franco Bairro: Farolândia CEP: 49.030-640.
<b>ADM</b>	---	<b>SEDE</b>	Av. Ministro Geraldo Barreto Sobral, nº. 1615, Bairro Jardins, CEP 49026-010
	---	<b>CASA DOS CONSELHOS</b>	Rua Wilson Rocha, nº. 444, Bairro Grageru
	---	<b>ALMOXARIFADO</b>	Av. Etelvino Alves de Lima, nº. 1294, Galpão 09, CD. Cidade Comercial, Bairro Inácio Barbosa, CEP 49.040-696
	---	<b>ANEXO CEAPE</b>	Av. Pedro Paes de Azevedo, nº. 761, Bairro Grageru, CEP 49025-120
	---	<b>CAP</b>	Rua Senador Rollemberg, nº. 194, Bairro São José, CEP 49015-120
	---	<b>CCTECA</b>	Av. Oviêdo Teixeira, nº. 1000, Bairro Jardins, CEP 49026-100

**1.2.** Ressalva-se que, em razão de inaugurações, adequações, ampliações ou reformas, o quantitativo de Unidades poderá sofrer variações durante a vigência contratual. Nessas hipóteses, a planilha descritiva apresentada poderá ser alterada, competindo à CONTRATANTE proceder à devida atualização e encaminhá-la à CONTRATADA com a maior brevidade possível.

**1.3.** A quantidade de profissionais terceirizados a serem disponibilizados será variável, conforme a necessidade identificada pela área técnica da CONTRATANTE, observadas as demandas do serviço.

**1.4.** Os postos vinculados à função de supervisores terão caráter volante, sem unidade fixa de lotação. Caberá à CONTRATADA distribuir os quantitativos de Unidades a serem contempladas, de forma proporcional ao número de supervisores que se fizer tecnicamente necessário para a adequada operacionalização do objeto contratual. O quantitativo de profissionais disponibilizados para tal finalidade deverá, obrigatoriamente, ser submetido ao deferimento da CONTRATANTE.

**ANEXO – II, DO TERMO DE REFERÊNCIA:**

**MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO**

<b>ORDEM DE SERVIÇO Nº XX/202X- SEMED</b>
(modalidade) nº xx/xxxx – (objeto da contratação)



ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

CONTRATANTE:	O MUNICÍPIO DE ARACAJU, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ÓRGÃO INTEGRANTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.
CNPJ:	
ENDEREÇO:	
REPRESENTANTE LEGAL:	
TELEFONE:	
E-MAIL:	
CONTRATADA:	
CNPJ:	
ENDEREÇO:	
REPRESENTANTE LEGAL:	
TELEFONE:	
E-MAIL:	

NOTA DE EMPENHO
XXXXXXXXXXXXXX

Autorizamos vossa senhoria a iniciar o serviço relativo ao(s) item(ns) e/ou grupo(s)/lote(s) acima descrito(s), conforme especificações e demais condições constantes no Termo de Referência ou Projeto Básico ou Anteprojeto ou Projeto Executivo da (Modalidade de Contratação) nº xxx/xxxx.

As cláusulas essenciais desta contratação a que se refere o artigo 92 da Lei nº 14.133/2021 estão dispostas no Termo de Referência ou Projeto Básico ou Anteprojeto ou Projeto Executivo da (Modalidade de Contratação) nº xxx/xxxx, o qual é parte integrante deste documento independentemente de transcrição.

As partes contratantes sujeitam-se às disposições da Lei nº 14.133/2021

**EDNA QUITÉRIA DO AMORIM COSTA**  
Secretária Municipal da Educação

**ANEXO – III, DO TERMO DE REFERÊNCIA:**

**MODELO DE PROPOSTA:**

- PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº **XXXXXX/202XXX**

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

DADOS DO LICITANTE:	
RAZÃO SOCIAL	
CNPJ	
ENDEREÇO	
CIDADE	
ESTADO	
CEP	
TELEFONE	
FAX	
E-MAIL	
NOME DA PESSOA QUE IRÁ ASSINAR O CONTRATO	
CPF	
RG	
DADOS BANCÁRIOS PARA DEPÓSITO:	
BANCO	
AGÊNCIA	
CONTA-CORRENTE	

1) Segue detalhamento:

1.1) Detalhamento dos postos de trabalho e valores estimados:

LOTE – 1 (LOTE ÚNICO)								
A	B	C	D	E	F	G	H	I
ORD EM	CÓDIGO	CARGO / FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA	APRESEN- TAÇÃO	QUAN- TIDADE TOTAL DE POSTOS DE TRABAL- HO	VALOR UNITÁRIO MENSAL R\$	VALOR TOTAL MENSAL – R\$  $H = F \times G$	VALOR TOTAL PARA 12 MESES  $I = H \times 12$ MESES
1	116701	AGENTE DE APOIO OPERACION AL ESCOLAR	44 HORAS SEMANAIS  8 HORAS POR DIA	Posto de Trabalho	50			
2	116702	AGENTE DE	36 HORAS	Posto de	400			

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

		PORTARIA	SEMANAIS	Trabalho				
			6 HORAS POR DIA					
3	116703	AGENTE ADMINISTRATIVO	44 HORAS SEMANAIS 8 HORAS POR DIA	Posto de trabalho	250			
4	116704	ARTÍFICE	44 HORAS SEMANAIS 8 HORAS POR DIA	Posto de trabalho	25			
5	116706	SUPERVISOR GERAL	44 HORAS SEMANAIS 8 HORAS POR DIA	Posto de trabalho	13			
TOTAL GERAL DO LOTE – 1 (LOTE ÚNICO) – PARA 12 MESES – R\$								XXXXXX

1.2) PARA CONHECIMENTO, SEGUE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS DOS UNIFORMES/FARDAMENTOS:

CATEGORIA:		AGENTE DE APOIO OPERACIONAL ESCOLAR					
		AGENTE ADMINISTRATIVO					
		SUPERVISOR GERAL					
ITEM	SÍNTESE	QUAN T. PARA 12 MESES	APRES	PREÇO MÁXIM O UNITÁRI O R\$	PREÇO TOTAL DO ITEM R\$	A CADA 6 (SEIS) MESES, A EMPRESA CONTRATA DA DEVERÁ DISPONIBIL IZAR (REPOR) PARA CADA EMPREGAD O O SEGUINTE QUANTITA	

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

						TIVO
1	Calça de tecido resistente;	4	UND			2
2	Camisa em malha 100% algodão (careca ou polo);	4	UND			2
3	Calçado fechado antiderrapante	2	PAR			1
4	Cinto de couro	2	UND			1
5	Meia de algodão	4	PAR			2
6	Crachá de identificação com cordão com logo da empresa CONTRATADA	1	UND			-
TOTAL GERAL R\$						
TOTAL GERAL DIVIDIDO POR 12 MESES - R\$						

CATEGORIA:		AGENTE DE PORTARIA				
ITEM	SÍNTESE	QUAN T. PARA 12 MESES	APRES	PREÇO MÁXIM O UNITÁRI O R\$	PREÇO TOTAL DO ITEM R\$	A CADA 6 (SEIS) MESES, A EMPRESA CONTRATA DA DEVERÁ DISPONIBIL IZAR (REPOR) PARA CADA EMPREGAD O O SEGUINTE QUANTITA TIVO
1	Calça de tecido resistente;	4	UND			2
2	Camisa em malha 100% algodão (careca ou polo);	4	UND			2
3	Calçado fechado antiderrapante	2	PAR			1
4	Cinto de couro	2	UND			1
5	Meia de algodão	4	PAR			2
6	Crachá de identificação com cordão com logo da empresa CONTRATADA	1	UND			-
7	Colete de identificação ou refletivo	2	UND			1
TOTAL GERAL R\$						
TOTAL GERAL DIVIDIDO POR 12 MESES - R\$						

CATEGORIA:		ARTÍFICE				
ITEM	SÍNTESE	QUAN	APRES	PREÇO	PREÇO	A CADA 6

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

		T. PARA 12 MESES		MÁXIM O UNITÁRI O R\$	TOTAL DO ITEM R\$	(SEIS) MESES, A EMPRESA CONTRATA DA DEVERÁ DISPONIBIL IZAR (REPOR) PARA CADA EMPREGAD O O SEGUINTE QUANTITA TIVO
1	Calça de sarja reforçada, costura dupla, cor padronizada;	4	UND			2
2	Camisa de trabalho em tecido resistente, manga curta ou longa, com identificação da Contratada	4	UND			2
3	Botina de uso ocupacional ou de segurança, com solado antiderrapante, com biqueira reforçada quando o risco justificar, conforme análise de risco	2	PAR			1
4	Luvas de proteção adequadas ao risco mecânico (abrasão, corte leve e perfuração), com revestimento nitrílico ou PU, com CA	4	PAR			2
5	Protetor auricular tipo plug, quando houver exposição a ruído intermitente	4	UND			2
6	Respirador purificador PFF1 ou PFF2, quando houver poeira no ambiente	12	UND			6
7	Cinto de couro	2	UND			1
8	Meia de algodão	4	PAR			2
9	Crachá de identificação com cordão com logo da empresa CONTRATADA	1	UND			-
<b>TOTAL GERAL R\$</b>						
<b>TOTAL GERAL DIVIDIDO POR 12 MESES - R\$</b>						

1.3) **AINDA DECLARAMOS QUE:**

1.3.1) A presente proposta terá validade de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua assinatura;

**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**

- 1.3.2) O prazo de execução observará integralmente as condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 1.3.3) Declaro ciência de que não há direito a exigir multa ou indenização financeira, caso a SEMED opte por não contratar com a empresa ofertante desta proposta, seja no todo ou em parte;
- 1.3.4) Declaro ciência e concordância com todos os itens estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;
- 1.3.5) Declaro que estão inclusos no valor total da proposta todos os encargos sociais, tributos, descontos, emolumentos, impostos, alimentação, hospedagem, transporte, seguros, pedágios, mão de obra, bem como demais despesas diretas e indiretas necessárias ao pleno atendimento do objeto contratado;
- 1.3.6) A presente proposta está acompanhada dos seguintes documentos:
- A) Planilhas de formação de preços, conforme indicado no **ITEM – 31.1**, do Termo de Referência;
  - B) GFIP – Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social, ou documento equivalente hábil, que comprova o percentual (%) do Seguro de Acidente de Trabalho – SAT/RAT utilizado na composição dos encargos previdenciários de nossas planilhas de formação de preços, em conformidade com a legislação vigente.
- 1.3.7) Quanto ao regime tributário, declaramos que a empresa adota a seguinte forma de tributação (assinalar com “X”):

LUCRO REAL	LUCRO PRESUMIDO

**CIDADE/ESTADO, XX de XXXXXXXX de 202X.**

---

**Assinatura do representante legal.**

**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**

**ANEXO – IV, DO TERMO DE REFERÊNCIA:**

**PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS**

- 1) É obrigatória a apresentação de planilha de formação de preços específica para cada cargo/função objeto da contratação.
- 2) Dessa forma, a empresa interessada deverá apresentar, no mínimo, as seguintes planilhas:

**LOTE – 1 (LOTE ÚNICO)**



ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

A	B
ITENS	CARGO/FUNÇÃO
1	AGENTE DE APOIO OPERACIONAL ESCOLAR
2	AGENTE DE PORTARIA
3	AGENTE ADMINISTRATIVO
4	ARTÍFICE
5	SUPERVISOR GERAL

- 3) AS PLANILHAS DEVERÃO SER APRESENTADAS DE FORMA COMPLETA, CONTENDO TODOS OS CÁLCULOS, COMO REMUNERAÇÃO, ENCARGOS SOCIAIS, INSUMOS, TRANSPORTE, TRIBUTOS E OUTROS DADOS COMPLEMENTARES.
- 4) **ATENÇÃO:**
- A) AS PLANILHAS DEVERÃO SER ELABORADAS EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA DE MENOR LANCE, CONTENDO, RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO, CNPJ, TELEFONE E E-MAIL, BEM COMO DATADA E ASSINADA.
- B) AS PLANILHAS DE FORMAÇÃO DE PREÇOS ESTÃO ANEXADAS, EM EXCEL, ABERTAS E SEM TRAVAS.

**ANEXO – V, DO TERMO DE REFERÊNCIA:**

**TERMO DE RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL**

Eu, **[NOME COMPLETO]**, portador(a) do CPF nº **[XXX.XXX.XXX-XX]**, empregado(a) vinculado(a) à empresa **[NOME DA CONTRATADA]**, DECLARO, para os devidos fins, que estou

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

ciente das normas de conduta e proteção de dados aplicáveis ao exercício de minhas funções junto às unidades escolares e administrativas da **Secretaria Municipal da Educação – SEMED**, comprometendo-me a cumpri-las integralmente.

No desempenho das minhas atividades, assumo o compromisso de **preservar a confidencialidade** de todas as informações às quais tiver acesso, especialmente aquelas que envolvem dados pessoais ou sensíveis de alunos, familiares, servidores, profissionais terceirizados e demais integrantes da comunidade escolar ou administrativa. Reconheço que tais informações são protegidas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD) e que sua utilização deve se restringir às finalidades do serviço.

Comprometo-me, ainda, a **não captar, armazenar ou divulgar imagens, áudios ou informações** relativas a alunos, familiares, servidores, profissionais ou aos ambientes institucionais, sejam escolares ou administrativos, sem a devida autorização expressa da SEMED. Da mesma forma, abstenho-me de compartilhar em redes sociais, aplicativos de mensagens ou qualquer outro meio eletrônico conteúdos que possam expor ou comprometer a privacidade e a dignidade de todos que frequentam ou atuam nos espaços escolares e administrativos.

No trato com a comunidade escolar e administrativa, comprometo-me a **manter conduta ética, respeitosa e profissional**, zelando pela integridade, privacidade e dignidade de **todos que frequentam ou atuam nos espaços escolares e administrativos**, evitando qualquer prática que possa configurar constrangimento, discriminação, assédio, intimidação ou violência de qualquer natureza. Reconheço que o ambiente educacional e administrativo exige postura compatível com os princípios da urbanidade, do respeito e da cooperação.

Declaro, igualmente, estar ciente da obrigatoriedade de **participar dos treinamentos de capacitação** oferecidos pela empresa CONTRATADA, especialmente aqueles voltados à proteção de dados e boas práticas de conduta, aplicando os conhecimentos adquiridos no desempenho das minhas funções.

Por fim, tenho ciência de que o **descumprimento das normas e responsabilidades aqui assumidas poderá acarretar minha substituição pela empresa contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no contrato administrativo e das medidas legais cabíveis**.

Local e data  
Assinatura do Colaborador  
Nome legível

ANEXO III - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PROCESSO Nº 13.039/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/20XX

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

**A SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE ARACAJU, através da Central de Compras e Licitações – CCL/SEPLOG.**

**CNPJ Nº XXXXXXXXXXXX**

**Endereço: XXXXXXXXXXXX**

**Representante Legal: XXXXXXXXXXXX**

**A SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE ARACAJU**, através da Central de Compras e Licitações, considerando o julgamento da Pregão Eletrônico nº XXX/20XX com Registro de Preços, Processo nºXXX/20XX, publicada no Diário Oficial do Municipal no dia XX/XX/20XX, com certame aberto emXX/XX/20XX, ÀS XXHXX, e a respectiva homologação publicada no Diário Oficial do Município no dia XX/XX/20XX, resolve registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por grupo/item, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e as constantes desta Ata de Registro de Preços. Este procedimento obedecerá, integralmente, à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2002, a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, a Lei Complementar nº 119 de 06 de fevereiro de 2013, bem como o Decreto Municipal nº 7.178, de 12 de junho de 2023, e suas correspondentes alterações.

**CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO**

A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais, para atuação nas funções de **Agente de apoio operacional escolar, Agente de portaria, agente administrativo, artífice e Supervisor geral**, conforme as necessidades das unidades escolares e administrativas da Secretaria Municipal da Educação – SEMED, visando garantir a continuidade e a eficiência das atividades de suporte essenciais ao funcionamento da rede municipal de ensino, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, o qual deverá observar o padrão de qualidade exigido e, ainda, o disposto no Edital de Licitação nº XXX/20XX e seus anexos, que são partes integrantes e complementares desta Ata, juntamente à documentação e propostas de preços apresentadas pelas licitantes classificadas em primeiro lugar do lote, conforme consta nos autos do Processo nº XXXX/202X, para atender as demandas do Município de Aracaju.

**Parágrafo Único** – Este instrumento não obriga as unidades participantes a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ser instaurados processos específicos para a contratação do(s) objeto(s), obedecida à legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro a preferência de contratação, em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços oriunda desta licitação é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

**Parágrafo único** – A ata de registro de preços estará vigente até que seja consumida a totalidade do quantitativo registrado ou até o termo final do seu prazo de validade, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

O gerenciamento desta ata caberá à **Secretaria Municipal da Educação de Aracaju** no seu aspecto operacional e legal.

**CLÁUSULA QUARTA: DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

Os preços registrados, a especificação do objeto, os quantitativos, as empresas fornecedoras e as representantes legais encontram-se elencados no Anexo 1 da presente Ata, em ordem de classificação das propostas por grupo/lot.

**CLÁUSULA QUINTA: DO(S) LOCAL(IS) E PRAZOS(S) DE ATENDIMENTO**

O objeto deverá ser executado em conformidade com a solicitação do(s) órgão(s) participante(s) do Município de Aracaju, não podendo exceder o prazo de **48 (quarenta e oito) horas** contados da solicitação da Secretaria Contratante;

**Parágrafo Primeiro** – O prazo de execução admite prorrogação, desde que devidamente justificado e aceito pelo órgão contratante.

**CLÁUSULA SEXTA: DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO**

As empresas detentoras do preço registrado poderão ser convidadas a firmar contratações, observadas as condições fixadas nesta ata e seus anexos e na legislação pertinente.

**Parágrafo Primeiro** – As contratações decorrentes deste instrumento serão efetuadas através de Contrato ou instrumento equivalente, emitido pela(s) unidade(s) participante(s) e/ou aderente(s), contendo: n.º da ata, nome da empresa, objeto, especificação, obrigações da Contratada, endereço e data da entrega;

**Parágrafo Segundo** – A assinatura do contrato ou instrumento equivalente realizar-se-á por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil, consoante previsto no artigo 6º do Decreto Municipal nº 5.912/2019, mediante convocação através de link emitido pelo Portal Aracaju Compras, no prazo de 02 (dois) dias a contar do seu recebimento.

**Parágrafo Terceiro** – Os fornecedores selecionados deverão indicar representantes, às suas expensas, com poderes específicos para a assinatura do Contrato ou instrumento equivalente.

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

**Parágrafo Quarto** – O fornecedor que deixar de assinar a ata de registro de preços no prazo fixado no ato de convocação será imediatamente excluído da ata, na forma do § 5º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021, sem prejuízo das sanções previstas no Edital de Licitação, no Termo de Referência ou Projeto Básico.

**Parágrafo Quinto** – Nas hipóteses de recusa do fornecedor ou do seu não-comparecimento para assinatura da ata no prazo estipulado, bem como em caso de perda dos requisitos de habilitação antes de celebração da ata, o agente público deverá examinar a proposta subsequente, obedecida a ordem classificatória do processo de contratação de licitação, verificando a sua aceitabilidade e analisando o cumprimento dos requisitos de habilitação, e assim sucessivamente, até a apuração de um fornecedor que cumpra os requisitos do Edital de Licitação, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

São obrigações do detentor do preço registrado, além das demais previstas nesta Ata e nos Anexos que integram e complementam o Edital de Licitação nº XX/20XX:

I – executar o objeto contratado nos padrões estabelecidos nesta Ata e no Edital de Licitação, desde que formalizada a contratação, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II – prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela unidade gestora e/ou unidade participante e/ou unidade aderente, bem como dar ciência à solicitante, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata de Registro de Preços;

III – dispor-se a toda e qualquer fiscalização da unidade gestora e/ou unidade participante e/ou unidade aderente, no tocante à execução do objeto, conforme contrato ou instrumento equivalente, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta Ata;

IV – possibilitar à unidade gestora efetuar vistoria nas instalações do fornecedor, a fim de verificar as condições para o atendimento do objeto registrado;

V – comunicar imediatamente à unidade gestora qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgados necessários para o recebimento de correspondência;

VI – respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas reguladoras e pertinentes;

VII – fiscalizar a perfeita execução do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independente da que será exercida pela unidade gestora e/ou unidade participante e/ou unidade aderente;

VIII – indenizar terceiros, bem como a unidade participante e/ou aderente, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos

**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**

causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância as exigências das autoridades competentes e as disposições legais vigentes;

IX – manter, durante toda vigência da Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do inciso XVI do art. 92 da Lei nº 14.133/2021, que será observado, quando dos pagamentos à detentora do preço registrado;

X – não ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto contido na Ata ou no contrato ou instrumento equivalente, nem subcontratar, salvo autorização prévia e por escrito da unidade gestora;

XI – designar formalmente o preposto da empresa para atuar junto à unidade gestora e/ou unidade participante e/ou unidade aderente durante a execução contratual; e

XII – responsabilizar-se por quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à Contratada pela autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato.

**CLÁUSULA OITAVA: OBRIGAÇÕES DA UNIDADE GESTORA:**

A Secretaria Municipal da Educação de Aracaju, na qualidade de órgão gerenciador da Ata, obriga-se a:

- I – gerenciar a ata de registro de preços;
- II – adotar as medidas de gerenciamento, através do sistema informatizado, necessárias a assegurar que seja concedida prioridade de contratação do objeto das cotas reservadas à participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individual e cooperativas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.
- III – autorizar a adesão das unidades participantes à ata de registro de preços;
- IV – indicar às unidades não participantes, sempre que solicitado, os fornecedores beneficiários da ata de registro de preços, quando permitida a sua adesão;
- V – conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e, quando necessário, lavrar os correspondentes termos aditivos à ata para refletir os novos preços, divulgando-os às unidades participantes; e
- VI – comunicar eventual prática de infrações administrativas pelo fornecedor à Comissão Permanente de Apuração de Infrações – CPAI, acompanhada dos meios de prova correspondentes.

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

**Parágrafo único** – A unidade gerenciadora da ata de registro de preços não responde pelos atos praticados pelas unidades participantes e unidades não participantes no âmbito de suas atribuições.

**CLÁUSULA NONA: OBRIGAÇÕES DAS UNIDADES PARTICIPANTES E ADERENTES:**

As unidades participantes e aderentes obrigam-se a:

I – formalizar Termo de Adesão à Ata de Registro de Preços e submetê-lo à apreciação da unidade gerenciadora;

II – tomar conhecimento da ata de registro de preços, bem como acompanhar eventuais alterações ocorridas, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

III – conceder prioridade de contratação do objeto das cotas reservadas à participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individual e cooperativas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente;

IV – designar o fiscal do contrato, da ordem de fornecimento ou da ordem de serviço emitidos em decorrência da ata de registro de preços, a quem competirá observar as regras sobre fiscalização e acompanhamento do contrato nos termos de regulamento emitido por ato conjunto do Procurador-Geral do Município, do Controlador-Geral do Município e do Secretário Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão.

V – informar à unidade gerenciadora a eventual recusa do fornecedor em atender as condições estabelecidas no Edital de Licitação, no Termo de Referência ou Projeto Básico, ou na ata de registro de preços, eventuais divergências relativas à execução do objeto, bem como a recusa do fornecedor em celebrar contrato, ordem de serviço ou ordem de fornecimento injustificadamente durante a vigência da ata de registro de preços.

**Parágrafo único** – A unidade participante somente poderá celebrar contratações decorrentes da ata de registro de preços após a autorização, pela unidade gerenciadora, do correspondente Termo de Adesão.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DA ADESÃO À ATA POR UNIDADES NÃO-PARTICIPANTES (ADERENTES):**

I - As unidades não-participantes do registro de preços que desejarem aderir a esta ata deverão consultar a unidade gerenciadora para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

II - Observado o cumprimento dos requisitos elencados nos artigos 64 e 65 do Decreto Municipal nº 7.177/2023, e dos artigos 304 e 305 do Decreto Municipal nº 7.178/2023, conforme o caso, a unidade gerenciadora se manifestará sobre o aceite ou não do pedido de adesão.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO PAGAMENTO**



ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

Os prazos e condições para liquidação e pagamento, o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento, bem como as condições e o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro estão discriminadas no item 12 do Termo de Referência, correspondente ao Anexo II do Edital de Licitação nº XX/20XX.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A ata de registro de preços pode ser alterada nas seguintes situações:

I – em decorrência de variação dos preços praticados no mercado, seja por eventual redução dos preços, ou de fato que eleve o custo do objeto, cabendo à unidade gerenciadora da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores beneficiários da ata; e

II – em decorrência de fato imprevisível, mediante solicitação do fornecedor, devidamente justificada e comprovada.

**Parágrafo Primeiro** – Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a unidade gerenciadora deve convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

**Parágrafo Segundo** – Se restar frustrada a negociação a que se refere o § 1º, o fornecedor deve ser liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, e o agente público deve convocar, conforme o caso, o fornecedor beneficiário de registro adicional de preço, contemplados em cadastro de reserva da ata, ou ainda adotar o procedimento a que se refere o § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

**Parágrafo Terceiro** – Não havendo êxito nas negociações, a unidade gerenciadora deve proceder com o cancelamento do item, do grupo ou de toda a ata de registro de preços, conforme o caso.

**Parágrafo Quarto** – As alterações da ata devem ser formalizadas mediante Termo Aditivo, cabendo à unidade gerenciadora disponibilizar, no sistema eletrônico do Portal de Compras do Município de Aracaju – Aracaju Compras, os preços registrados devidamente atualizados, bem como divulgar no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no Diário Oficial do Município, semestralmente, as respectivas alterações ocorridas no período.

**Parágrafo Quinto** – As alterações na ata de registro de preços passam a vigorar a partir da data da publicação do correspondente Extrato do Termo Aditivo na forma do parágrafo quarto.

**Parágrafo Sexto** – No que trata ao reequilíbrio econômico-financeiro, seguir o Item 11 e seus subitens no anexo II do Termo de Referência, deste edital.

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

I – Pela Unidade Gerenciadora:

- a. o fornecedor descumprir as exigências da ata de registro de preços ou do Edital de Licitação;
- b. ficar comprovada a inexecução total ou parcial das obrigações dos contratos, ordens de fornecimento ou ordens de serviço celebrados em decorrência de ata de registro de preços;
- c. o fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, após celebrar o contrato, ordem de fornecimento ou ordem de serviço, não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela unidade participante, sem justificativa aceitável;
- d. apresentar variações superiores aos preços praticados no mercado e o fornecedor beneficiário da ata se recusar a adequá-los, na forma do art. 62 do Decreto Municipal nº 7.177/2023, e do art. 301 do Decreto Municipal nº 7.178/2023, conforme o caso;
- e. caracterizar-se razões de interesse público, devidamente justificadas; e
- f. for solicitado pelo fornecedor beneficiário da ata, em decorrência de fato de venha a comprometer a perfeita execução contratual, proveniente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

II – Pelo Fornecedor:

- a. mediante solicitação por escrito, em decorrência de fato que venha comprometer a perfeita execução contratual, proveniente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado;

**Parágrafo Primeiro** – A comunicação do cancelamento do preço registrado deve ser feita às unidades participantes e ao fornecedor beneficiário da ata mediante o encaminhamento de ofício ou de correspondência eletrônica, com comprovante de recebimento pelo destinatário em qualquer dos casos.

**Parágrafo Segundo** – Na hipótese de ser inacessível, desconhecido ou ignorado o endereço atual do fornecedor, a comunicação a que se refere o § 1º deve ser realizada mediante publicação de edital no Diário Oficial do Município de Aracaju, bem como através do endereço de e-mail do representante do fornecedor cadastrado junto à unidade gerenciadora da ata, considerando-se cancelado o registro na data da publicação oficial.

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS**

São obrigações do Fornecedor:

I – Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente ata serão de responsabilidade do Fornecedor;

II – O Fornecedor declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra de material, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

As sanções referentes à execução do contrato e da ata de registro de preços são aquelas previstas no item 10 do Edital de Licitação, consoante gradação da penalidade de multa compensatória discriminada no item 15 do Termo de Referência.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento do Município de Aracaju para os exercícios alcançados pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a cargo do órgão contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão no Termo de Adesão e na respectiva Nota de Empenho.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I – Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços;

II – Integram esta Ata o Edital de Licitação nº XXX/20XX e seus anexos e as propostas das empresas classificadas para cada item/grupo;

III – É vedado caucionar ou utilizar a presente ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da unidade gerenciadora.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO**

As partes contratantes elegem o Foro da Capital do Estado de Sergipe como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução da presente Ata, com renúncia expressa por qualquer outro.

**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**

E, por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam este instrumento a fim de que produza seus efeitos legais.

**Nome completo da autoridade máxima do órgão ou entidade contratante**  
(cargo no órgão/entidade)

**Nome completo do representante legal da contratada**  
(razão social da contratada)

**ANEXO I DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NºXXX/20XX**

Este documento é parte integrante da Ata Final de Registro de Preços nº **XXX/20XX**, celebrada entre a **Secretaria Municipal da Educação de Aracaju** e as empresas cujos preços estão a seguir registrados por item/grupo, em face da realização do Pregão Eletrônico nº **XXX/20XX**.

**EMPRESA: XXXXXXXXXXXX**  
**CNPJ: XXXXXXXXXXXX INSCRIÇÃO ESTADUAL: XXXXXXXXXXXX**  
**ENDEREÇO: XXXXXXXXXXXX**  
**TELEFONE: (XX) XXXXXXXXXXXX**  
**E-MAIL: XXXXXXXXXXXX**  
**REPRESENTANTE: XXXXXXXXXXXX**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	PREÇO UNITÁRIO

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

--	--	--	--	--

EMPRESA: XXXXXXXXXXXXX  
CNPJ: XXXXXXXXXXXXX INSCRIÇÃO ESTADUAL: XXXXXXXXXXXXX  
ENDEREÇO: XXXXXXXXXXXXX  
TELEFONE: (XX) XXXXXXXXXXXXX  
E-MAIL: XXXXXXXXXXXXX  
REPRESENTANTE: XXXXXXXXXXXXX

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	PREÇO UNITÁRIO

ETC.

**ANEXO II DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NºXXX/20XX**

**DO CADASTRO RESERVA**

Este documento é parte integrante da Ata Final de Registro de Preços nº **XXX/20XX**  
Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os  
itens com preços iguais ao adjudicatário:

EMPRESA: XXXXXXXXXXXXX  
CNPJ: XXXXXXXXXXXXX INSCRIÇÃO ESTADUAL: XXXXXXXXXXXXX  
ENDEREÇO: XXXXXXXXXXXXX  
TELEFONE: (XX) XXXXXXXXXXXXX  
E-MAIL: XXXXXXXXXXXXX  
REPRESENTANTE: XXXXXXXXXXXXX

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	PREÇO UNITÁRIO

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

EMPRESA: XXXXXXXXXXXXX

CNPJ: XXXXXXXXXXXXX INSCRIÇÃO ESTADUAL: XXXXXXXXXXXXX

ENDEREÇO: XXXXXXXXXXXXX

TELEFONE: (XX) XXXXXXXXXXXXX

E-MAIL: XXXXXXXXXXXXX

REPRESENTANTE: XXXXXXXXXXXXX

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	PREÇO UNITÁRIO

ANEXO III DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NºXXX/20XX

RELAÇÃO DE UNIDADES PARTICIPANTES

Nº DE ORDEM	ÓRGÃO / ENTIDADE	QUANTIDADE DEMANDADA	ENDEREÇO
01	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

**ANEXO IV – MODELO DE TERMO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**TERMO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Termo de adesão referente à Contratação de, empresa especializada na prestação de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais, para atuação nas funções de **Agente de apoio operacional escolar, Agente de portaria, agente administrativo, artífice e Supervisor geral**, conforme as necessidades das unidades escolares e administrativas da Secretaria Municipal da Educação – SEMED, visando garantir a continuidade e a eficiência das atividades de suporte essenciais ao funcionamento da rede municipal de ensino sob a forma de Registro de Preços.



ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

Eu, (inserir nome da autoridade competente do órgão aderente), na qualidade de (inserir o cargo da autoridade), solicito ADESÃO à Ata de Registro de Preços nº xxxxxxxx para (inserir objeto do contrato), referente ao(s) item(ns) abaixo descrito(s), responsabilizando-me por designar agente público para o acompanhamento da execução do(s) contrato(s) decorrente(s) da ata e demais incumbências pertinentes ao processo, nos termos do Decreto Municipal nº 7.178, de 12 de junho de 2023.

Fornecedor Beneficiário da Ata	Nº do item	Descrição do item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

Informo que as despesas para a execução contratual correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROJETO OU ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO	ESTIMATIVA ANUAL
XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXX

Nome da autoridade competente do órgão aderente

Cargo da autoridade competente do órgão aderente

Autorizo,

Nome do(a) Coordenador(a)-Geral da Central de Compras e Licitações

ANEXO IV – MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇO Nº xx/xxxx-(sigla do órgão/entidade)	
<b>Pregão Eletrônico nº XX/2026</b> – contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais, para atuação nas funções de <b>AGENTE DE APOIO OPERACIONAL ESCOLAR, AGENTE DE PORTARIA, AGENTE ADMINISTRATIVO, ARTÍFICE E SUPERVISOR GERAL</b> , conforme as necessidades das unidades escolares e administrativas da Secretaria Municipal da Educação – SEMED, visando garantir a continuidade e a eficiência das atividades de suporte essenciais ao funcionamento da rede municipal de ensino	
CONTRATANTE:	O MUNICÍPIO DE ARACAJU, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, ÓRGÃO INTEGRANTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.
CNPJ:	

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

ENDEREÇO:	
REPRESENTANTE LEGAL:	
TELEFONE:	
E-MAIL:	
<b>CONTRATADA:</b>	
CNPJ:	
ENDEREÇO:	
REPRESENTANTE LEGAL:	
TELEFONE:	
E-MAIL:	
<b>NOTA DE EMPENHO</b>	
XXXXXXXXXXXXXX	
<b>OBJETO</b>	
Descrever o(s) item(ns) e/ou grupo(s) a que se refere a ordem de serviço, de acordo com a tabela descritiva constante no Termo de Referência da Licitação, indicando a quantidade, marca (se for o caso), valor unitário e valor total.	

Autorizamos vossa senhoria a iniciar o serviço relativo ao(s) item(ns) acima descrito(s), conforme especificações e demais condições constantes no Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº XX/2026

As cláusulas essenciais desta contratação a que se refere o artigo 92 da Lei nº 14.133/2021 estão dispostas no Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº XX/2026, o qual é parte integrante deste documento independentemente de transcrição.

As partes contratantes sujeitam-se às disposições da Lei nº 14.133/2021.

**Nome completo da autoridade máxima do órgão ou entidade contratante  
(cargo no órgão/entidade)**

**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED**

**ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO PARA SERVIÇO**  
**CONTRATO Nº xxx/20xx**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx/20xx**

<b>CONTRATANTE:</b>	<b>O MUNICÍPIO DE ARACAJU, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, ÓRGÃO INTEGRANTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.</b>
CNPJ:	
ENDEREÇO:	
REPRESENTANTE LEGAL:	
TELEFONE:	
E-MAIL:	

<b>CONTRATADA:</b>	
CNPJ:	
ENDEREÇO:	

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

REPRESENTANTE LEGAL:	
TELEFONE:	
E-MAIL:	

O presente contrato está de acordo com a Lei nº 14.133/2021, e sua legislação suplementar, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais, para atuação nas funções de **Agente de apoio operacional escolar, Agente de portaria, agente administrativo, artífice e Supervisor geral**, conforme as necessidades das unidades escolares e administrativas da Secretaria Municipal da Educação – SEMED, visando garantir a continuidade e a eficiência das atividades de suporte essenciais ao funcionamento da rede municipal de ensino, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e constantes no Edital nº xxx/20xx e seus anexos, bem como na proposta de preços da contratada, os quais constituem parte integrante deste documento, independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

Este contrato possui vigência pelo período de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o período máximo de **10 (dez) anos**, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021, consoante discriminado no **item 06 do Termo de Referência**.

Parágrafo único - A prorrogação do prazo de vigência é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a Contratada.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

O modelo de execução do objeto, os critérios de recebimento e aceitação do objeto, bem como as regras relativas à possibilidade ou não de subcontratação estão discriminadas no **item 9 do Termo de Referência**.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

O valor total do presente contrato é de até R\$ **xxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxx)**, conforme detalhamento de preços unitários e total discriminados na proposta de preços da contratada de acordo com a tabela constante no **item 29. do Termo de Referência**.

Parágrafo único. Os prazos e condições para liquidação e pagamento, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento, bem como as condições e o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro estão discriminadas no **item 12 do Termo de Referência**.

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

**CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

As despesas decorrentes da execução contratual correrão à conta dos recursos consignados no orçamento do Município de Aracaju, a cargo da unidade orçamentária contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesa específicos constarão no respectivo instrumento contratual.

**CLÁUSULA SEXTA – DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES.**

As obrigações da contratante e da contratada, inclusive aquelas relativas à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPS, estão discriminadas nos **itens 7 e 8** respectivamente, do Termo de Referência.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

As regras relativas à garantia de execução do contrato estão discriminadas no **item 19 do Termo de Referência**, correspondente ao Anexo II do **Edital nº xx/20xx**.

Parágrafo único - A empresa contratada fica obrigada a cumprir os termos do art. 121 da Lei 14.133/21.

**CLÁUSULA OITAVA – DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

As regras relativas ao modelo de gestão contrato estão discriminadas no **item 10 do Termo de Referência**.

**CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES E MULTAS.**

As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no **item 10 do Edital**, consoante gradação da penalidade de multa compensatória discriminada no **item 14 do Termo de Referência**.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES**

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados nos artigos 124 a 136 da Lei 14.133/2021, devidamente comprovados.

§ 1º – A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato.

§ 2º – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO.**

Independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, constituem motivos para rescisão do Contrato as situações previstas nos artigos 137, 138, 139, da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo único – Na ocorrência da rescisão prevista no **caput** desta cláusula, nenhum ônus recairá sobre a Contratante em virtude desta decisão, ressalvado o disposto no § 2º do artigo 138 da Lei nº 14.133/2021.

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO-SEMED

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS DIREITOS DA CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO**

Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, de logo, o direito da Contratante de adotar, no que couber, as medidas previstas no artigo 139 da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS.**

O presente Contrato fundamenta-se:

- I – nos termos do Pregão Eletrônico nº xxxx/20xx que, simultaneamente:
  - a) constam do Processo Administrativo nº XXXX/202X;
  - b) não contrarie o interesse público;
- II – nas demais determinações da Lei nº 14.133/2021, e suas correspondentes alterações;
- III – nos preceitos do Direito Público;
- IV – supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

Parágrafo único – Os casos omissos e quaisquer ajustes que se fizerem necessários, em decorrência deste Contrato, serão acordados entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO.**

A Contratante providenciará, na forma do art. 94, da Lei nº 14.133/2021, até o 20 dias útil contados da data de sua assinatura, a publicação do presente Contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal de Compras do Município de Aracaju – Aracaju Compras.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO**

As partes contratantes elegem o Foro da Capital do Estado de Sergipe como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam este instrumento a fim de que produza seus efeitos legais.

(cargo no órgão/entidade)  
**contratante**

**Nome completo do representante legal da contratada**  
(razão social)  
**contratada**